

PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA



Ouro Preto

2026-2036

Angelo Oswaldo de Araújo Santos
Prefeito de Ouro Preto

Regina Braga
Vice-Prefeita de Ouro Preto

Zaqueu Astoni Moreira
Chefe de Gabinete

Lygia de Melo Leite
Controladora Geral do Município

Diogo Ribeiro dos Santos
Procurador Geral do Município

Sebastião Evásio Bonifácio
Secretário de Agropecuária

Flávio Lemes da Silva Malta
Secretário de Cultura e Turismo

Felipe Vecchia Guerra
Secretário de Desenvolvimento
Econômico, Inovação e Tecnologia

Edvaldo César Rocha
Secretário de Desenvolvimento Social
e Cidadania

Camila Sardinha Ceconello
Secretaria de Desenvolvimento
Urbano e Habitação

Deborah Etrusco Tavares
Secretária de Educação

Marco Antônio de Freitas
Secretário de Esportes e Lazer

Gever Geraldo Chagas
Secretário de Fazenda

Yuri Borges Assunção
Secretário de Governo

Francisco de Assis Gonzaga
Secretário de Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável

Franklin Evangelista
Secretário de Obras

Aline das Graças Eduardo
Secretária de Planejamento e Gestão

Leandro Leonardo de Assis Moreira
Secretário de Saúde

Moisés dos Santos
Secretário de Segurança e Trânsito

**Comitê Municipal da Primeira Infância
instituído pelo Decreto nº 8.835/2025**

- Composição de Dezembro/2025

**Representantes da Secretaria de
Desenvolvimento Social e Cidadania**

Titular: Izabella da Rocha Santos
Suplente: Bruna Muniz

**Representantes do Movimento Ouro
Preto pela Infância (MOPI)**

Titular: Maristela M. de Abreu Oliveira
Suplente: Cleia Costa Barbosa

**Representantes da Secretaria de
Educação**

Titular: Adriana Alves R. P. de Souza
Suplente: Angela de O. R. Mendes

**Representantes do Conselho Criança e
Adolescente (CMDCA)**

Titular: José Maria Ribeiro Neves
Suplente: Rosilene Valentim Val

Representantes da Secretaria de Saúde

Titular: Ricardo Duarte Pereira
Suplente: Luiza Pollyana G.P. Gouveia

**Representantes do Conselho dos
Direitos da Mulher (COMDIM)**

Titular: Cleusa Lúcia da S. Santos
Suplente: Silvia G. M. Almeida

**Representantes da Secretaria de
Esporte e Lazer**

Titular: Giselle Maria F. da Cruz
Suplente: Caio Márcio Aguiar

**Representantes do Núcleo de Apoio
aos Toxicômanos e Alcoólatras (NATA)**

Titular: Valmiro Assis de Paula
Suplente: Grazielle A. dos S. C. Cancio

**Representantes da Secretaria de
Cultura e Turismo**

Titular: Edgar Rocha Filho
Suplente: Rogéria P. Barbosa

**Representantes do Conselho Tutelar de
Cachoeira do Campo**

Titular: Maria A. R. Cássia V. C. Santos
Suplente: Jussara B. Gonzaga da Cunha

**Representantes da Câmara de
Vereadores de Ouro Preto**

Titular: Renato A. de Carvalho (Zoroastro)
Suplente: Naércio Ferreira

**Representantes da Universidade
Federal de Ouro Preto (UFOP)**

Titular: Marli Regina dos Santos
Suplente: André Talvani Pedrosa da Silva

**Representantes do Conselho Tutelar
SEDE**

Titular: Amanda R. Maciel Gonçalves
Suplente: Adriani C. Rioga Camilo

**Representantes da Associação de Pais
e Amigos dos Excepcionais (APAE)**

Titular: Jean Piter Valentim
Suplente: Lissanary Vitorino

Representantes do Rotary Club

Titular: Vera Lúcia V. Roriz
Suplente: Efigênia da Glória Chaves

**Responsáveis pela
escrita/construção do Plano
Municipal pela Primeira Infância**

Adriana Alves Rodrigues P. de Souza
(Secretaria de Educação)
Adriani C. Rioga Camilo
(Conselho Tutelar Sede)
Aldrilane da Silva Reis
(Conselho Tutelar Sede)
Amanda R. Maciel Gonçalves
(Conselho Tutelar Sede)
Ana Clara Felix dos Santos
(Secretaria de Educação)
Angela de Oliveira R. Mendes
(Secretaria de Educação)
Alzineith Adriana S. Lopes Cabreira
(Secretaria de Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável)
Bruna Muniz de Souza
(Sec. de Desenvolvimento Social e Cidadania)
Caio Marcio Aguiar
(Secretaria de Esportes e Lazer)
Cleia Costa Barbosa
(Movimento Ouro Preto pela Infância)
Cristina Said Saleme
(Sociedade civil – Representante das Mães)
Edgar Rocha Filho
(Secretaria de Cultura e Turismo)
Graciane Barbosa Bautz
(Sec. de Desenvolvimento Social e Cidadania)
Izabella da Rocha Santos
(Sec. de Desenvolvimento Social e Cidadania)
Jean Piter Valentim
(Associação de Pais e Amigos dos
Excepcionais de Ouro Preto)
Joyce Christina Teixeira de Assis
(Sec. de Desenvolvimento Social e Cidadania)
José Arlindo do Nascimento
(Sec. de Desenvolvimento Social e Cidadania)
Jussara B. Gonzaga da Cunha
(Conselho Tutelar Cachoeira do Campo)
Luiza P. Godoy Paiva Gouveia
(Secretaria de Saúde)
Maria A. R. d. Cássia V. C.d.Santos
(Conselho Tutelar Cachoeira do Campo)
Maristela Miranda d. A. e Oliveira
(Movimento Ouro Preto pela Infância)

Marli Regina dos Santos
(Universidade Federal de Ouro Preto)
Pietra Felício Gomes
(Sec. de Desenvolvimento Social e Cidadania)
Nachá Samadi Andrade Machado
(Secretaria de Esportes e Lazer)
Renato Zoroastro
(Câmara Municipal)
Ricardo Duarte Pereira
(Secretaria de Saúde)
Selma Cristina Asevedo Machado
(Secretaria de Esportes e Lazer)
Thomasin Tonks Ferigati
(Conselho Municipal da Criança e do
Adolescente)
Vera Lúcia Valamiel Roriz
(Rotary Club de Ouro Preto)
Wagner J. dos Anjos Jerônimo
(Sec. de Desenvolvimento Social e Cidadania)

Organização das Informações

Cleia Costa Barbosa
(Movimento Ouro Preto pela Infância)
Cristina Said Saleme
(Sociedade civil – Representante das Mães)
Izabella da Rocha Santos
(Sec. de Desenvolvimento Social e Cidadania)
Maristela Miranda d. A. e Oliveira
(Movimento Ouro Preto pela Infância)
Vera Lúcia Valamiel Roriz
(Rotary Club de Ouro Preto)

**Apoio Técnico da Secretaria
Executiva da Rede Estadual pela
Primeira Infância-MG: Desirée Ruas**

SUMÁRIO

Apresentação	12
1.Introdução	14
1.1 Áreas Temáticas e Eixos Explicativos.....	16
1.2 Governança e Comunicação.....	17
1.3 Implementação e Avaliação.....	19
2. Ouro Preto e a Primeira Infância	20
3. Princípios e Valores	24
4. O processo de criação do PMPI	28
5. Eixos Estratégicos	29
5.1 Saúde	33
5.2 Educação	53
5.3 Assistência Social	81
5.4 Esporte e Lazer.....	96
5.5 Cultura e Turismo	144
5.6 Segurança e Trânsito	148
5.7 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.....	149
5.8 Agropecuária	150
6.Definição de Metas e Estratégias	150
7. Participação Infantil (ESCUA) no PMPI	155
8. Escuta das(os) Educadores.....	173
9. Observações Finais.....	178
11. Considerações finais	180
12. Agradecimentos	180
13. Referências	181
Anexos	185

ANEXOS	Pag.
Anexo 1 - Organizações com atividades relacionadas à infância em Ouro Preto/MG.....	185
Anexo 2 -Decreto Nº 8.045 de 18 de outubro de 2023	208
Anexo 3- Decreto Nº 8.835 de 08 de maio de 2025.....	211
Anexo 4 - 31ª Audiência Pública: Plano Municipal pela Primeira Infância.....	214
Anexo 5 - Projetos de Leis relacionadas ao PMPI.....	215
Anexo 6 - Ofício Nº 10/2025 Adesão ao Projeto MaPi.....	220
 APÊNDICE 1	 221

FIGURAS	Pág.
Figura 1: Panfleto sobre a audiência pública do Plano Diretor de Ouro Preto/MG...	14
Figura 2: Mapa mostrando a localização de Ouro Preto no estado de MG.....	20
Figura 3: Localização do município de Ouro Preto e limites geográficos.....	20
Figura 4: Mapeamento da sede urbana e distritos rurais.....	20
Figura 5: Pirâmide etária de Ouro Preto conforme senso de 2022.....	22
Figura 6 - Densidade Demográfica da População Primeira Infância	23
Figura 7: População por idade entre 0 e 6 anos - por raça/cor em Ouro Preto/MG..	23
Figura 8: Linha do Tempo da Construção coletiva do PMPI de Ouro Preto.....	27
Figura 9: Caminho da Primeira Infância.....	32
Figura 10: Dados da cobertura da Atenção Primária.....	34
Figura 11: Taxa de Mortalidade Infantil em Ouro Preto - MG	35
Figura 12 : Percentual de Mortalidade Infantil por Causas Evitáveis.....	36
Figura 13: Comparação da mortalidade infantil total e por causas evitáveis.....	36
Figura 14: Percentual de Gestantes com mais de 7 consultas de Pré-Natal.....	37
Figura 15: Percentual de Partos e Mães Adolescentes (Até 19 Anos).....	38
Figura 16: A disposição dos nascimentos das crianças segundo a residência da mãe.....	39
Figura 17: Total de Partos e Mães Adolescentes (Até 19 Anos) - Por Raça/Cor (2021)	40
Figura 18: Percentual de Nascimentos Registrados com baixo peso.....	41
Figura 19: Percentual de crianças de baixo peso em relação ao total de nascidos vivos (2002 - 2021), comparado com dados das 3 esferas de governo.....	42
Figura 20: Percentual de Peso Baixo ou Muito Abaixo para a Idade, 2022.....	42
Figura 21: Percentual de Peso Elevado para a Idade, 2022.....	43
Figura 22: Comparação dos índices de amamentação federal, estadual e municipal, 2024.....	44
Figura 23: Cobertura vacinal no município de Ouro Preto, de 2023, segundo DATASUS.....	45
Figura 24 : Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).....	153

FOTOS

Pag.

Foto 1: Apoio: Prof. Rogerio Prado (UNIFENAS) da REPI _MG a construção do PMPI. Data 18/07/23.....	28
Foto 2: Reunião ordinária da Comissão PMPI – Parte dos membros presentes.23/05/24.....	28
Foto 3: Evento em BH, com a presença do Secretário de Desenvolvimento e Ação Social Edvaldo Rocha e Cleia Barbosa do MOPI - Data 12/03/24.....	29
Foto 4: Evento Prêmio Ouro –Compromisso com a Primeira Infância em BH, com a presença de membros da Comissão Primeira Infância de Ouro Preto- Data 14/11/24.....	29
Foto 5: Formulários específicos para creches	155
Foto 6: Desenhos para expressões do que as crianças querem, Escola Simão Lacerda, 08/03/2024.....	156
Foto 7: Desenhos das atividades de Escuta da EMEI Cirandinha, 2024.....	162
Fotos 8:Mostra de desenhos do Maternal, e 2 períodos das EMEI(s) A,B,C,D.....	172

GRÁFICOS

Pag.

GRÁFICO 1 – PERCENTUAL DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS POR DISTRITO, COM EXCEÇÃO DO DISTRITO SEDE – LOCALIDADE URBANA.....**56**

GRÁFICO 2 – PERCENTUAL DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS POR DISTRITO, INCLUINDO O DISTRITO SEDE – LOCALIDADE URBANA.....**57**

GRÁFICO 3 – PERCENTUAL DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS POR REGIÃO DO DISTRITO SEDE – LOCALIDADE URBANA**58**

GRÁFICO 4 – PERCENTUAL DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS RESIDENTES EM OURO PRETO – LOCALIDADE RURAL.....**58**

GRÁFICO 5 – NÚMERO TOTAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (2020-2024).....**61**

GRÁFICO 6 - DISTRIBUIÇÃO DE ESCOLAS PRIVADAS POR BAIRRO E QUANTIDADE DE ALUNOS DE 0 A 5 ANOS.....**67**

GRÁFICO 7 - DISTRIBUIÇÃO DAS ESCOLAS PRIVADAS COM ATENDIMENTO PARA CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS POR REGIÃO.....**67**

QUADROS	Pág.
QUADRO 1- Plano de Ação Operativo.....	31
QUADRO 2: Quadro Operativo Eixo Saúde	48
QUADRO 3 – Comparação do Número Total de Matrículas na Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino (2020-2025).....	60
QUADRO 4 – Percentual Comparativo do Número Total de Matrículas na Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino (2022-2024).....	60
QUADRO 5- Taxa de atendimento escolar em creches (0 a 3 anos): comparativo entre municípios, estado, união e a meta do PNE - Relatório PNE em Movimento, 2024.....	62
QUADRO 6 - Quantitativo de Alunos por Escola de Ensino Privado no Município De Ouro Preto - MG e Localização das Escolas por Bairro.....	66
QUADRO 7- Quadro Operativo Eixo Educação	68
QUADRO 8- Quadro Operativo Eixo Assistência Social	89
QUADRO 9 - Imagens e informações dos espaços da SEDE - SMEL/PMOP.....	100
QUADRO 10 - Imagens e informações dos espaços dos DISTRITOS.....	114
QUADRO 11- Quadro Operativo Eixo Esporte e Lazer	133
QUADRO 12- Avaliação do desenhos enviados	159
QUADRO 13- Atividade Didática EMEI Cirandinha.....	160
QUADRO 14- Escuta das Crianças EMEI Bernardina de Queiroz.....	163
QUADRO 15- Escuta das Crianças EMEI Bonequinha Preta.....	164
QUADRO 16- Escuta das Crianças EMEI Reino da Alegria.....	166
QUADRO 17- Escuta das Crianças EMEI Cirandinha	168

LISTA DE SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CF - Constituição Federal

CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

DCNEIs - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IFAN – Instituto da Infância

PMPI – Plano Municipal pela Primeira Infância

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

REPI MG - Rede Primeira Infância de Minas Gerais

RNPI - Rede Nacional Primeira Infância

SUAS - Sistema Único de Assistência social

SME - Secretaria Municipal de Educação

SMDSC - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania

SEMEL - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

SMST - Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito

SMS - Secretaria Municipal de Saúde

SEMADS- Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SMA - Secretaria Municipal de Agropecuária

SECULT - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

UNCME MG - União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação de Minas Gerais

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

APRESENTAÇÃO

Nossa gratidão ao município de Ouro Preto por ter caminhado com a Rede Primeira Infância – Minas Gerais (REPI-MG) na construção coletiva do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI). E tudo começou com a adesão à campanha por meio da assinatura do prefeito(a), secretário(a) ou vereador(a) do município. Ela marcou o início de um processo importante que envolveu o trabalho de muitas pessoas nas diferentes secretarias municipais, nas organizações da sociedade civil, nos conselhos, nas universidades, nos coletivos e movimentos, nas comunidades, e contou com a preciosa participação das crianças.

Após a criação da REPI-MG, foi idealizada a sua primeira grande ação: um movimento para promover um aumento significativo dos PMPIs no estado de Minas Gerais. No ano de 2022, a Plataforma Observa (Observatório do Marco Legal da Primeira Infância), da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI), apontava apenas dois municípios com Planos nas 853 localidades mineiras. Queríamos saber, então, se outros municípios tinham Planos Municipais, mas eles ainda não estavam cadastrados na plataforma da RNPI, e também apoiar os municípios que não tinham começado a construir seus PMPIs.

A campanha “50 Planos Municipais pela Primeira Infância de Minas Gerais” nasceu do esforço da Rede Primeira Infância – MG com o apoio da Fundação Van Leer, do Cecip, da Urban95, da UNCME-MG e da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI). Em agosto de 2023, 108 municípios passaram a receber apoio técnico por parte da REPI-MG para a elaboração dos PMPIs. Da parte da Rede Primeira Infância - MG, foram oferecidas muitas horas de capacitação on-line com especialistas, além de eventos presenciais, participação em audiências públicas, conversas, produção de material informativo que ajudaram na construção do PMPI. Valeu todo o esforço! O nosso muito obrigada vai para todos vocês.

Sabemos dos grandes desafios vivenciados pelas diferentes infâncias em Minas Gerais. Como o nosso estado é imenso e tão diverso, precisamos caminhar de forma coletiva, trocando boas experiências e nos apoiando também na implementação, no monitoramento e na avaliação do Plano. O PMPI é mais um importante instrumento para combater as desigualdades e garantir que todas as



crianças tenham direito a um desenvolvimento pleno. Recebemos este Plano com alegria e esperança porque acreditamos no trabalho coletivo para a promoção de uma vida digna para todas as infâncias.

Secretaria Executiva da REPI-MG e coordenação da campanha 50 Planos Municipais pela Primeira Infância de MG (Desirée Ruas, Galdina Arrais e Rogério Prado).

1. INTRODUÇÃO

Ouro Preto tem investido na promoção e proteção da primeira infância ao longo dos anos. Desde 1994, o município tem desenvolvido projetos que não apenas garantiram reconhecimento na área da saúde, como o Prêmio Bibi Vogel em 2013, mas também se estendeu para outras áreas como educação e desenvolvimento social.

Na atual gestão, está em construção um novo Plano Diretor, que é uma Lei que organiza o desenvolvimento da sede e dos distritos e também aponta diretrizes para garantir qualidade de vida dos moradores, preservar o meio ambiente e o patrimônio cultural, possibilitando um município saudável para os próximos 10 anos. O plano “A Ouro Preto que desejamos e a Ouro Preto que planejamos” encontra-se em processo de revisão e a Primeira Infância deve ser contemplada.

Informações sobre o andamento da revisão podem ser acompanhadas pelos seguintes canais oficiais *webgis* Ouro Preto, disponível em <<https://webgis.ouropreto.mg.gov.br/>> e Plano Diretor Municipal, disponível em <<https://www.ouropreto.mg.gov.br/planodiretor/>>.

Frente e verso do panfleto Audiência Pública do Plano Diretor



Figura 1: Panfleto Audiência pública do Plano Diretor de Ouro Preto/MG. Fonte: PMOP, 2024.

Em 2016, a Lei 11.257, conhecida como Marco pela Primeira Infância, motivou a cidade a intensificar suas ações. Isso incluiu reuniões estratégicas, com o envolvimento com o Movimento Ouro Preto pela Infância (MOPI), como a 31ª Reunião Ordinária da Câmara de Vereadores em 29 de abril de 2021, que se discutiu a construção do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) e resultou na

realização de um webinar em junho de 2021, além de cursos e compromissos para implementação do PMPI.

Mais recentemente, em junho de 2023, foi criado um Comitê Municipal da Primeira Infância de OP, com o apoio do Grupo Gestor REPI/MG. Este grupo, formalizado pelo Decreto n. 8.045 de outubro de 2023, reforça o engajamento de diversas entidades públicas, privadas e civis no Comitê da Primeira Infância.

O esforço contínuo incluiu a participação em cursos de formação, como os oferecidos pelo IFAN e REPI, e culminou em reconhecimentos como o compromisso Primeira Infância e o Prêmio Ouro de MG. Audiências públicas, como a realizada em maio de 2024, têm sido cruciais para discutir políticas específicas para a primeira infância.

Em termos práticos, essas ações visam criar um ambiente onde as crianças tenham proteção integral, apoio ao desenvolvimento e promoção de seus direitos, combatendo qualquer forma de violência. O compromisso de Ouro Preto com a primeira infância será evidenciado com a implementação de políticas públicas que visam o bem-estar e o desenvolvimento pleno das crianças na cidade.

Na construção coletiva do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) de Ouro Preto, é crucial uma abordagem crítico-reflexiva que considere diversas áreas temáticas e eixos explicativos. Essa iniciativa visa traçar um "Caminho da Criança" que seja robusto, sustentável e inclusivo para as futuras gerações. Um dos objetivos é assegurar que cada criança tenha acesso igualitário às oportunidades e condições ideais para seu crescimento e desenvolvimento, garantindo que as leis vigentes e futuras sejam integralmente aplicadas e que haja avanços contínuos sem retrocessos. Para isso, é essencial adotar estratégias que promovam uma governança eficiente e uma comunicação clara e aberta com todos os envolvidos. Com uma abordagem crítica e reflexiva na construção do PMPI, o município se embasa nas seguintes áreas temáticas e eixos explicativos:

1.1 Áreas Temáticas e Eixos Explicativos

Saúde

- **Objetivo:** Garantir o direito à saúde integral das crianças, prevenindo doenças e promovendo o bem-estar físico e mental.
- **Ações:** Fortalecimento da atenção primária, vacinação, acompanhamento nutricional, e suporte psicológico para famílias e crianças.

Educação

- **Objetivo:** Assegurar o acesso universal à educação de qualidade desde a primeira infância, incluindo creches e pré-escolas.
- **Ações:** Expansão de vagas em creches, formação continuada para professores, e estímulo ao desenvolvimento integral das crianças

Desenvolvimento Social e Cidadania

- **Objetivo:** Garantir que todas as crianças tenham acesso a condições dignas de vida e desenvolvimento pessoal, promovendo a inclusão social desde a primeira infância.
- **Ações:** Implementação de programas sociais, fortalecimento de redes de apoio familiar e comunitário, e promoção de direitos humanos.

Espaços Públicos e Meio Ambiente

- **Objetivo:** Proporcionar um ambiente urbano seguro, saudável e sustentável para as crianças.
- **Ações:** Melhoria da infraestrutura urbana, espaços verdes acessíveis, políticas de mobilidade segura e conscientização ambiental desde a infância.

Cultura e Turismo

- **Objetivo:** Valorizar a cultura local e integrar as crianças no patrimônio cultural da cidade desde cedo.
- **Ações:** Programas educativos em museus e espaços culturais, festivais infantis, e estímulo à participação em atividades artísticas.

Esporte e Lazer

- **Objetivo:** Estimular o desenvolvimento físico, emocional e social das crianças através do esporte e do lazer.
- **Ações:** Ampliação de espaços de recreação, incentivo à prática esportiva nas escolas e comunidades, e organização de eventos esportivos inclusivos.

1.2 Governança e Comunicação

Governança Eficiente:

- **Coordenação Interinstitucional:** Envolver todas as secretarias municipais, organizações civis, e setores privados relevantes para uma gestão integrada do PMPI.
- **Monitoramento e Avaliação:** Estabelecer indicadores claros para monitorar o progresso das ações e ajustar estratégias conforme necessário.
- **Transparência e Prestação de Contas:** Garantir que todas as etapas do PMPI sejam transparentes, com prestação de contas regular à comunidade e aos órgãos responsáveis.

Comunicação Clara e Aberta:

- **Engajamento Comunitário:** Promover a participação ativa da comunidade, pais e cuidadores no desenvolvimento e implementação do PMPI.
- **Divulgação de Informações:** Utilizar diferentes canais de comunicação (mídias sociais, reuniões públicas, eventos) para informar e educar sobre os direitos das crianças e as iniciativas do PMPI.
- **Capacitação e Sensibilização:** Oferecer treinamentos e workshops para todos os envolvidos, aumentando a conscientização sobre a importância da primeira infância.

Além das áreas temáticas e eixos explicativos mencionados, o Comitê do PMPI de Ouro Preto pode considerar a inclusão de capítulos específicos que abordem os seguintes temas:

Combate às Violências

- **Objetivo:** Proteger as crianças contra todas as formas de violência, incluindo abuso físico, psicológico e sexual.
- **Ações:** Implementação de políticas de prevenção, capacitação de profissionais para identificação e atendimento, e suporte às vítimas e suas famílias.

Direito ao Brincar

- **Objetivo:** Garantir que todas as crianças tenham tempo e espaço adequados para brincar livremente, essencial para o desenvolvimento físico, emocional e social.
- **Ações:** Criação de áreas de recreação seguras e acessíveis, promoção de atividades lúdicas nas escolas e comunidades, e conscientização sobre a importância do brincar.

Parentalidade Positiva

- **Objetivo:** Apoiar pais e cuidadores na promoção de relações saudáveis e respeitadas com as crianças.
- **Ações:** Oferta de cursos e workshops sobre técnicas de parentalidade positiva, suporte psicológico e social às famílias, e campanhas educativas sobre práticas parentais saudáveis.

Planejamento para Eventos Climáticos Extremos e Pandemias

- **Objetivo:** Preparar a comunidade e os serviços públicos para enfrentar situações de emergência como desastres naturais e pandemias.
- **Ações:** Desenvolvimento de planos de contingência, educação sobre medidas preventivas, garantia de acesso a informações atualizadas e apoio psicossocial durante crises.

Saúde Mental

- **Objetivo:** Promover o bem-estar psicológico das crianças desde a primeira infância, prevenindo e tratando transtornos mentais.

- **Ações:** Integração de serviços de saúde mental nas políticas públicas, formação de profissionais para identificação precoce de problemas emocionais, e apoio psicoterapêutico às famílias.

Alimentação

- **Objetivo:** Garantir o direito à alimentação adequada e nutritiva, segura e sustentável para todas as crianças.
- **Ações:** Programas de alimentação escolar de qualidade, promoção de hábitos alimentares saudáveis, e apoio a iniciativas de segurança alimentar familiar.

Participação Infantil

- **Objetivo:** Assegurar que as crianças sejam ouvidas e possam participar ativamente das decisões que afetam suas vidas.
- **Ações:** Criação de espaços de participação infantil em escolas e comunidades, educação sobre direitos e deveres das crianças, e promoção de conselhos e fóruns infantojuvenis.

1.3 Implementação e Avaliação

Cada capítulo inclui metas claras, estratégias de implementação, responsabilidades atribuídas a diferentes órgãos e entidades, além de indicadores para monitoramento e avaliação dos resultados. É fundamental que todas as ações sejam alinhadas com as melhores práticas e evidências científicas disponíveis, garantindo assim a eficácia das políticas públicas voltadas para a primeira infância em Ouro Preto.

A construção do PMPI de Ouro Preto é um processo dinâmico e inclusivo, baseado na colaboração e no comprometimento de todos os atores envolvidos. Ao garantir uma governança eficiente e uma comunicação transparente, o município poderá não apenas implementar as melhores práticas, mas também garantir que as políticas para a primeira infância sejam sustentáveis e eficazes a longo prazo, evitando retrocessos e promovendo o desenvolvimento integral das crianças.

O PMPI que prevê vigência até 2036 contará com avaliação do Comitê Municipal da Primeira Infância, considerando seu regimento interno, para o acompanhamento sistemático das metas de curto, médio e longo prazo conforme quadros operativos

dos eixos temáticos e suas atualizações, em concordância e apoio com a Rede Estadual Primeira Infância (REPI-MG) .

As diretrizes e ações presentes neste Plano Municipal pela Primeira Infância estão organizadas em áreas temáticas, com descrição dos temas no decorrer do texto.

2. Ouro Preto e a Primeira Infância

Ouro Preto é um município do estado de Minas Gerais, região sudeste do Brasil. Localizado a cerca de 90 km da capital, Belo Horizonte, faz limite com os municípios de Mariana, Itabirito, Congonhas, Santa Bárbara, Catas Altas da Noruega, Belo Vale, Moeda, Piranga e Ouro Branco.

Mapa de Minas Gerais com a localização de Ouro Preto

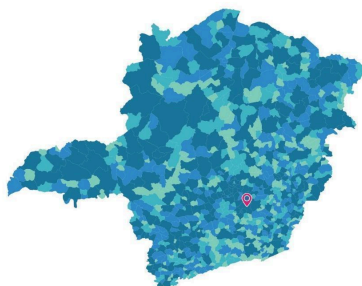


Figura 2: Mapa mostrando a localização de Ouro Preto no estado de MG. Fonte: IBGE, 2022.

Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ouro-preto/panorama>>.

Localização de Ouro Preto e limites geográficos

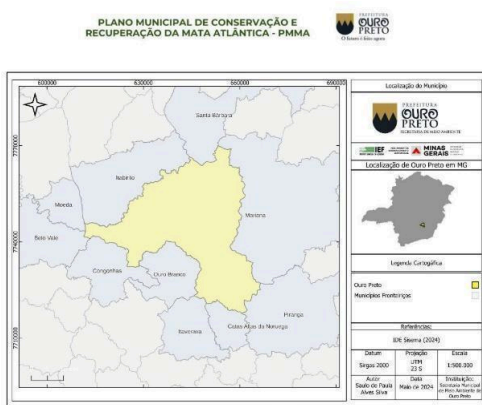


Figura 13 - Localização do município de Ouro Preto e limites geográficos. Fonte: PMMA, 2024.

Mapa da sede urbana e dos distritos rurais de Ouro Preto

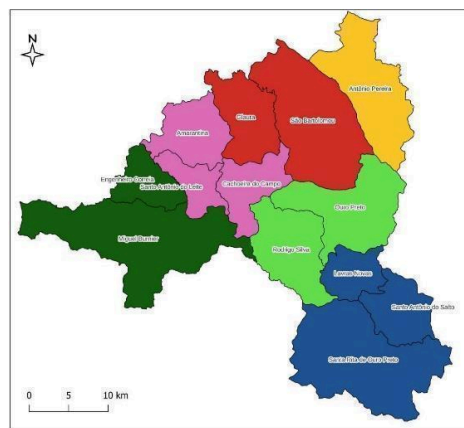


Figura 4: Mapeamento da sede urbana e distritos rurais. Fonte: PMMA, 2024.

Figura 3: Localização do município de Ouro Preto e limites geográficos. Fonte: PMMA, 2024.

O município possui uma sede urbana, na qual se localizam centro histórico e bairros adjacentes, e 12 (doze) distritos: Amarantina, Antônio Pereira, Cachoeira do Campo, Engenheiro Correia, Glaura, que também conhecida como Casa Branca, Lavras Novas, Miguel Burnier, Rodrigo Silva, Santa Rita, Santo Antônio do Leite, Santo Antônio do Salto e São Bartolomeu.

Classifica-se como município de médio porte (de 50.001 a 100.000 habitantes) conforme a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), de 2004, e está no nível de habilitação do município Plena no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Conforme o Atlas do Desenvolvimento Humano (2013), baseado no Censo Demográfico de 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 8 de Ouro Preto é 0,741, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,834, seguida de Renda, com índice de 0,721, e de Educação, com índice de 0,677. (ATLAS, 2013).

Os principais dados demográficos, de acordo com o Censo Demográfico de 2022 realizado pelo IBGE:

- Área territorial: 1.245,865 km², o que o coloca na posição 124 de 853, entre os municípios do estado, e 1182 de 5570, entre todos os municípios.
- População residente: 74.821 pessoas.
- Densidade demográfica: 60,06 hab/km².
- Mortalidade infantil: 9,13 óbitos por 1.000 nascidos vivos.
- Área urbanizada [IBGE; 2019] :22,69 km².
- Esgotamento sanitário adequado [IBGE; 2010]: 75,6 %.
- Arborização de vias públicas [IBGE; 2010]: 18,9 %.
- Urbanização de vias públicas [IBGE; 2010]: 30,6 %.
- População exposta ao risco [IBGE; 2010]: 12.718 pessoas.
- Bioma [IBGE; 2019]: Mata Atlântica.

Pirâmide etária

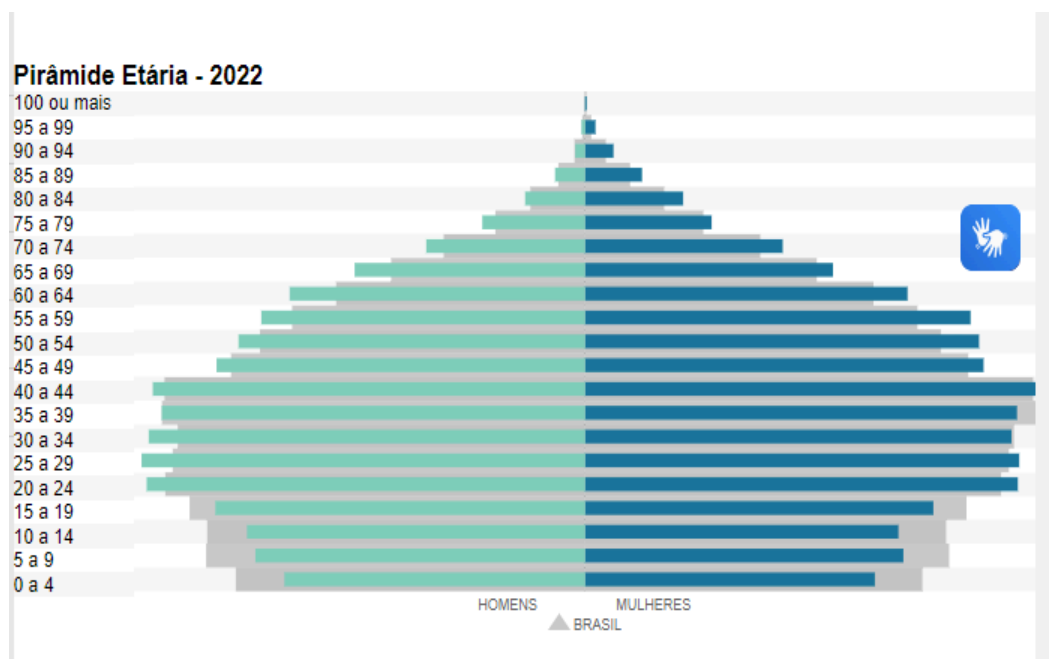


Figura 5: Pirâmide etária de Ouro Preto, conforme senso de 2022. Fonte: IBGE, 2022.

Na faixa etária 0 – 4 anos temos 2016 meninos e 1944 meninas totalizando 2960 crianças. Já na faixa etária de 5 – 9 anos temos 2211 meninos e 2135 meninas, totalizando 4346 crianças. Por meio da tabela 9514 em 27 de outubro de 2023 do Censo Demográfico IBGE 2022 contendo os dados da população residente por idade temos que o quantitativo de crianças na faixa etária de 0 – 6 anos é de 5623 crianças.

A Figura 6 apresenta o percentual de População Primeira Infância - 0 a 6 anos que corresponde a 7,52% da população. Esse dado viabiliza a condução de medidas pró-primeira infância, os tipos de políticas públicas necessárias e fornece também um importante argumento de ações voltadas para esse público.

Densidade demográfica da população da Primeira Infância - 0 a 6 anos



Figura 6: Densidade demográfica da população da primeira infância. Fonte: Primeira Infância Primeiro, s/d, apud IBGE, Censo Demográfico, 2022.

O percentual da população na faixa etária de 0 a 6 anos por raça/cor

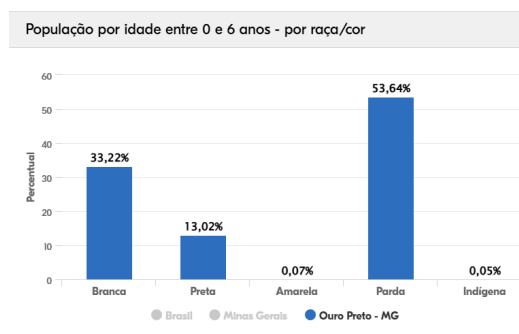


Figura 7 - População por idade entre 0 e 6 anos - por raça/cor em Ouro Preto/MG. Fonte: Primeira Infância Primeiro, s/d, apud IBGE, Censo Demográfico, 2022.

Já a figura 7 apresenta a população Primeira Infância - 0 a 6 anos por raça/cor, evidenciando o perfil étnico-racial do município. Este indicador é a base para que as ações em prol da primeira infância sejam coerentes com a realidade social.

Com relação ao meio ambiente, o município apresenta 75,6% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 18,9% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 30,6% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 270 de 853, 792 de 853 e 325 de 853, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 1134 de 5570, 5144 de 5570 e 1196 de 5570, respectivamente (IBGE, 2022).

No Município de Ouro Preto além das estruturas governamentais (equipamentos públicos, serviços, escolas, unidades de saúde, etc.), estão em funcionamento os Conselhos Municipais direcionados para o controle social democrático e a deliberação sobre a aplicação de recursos públicos: Assistência Social, Educação, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), Saúde. Além do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e do Conselho Tutelar.

Em se tratando da política de Assistência Social, além dos setores localizados na gestão, de duas unidades de acolhimento institucional (na área urbana) e do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, existem 01 (um) Centro de Referência Especializado de Assistência social (CREAS), 05 (cinco) Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e mais o CRAS Volante.

3. Princípios e Valores

O que é a Primeira Infância?

São os primeiros seis anos de vida de uma criança. Nessa fase a criança aprende muito e aprende rápido, sendo considerada uma grande janela de oportunidade para o desenvolvimento físico, emocional e social (GUIA DE SENSIBILIZAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA). O documento técnico e político mais avançado que o Brasil tem para dar cumprimento aos direitos da criança de até 6 anos de idade é o Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI). Esse foi elaborado pela Rede Nacional

Primeira Infância, nos anos 2009 e 2010, e aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), no dia 14 de dezembro de 2010 (GUIA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO NACIONAL PARA PRIMEIRA INFÂNCIA;2020).

O PNPI é nacional porque se destina ao atendimento de todas as crianças de 0 a 6 anos existentes no país. Uma de suas diretrizes políticas é a aplicação da corresponsabilidade da União, dos Estados e dos Municípios na garantia dos direitos da criança na primeira infância, segundo as competências que a Constituição Federal define para cada ente. Outra diretriz é a de que os Estados e o Distrito Federal façam seus respectivos Planos Estaduais e Distrital, e os Municípios, os Planos Municipais pela Primeira Infância (GUIA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO NACIONAL PARA PRIMEIRA INFÂNCIA; 2020).

A Lei nº 13.257/2016, mais conhecida como Marco Legal da Primeira Infância (MLPI), é, sem dúvida, a mais avançada do mundo sobre a atenção integral à criança nos primeiros seis anos de vida (GUIA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO NACIONAL PARA PRIMEIRA INFÂNCIA; 2020). Construída sobre os princípios da Constituição Federal e da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, ela fixa as diretrizes para a elaboração e a implementação das políticas pela primeira infância, aprofunda e amplia os dispositivos do ECA para a faixa etária de 0 a 6 anos e altera outras leis, visando a um mais amplo atendimento dos direitos da criança nessa faixa etária (GUIA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO NACIONAL PARA PRIMEIRA INFÂNCIA;2020).

A lei foi sancionada no dia 8 de março de 2016, depois de dois anos de debates no Congresso Nacional e na sociedade civil, em audiências públicas e em seminários regionais. Nesses dois anos, ela recebeu e acolheu as propostas do Poder Legislativo, do Executivo, do Judiciário e do Ministério Público (GUIA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO NACIONAL PARA PRIMEIRA INFÂNCIA; 2020). A Lei de 2016 possui uma concepção holística da criança, que inclui todos os aspectos – o físico (biológico), o psíquico (mental, afetivo, espiritual), o social e o interacional, a situação ou o contexto social e cultural em que sua vida acontece. Essa concepção holística requer uma política multissetorial e integrada para promover seu

atendimento (Lei nº 13.257/2016, artigos 3º e 4º, inciso VII; 5º, 6º e 14, § 3º. Integral).

Os princípios sobre a Primeira Infância são (Rede Primeira Infância Minas Gerais):

- A primeira infância é fundamental no desenvolvimento humano. As vivências da criança nessa fase têm impacto sobre toda a vida posterior da pessoa.
- A criança é um sujeito de direitos, indivíduo único e com valor em si mesmo.
- Toda a criança deve ser respeitada e valorizada como pessoa na sua condição peculiar de desenvolvimento, na sua identidade e subjetividade.
- As políticas públicas, os planos de ações dirigida à criança devem considerá-la como sujeito integral, promover a sua escuta e participação e atendê-la na sua globalidade.
- O atendimento à primeira infância deve ser prioridade absoluta e realizado por políticas públicas articuladas que garantam a atenção integral de qualidade.
- Os vínculos afetivos e sociais são fundamentais para o desenvolvimento da criança. Família, prioritariamente, a comunidade e a rede de atendimentos e cuidados (governamental ou não) são instâncias privilegiadas para tal.
- A criança deve ser protegida de todas as formas de violência ou violação dos seus direitos.
- A forma mais comum que o município pode atender aos direitos sociais é dividi-los em setores: educação, saúde, assistência, proteção a direitos específicos, cultura, meio ambiente, segurança etc. Isso faz com que esses setores cheguem à criança de forma desarticulada, cada um por si, sem combinar ações, que têm de interagir, que devem ser complementares, uma dependendo da outra. A fragmentação deve ser superada pela visão da integralidade e interdependência e do entendimento da visão holística da criança (GUIA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO NACIONAL PARA PRIMEIRA INFÂNCIA;2020).

4.O processo de construção coletiva do PMPI

Na Figura 9, percebemos o dinamismo na construção coletiva do PMPI de Ouro Preto/MG, que foi finalizado com a escuta das crianças no âmbito educacional e na saúde, em outubro e novembro de 2024.

Linha do Tempo da construção coletiva do PMPI de Ouro Preto

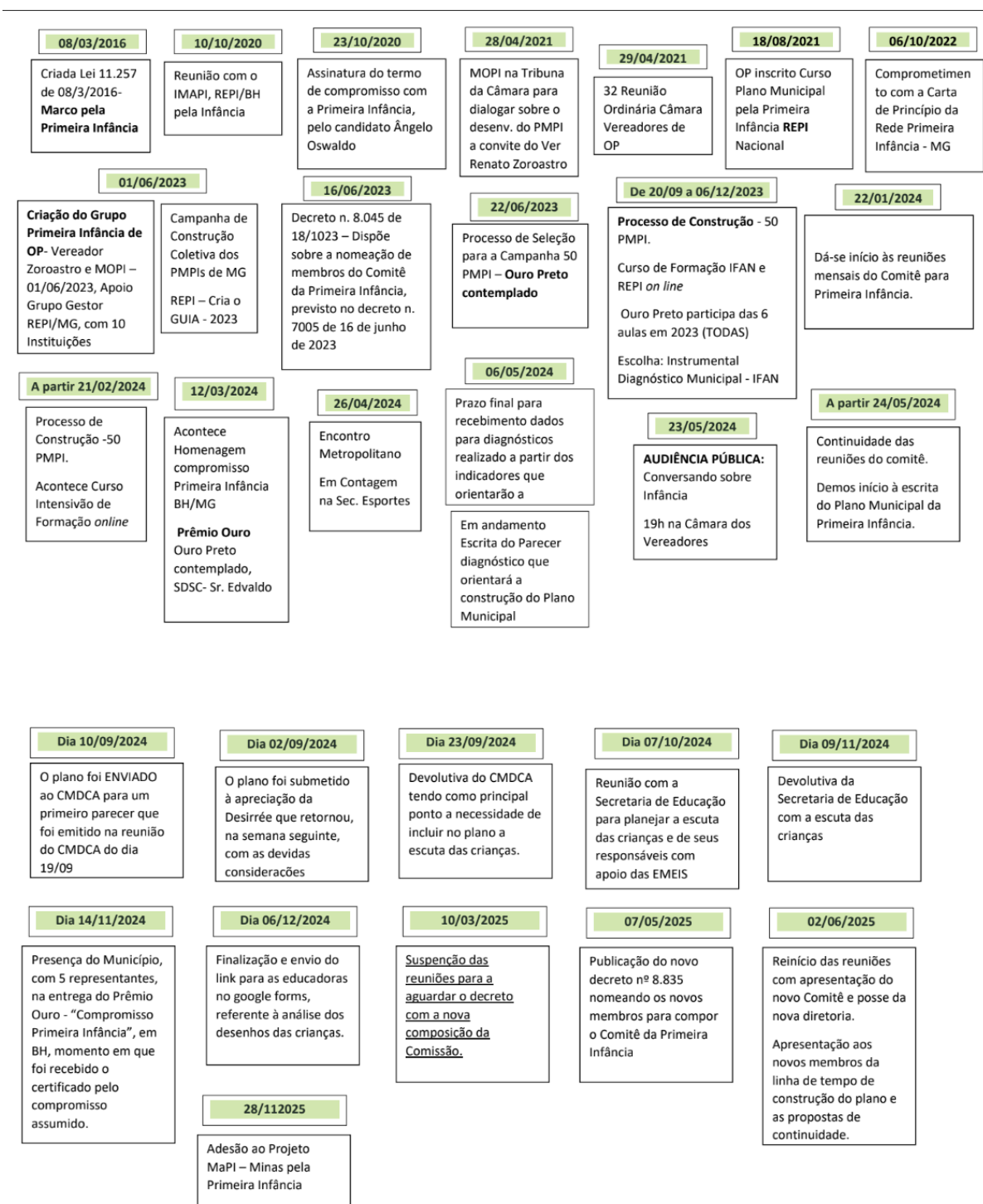


Figura 8: Linha do tempo da construção coletiva do PMPI de Ouro Preto. Fonte: Cleia Barbosa, Cristina Salame, Vera Roriz, 2024-2025.

O processo de construção coletiva do PMPI

Esse Processo vem culminado em reuniões, ações bem representativas como a participação popular na audiência pública – Data 23/05/2024. Participação em eventos da REPI-MG, firmando compromissos com a Primeira Infância em Ouro Preto, representando o Prefeito Angelo Oswaldo.

Apoio do Prof. Rogério Prado



Foto 1: Apoio do Prof. Rogerio Prado (UNIFENAS) da REPI _MG a construção do PMPI. 18/07/23.

Reunião ordinária da Comissão do PMPI



Foto 2: Reunião ordinária da Comissão PMPI – Parte dos membros presentes. 23/05/24.

Compromisso Primeira Infância em Belo Horizonte



Foto 3: Evento Compromisso Primeira Infância, com a presença do Secretário de Desenvolvimento Social e Cidadania Edvaldo Rocha e Cleia Barbosa do MOPI. Belo Horizonte, 12/03/24.

Prêmio Ouro - Compromisso com a Primeira Infância em Belo Horizonte

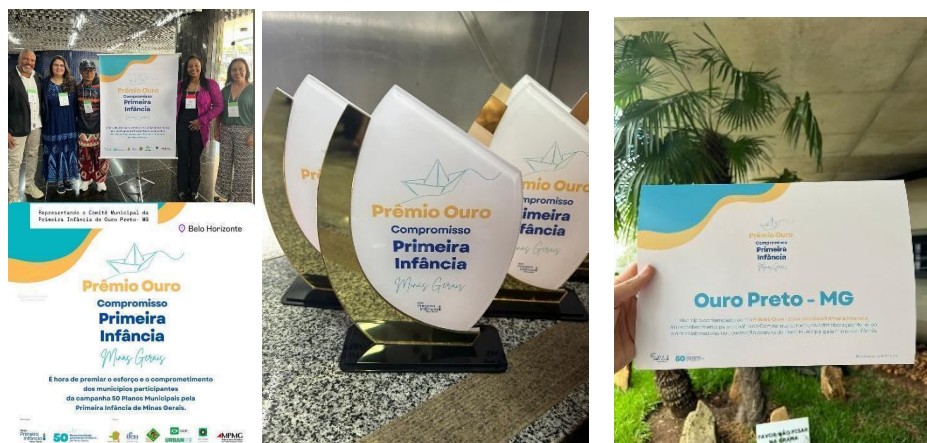


Foto 4: Evento Prêmio Ouro –Compromisso com a Primeira Infância, com a presença de membros da Comissão Primeira Infância de Ouro Preto. Belo Horizonte, 14/11/24.

5.Eixos Estratégicos

A proposta de caminhos para a construção do Plano Municipal da primeira Infância de Ouro Preto foi estruturada a partir de três eixos complementares entre si:

Sistema de Informação Integrado da Primeira Infância

Introdução

A gestão integrada de dados e informações consolidará e integrará dados dos setores e serviços em um Sistema Integrado da Primeira Infância. A criação de um

Sistema de Informação Integrado da Primeira Infância, capaz de conectar as diferentes bases de dados das áreas de Saúde, Educação, Assistência, Proteção, Justiça, Direitos Humanos e todas as áreas que se relacionam com a proteção da infância, entre outros sistemas de informações.

O objetivo desse sistema será possibilitar a visualização de todo o histórico de acompanhamento da criança nos serviços essenciais, o que permitirá a tomada de decisão baseada em dados e a identificação de situações de alerta em que a criança ou sua família não esteja acessando os seus direitos. Assim, os diferentes setores que atendem às crianças e suas famílias passam a ter acesso compartilhado aos registros, a partir de um identificador único, como o CPF.

A criação desse sistema está em consonância com a atual legislação. A Lei nº 14.534, de 11 de janeiro de 2023, estabelece o CPF como número único e suficiente para a identificação do cidadão nos bancos de dados de serviços públicos, de modo que, até janeiro de 2025, os órgãos e as entidades tenham a interoperabilidade entre os cadastros e as bases de dados. Além disso, no art. 11, caput e §§ 1º e 2º do Marco Legal da Primeira Infância, e no art. 5º da Lei nº 12.662/2012, na redação dada pela Lei nº 13.257/2016 (art. 42 do Marco Legal da Primeira Infância), está prevista a criação de um sistema informatizado para registro unificado do desenvolvimento da criança. Esse arcabouço evidencia a confluência da proposta com ações já em andamento ou em discussão na administração pública federal.

A área temática de gestão integrada dos dados e informações nunca foi desenvolvida pelo atual governo municipal, ou governos anteriores. Desta forma não existem gráficos, tabelas e mapas que possam elucidar qualquer informação sobre esse eixo temático.

Sendo assim, O QUADRO 1 mostra o Plano de Ação Operativo, com os objetivos, metas, ações, indicadores, prazos e responsáveis.

Quadro 1- Plano de Ação Operativo						
Plano de Ação	Objetivos do PA	Metas	Ações	Indicadores relacionados ao PA	Prazo	Responsáveis
Desenvolver uma plataforma online para o "Caminho da criança na primeira infância"	<p>Cadastramento das crianças na plataforma.</p> <p>Oferecer um caminho a ser seguido e usufruído pela criança em todas as áreas temáticas municipais.</p> <p>Gerenciamento por parte do setor municipal de diferentes indicadores na área da primeira infância.</p> <p>Desenvolver políticas municipais para a primeira infância.</p>	<p>Ter um sistema desenvolvido</p> <p>100% das crianças do município cadastradas na plataforma.</p>	<p>1) Contratar uma empresa de TI para o desenvolvimento da plataforma.</p> <p>2) Desenvolvimento da plataforma entre os secretários municipais e a empresa de TI.</p> <p>3) Treinamento de todas as secretarias responsáveis para o manuseio da plataforma.</p> <p>4) Divulgação de plataforma e fortalecimento do seu preenchimento entre as secretarias.</p> <p>5) Validação do fluxo do "Caminho da Primeira Infância".</p>	<p>1) Número de crianças cadastradas na plataforma.</p> <p>2) Número de crianças que efetivamente estão cumprindo os passos do "Caminho da primeira infância".</p> <p>3) % de cumprimento do desenvolvimento da plataforma junto a empresa de TI.</p> <p>4) % de servidores públicos municipais treinados e desenvolvidos para o uso da plataforma.</p>	<p>2 anos para o desenvolvimento da plataforma.</p> <p>2 anos para implementação, treinamento e validade do fluxo do caminho da primeira infância via plataforma.</p>	Secretarias municipais do Município de Ouro Preto.

O operativo desenvolvido está de acordo com o eixo estratégico Sistema de Informação Integrado quadro da Primeira Infância. Este eixo, por meio do quadro

operativo desenvolvido, garantirá o “Caminho da criança pela Primeira Infância” no Município de Ouro Preto.

Para o desenvolvimento desse eixo com esse quadro operativo será necessário um orçamento específico, pois trata-se de algo novo e que precisa da criação de novos fluxos.

O “Caminho para a Primeira Infância” poderá seguir a Figura 9 que foi retirada da caderneta da criança, distribuída pelo Governo Federal, no ano de 2024. O caminho é uma orientação tanto para as famílias, que passam a compreender as várias dimensões de cuidado necessários e a identificar os serviços aos quais têm direito, como para os gestores públicos, que precisam focar na garantia de oferta, no Município de Ouro Preto, dos serviços essenciais disponibilizados.

Caminho para a Primeira Infância



Figura 9: Caminho da Primeira Infância. Fonte: Brasil, 2024

Serviços setoriais fortalecidos e integrados

Para fortalecer e integrar as políticas de serviços básicos, inicialmente abrangendo as áreas de Saúde, Assistência Social e Educação, juntamente com iniciativas de Proteção e Justiça e Direitos Humanos.

Para fortalecer as políticas setoriais, é imprescindível estabelecer uma governança interfederativa baseada no regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios. Essa abordagem tem por objetivo expandir e qualificar a oferta de serviços nos territórios, levando em conta a diversidade de cada um deles e os diferentes diagnósticos embasados em dados, inclusive a partir do Sistema de Informação Integrado da primeira infância. O modelo de governança deve incorporar mecanismos de indução e colaboração, com papéis, responsabilidades e incentivos definidos para viabilizar o movimento de expansão e qualificação dos serviços.

Cada setor precisa atuar de forma prioritária e estratégica para potencializar suas ações setoriais. A seguir, elencamos pontos de atenção nas áreas da Saúde, da Educação, da Assistência Social, Cidadania, Esporte e Lazer e no serviço de proteção às infâncias, que envolve as áreas da Justiça, Segurança Pública e Direitos Humanos.

5.1 SAÚDE

A Rede pela Primeira Infância, fundamentada no Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016), é um sistema integrado que visa assegurar direitos essenciais às crianças desde o nascimento até os seis anos de idade. Este marco legal reconhece a importância crucial dos primeiros anos de vida no desenvolvimento integral e saudável das crianças, promovendo políticas públicas e ações coordenadas que abrangem não apenas a saúde física, mas também o bem-estar emocional, social e cognitivo.

Na prática, a Rede pela Primeira Infância proporciona um ambiente de cuidado e apoio, onde profissionais de saúde, educadores, famílias e comunidades trabalham em conjunto para garantir o acesso universal a serviços de qualidade. Isso inclui desde a assistência pré-natal e o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil até programas de educação parental e intervenções precoce. Ao integrar esses esforços, a rede fortalece o desenvolvimento saudável

das crianças, investindo não apenas em seu presente, mas também na construção de um futuro mais promissor para toda a sociedade.

Quais tipos de intervenções são realizadas no nosso município?

A seguir, apresentaremos os dados referentes aos indicadores da saúde no município de Ouro Preto.

COBERTURA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA

Este indicador é crucial porque as equipes podem colaborar em várias políticas públicas ao mesmo tempo: alerta para risco de violência contra crianças, incentivo à matrícula na creche e aleitamento materno, cuidados contra obesidade, dentre outros. (Figura 9).

- 2021: 98,61%
- 2022: 100%
- 2023: 100%
- 2024: 100%

Obs.: Mais de 73% dos municípios brasileiros têm cobertura da APS maior que 90%. 53% (2998 municípios) já têm 100% de cobertura populacional. Os principais gargalos ainda estão na região Norte e em uma região do interior de São Paulo.

Cobertura da Atenção Primária em Ouro Preto

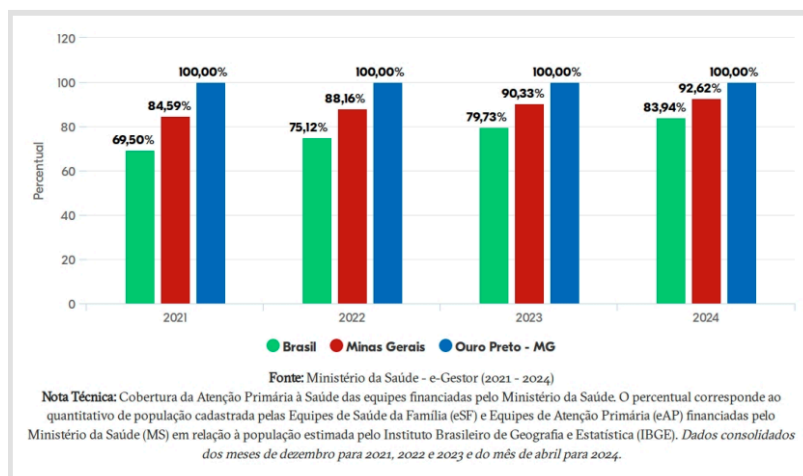


Figura 10: Dados da cobertura da Atenção Primária. Fonte: Ministério da Saúde, 2025.

Taxa de Mortalidade Infantil

Ela representa a taxa de crianças nascidas vivas que morreram com menos de um ano de idade para cada mil crianças nascidas vivas.

Observamos que o tem uma tendência a apresentar taxas de mortalidade infantil menores que o Estado e o Brasil, exceto em alguns períodos como nos anos de 2017, 2018 e 2021. (Figura 11)

Taxa de mortalidade infantil em Ouro Preto

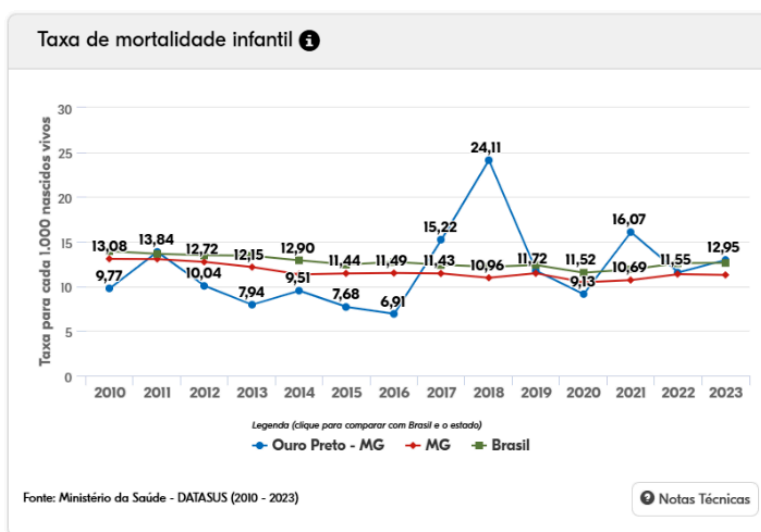


Figura 11: Taxa de Mortalidade Infantil em Ouro Preto. Fonte: Ministério da Saúde, 2025.

Percentual de Mortalidade Infantil por Causas Evitáveis

Este indicador aponta a proporção de mortes que poderiam ser evitadas com ações mais eficientes de imunização, assistência a gestantes e ao recém-nascido, melhores condições de parto, diagnósticos e tratamentos mais precisos ou ações de promoção da saúde. Esta taxa deveria ser zero. Qualquer número diferente disso significa que falhas provocaram a morte de crianças. Atuar nas causas evitáveis é, por definição, a única maneira de reduzir a mortalidade infantil. (Figura 12)

Percentual de mortalidade infantil por causas evitáveis em Ouro Preto

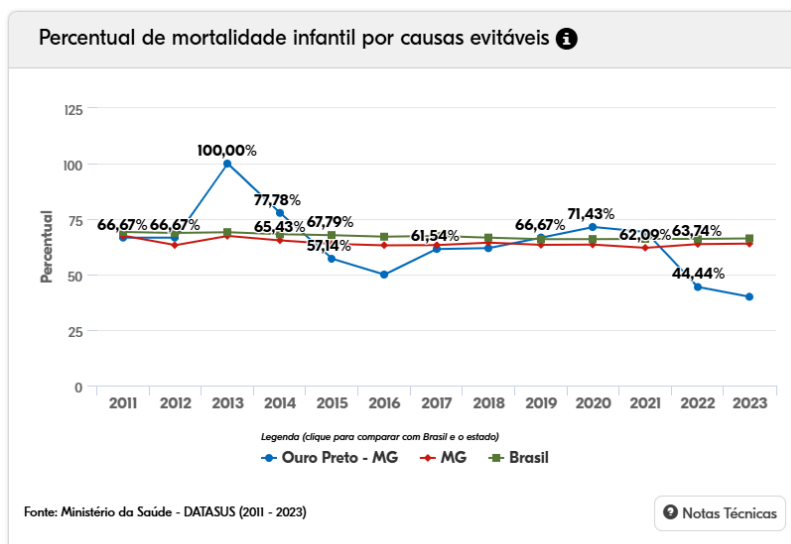


Figura 12: Percentual de mortalidade infantil por causas evitáveis. Fonte: Ministério da Saúde, 2025.

Abaixo, na figura 13, observa-se a comparação da mortalidade infantil total e por causas evitáveis, durante os anos de 2010 a 2023.

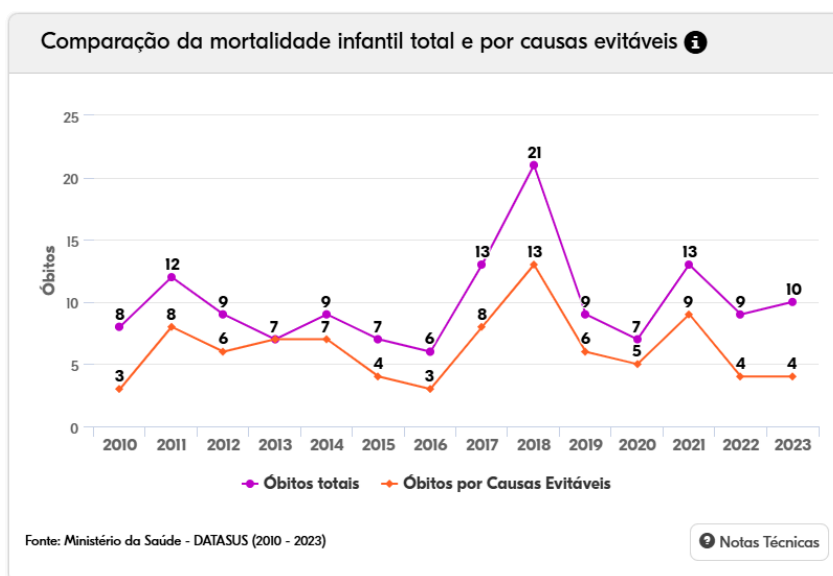


Figura 13: Comparação da mortalidade infantil total e por causas evitáveis. Fonte: Ministério da Saúde, 2025.

Percentual de Gestantes com mais de 7 consultas de Pré-Natal

O aumento das consultas pré-natais está diretamente relacionado à diminuição da mortalidade infantil e da mortalidade materna. Daí vem a meta de que 100% das gestantes façam pelo menos sete consultas – o que pode ajudar a melhorar vários outros indicadores, como aleitamento, mortalidade infantil por causas evitáveis e bebês de baixo peso.

O município apresenta historicamente percentuais de gestantes com mais de 7 consultas de pré-natal acima dos dados estaduais e federais. Tal percentual poderia ser atribuído à cobertura e vínculo deste público ao serviço de Atenção Primária. (Figura 14).

Percentual de Gestantes com mais de 7 consultas de Pré-Natal

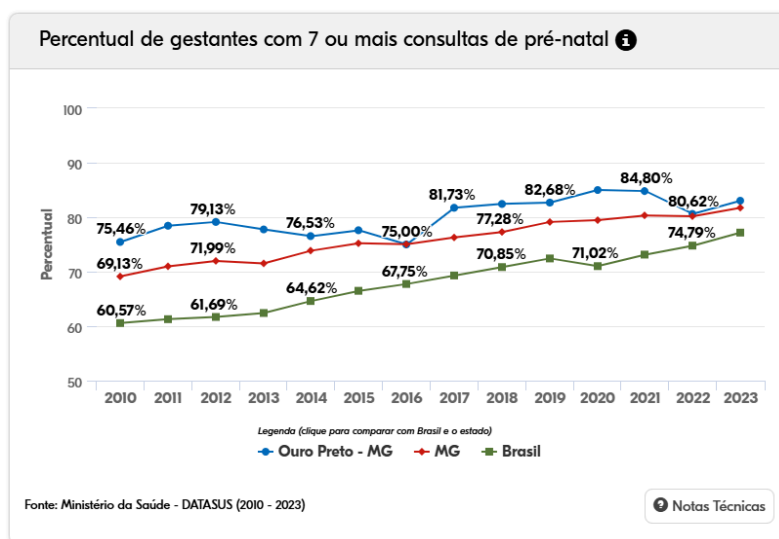


Figura 14: Percentual de Gestantes com mais de 7 consultas de Pré-Natal. Fonte: Ministério da Saúde, 2025.

Percentual de Partos De Mães Adolescentes (Até 19 Anos)

Idealmente, este índice diminui bastante ao longo do tempo. Mas no geral deve diminuir muito mais. Para uma rápida comparação, o gráfico apresenta as curvas do estado e do país. É importante analisar este indicador em conjunto com os dois anteriores, especialmente o de total de partos de mães adolescentes, porque a taxa de natalidade do país vem caindo, o que pode dar a falsa impressão de que o

problema está sendo bem equacionado, pois vem caindo, o que pode dar a falsa impressão de que o problema está sendo bem equacionado.

Total de Partos de Mães Adolescentes (Até 19 Anos)

Esses dados foram analisados por anos (2010 – 2023), discriminado o percentual de partos nesta faixa etária. (Figura 15).

Percentual de Partos e Mães Adolescentes (Até 19 Anos)

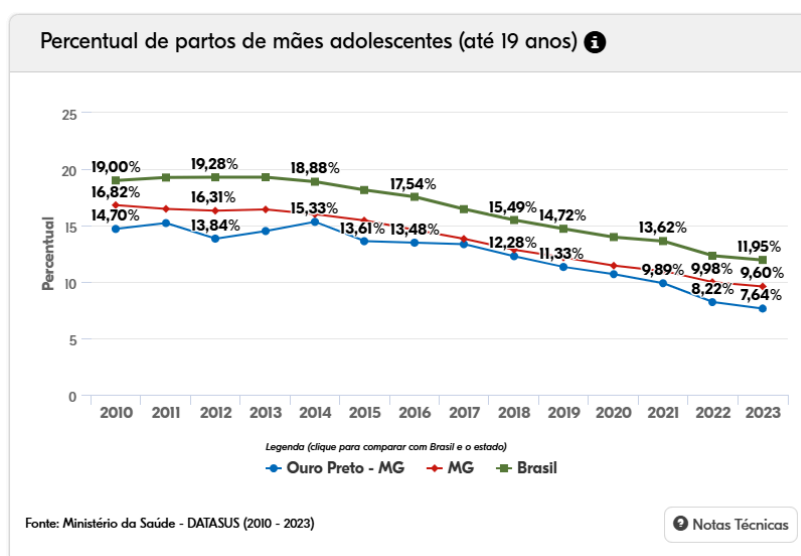


Figura 15: Percentual de Partos e Mães Adolescentes (Até 19 Anos). Fonte: MS, 2023.

Este indicador aponta para duas preocupações interligadas: a gravidez de adolescentes, que em grande parte dos casos não foi planejada, interrompe estudos e planos de vida; e a alta probabilidade de o bebê viver em um arranjo familiar instável, menos capaz de lhe oferecer os cuidados necessários para seu desenvolvimento pleno.

A disposição dos nascimentos das crianças segundo a residência da mãe.

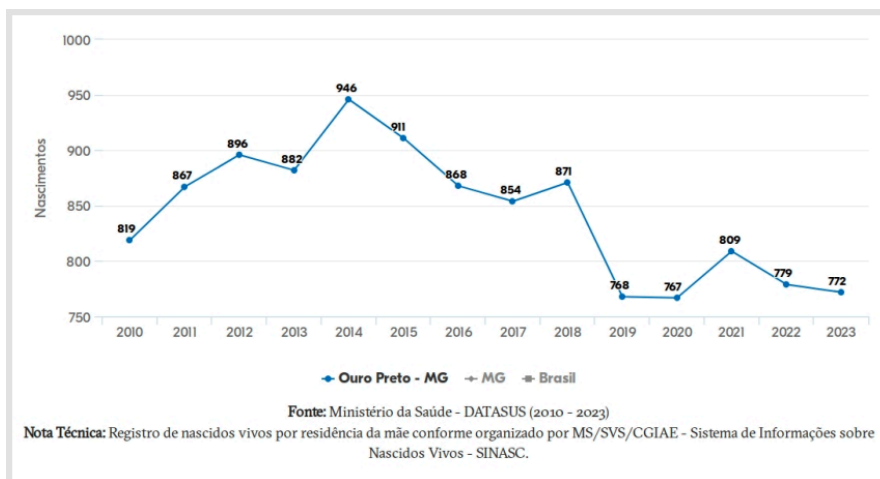


Figura 16: A disposição dos nascimentos das crianças segundo a residência da mãe. Fonte: Ministério da Saúde, 2023.

Total de Partos e Mães Adolescentes (Até 19 Anos) - Por Raça/Cor (2021)

Por este indicador percebe-se o quanto a desigualdade se traduz em respostas comportamentais que favorecem sua perpetuação. Quanto maior a concentração de mães adolescentes entre as etnias identificadas como as mais vulneráveis, maior a necessidade de ações públicas voltadas para essas populações específicas. (Figura 17).

Total de Partos e Mães Adolescentes (até 19 anos), por raça/cor

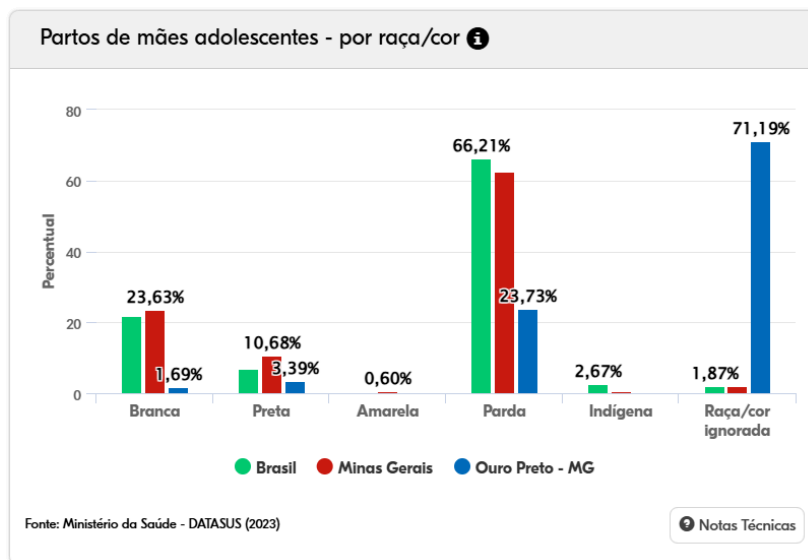


Figura 17: Total de Partos e Mães Adolescentes (Até 19 Anos) - Por Raça/Cor (2023). Fonte: Ministério da Saúde, 2025.

NUTRIÇÃO

Total de Nascimentos Registrados com Baixo Peso

Este é um indicador de quantas crianças já partem em defasagem no seu processo de desenvolvimento. Na maior parte das vezes, significa comprometimento nutricional – especialmente quando relacionado ao baixo peso nos primeiros anos de vida. (Figura 18).

Percentual de nascimentos registrados com baixo peso

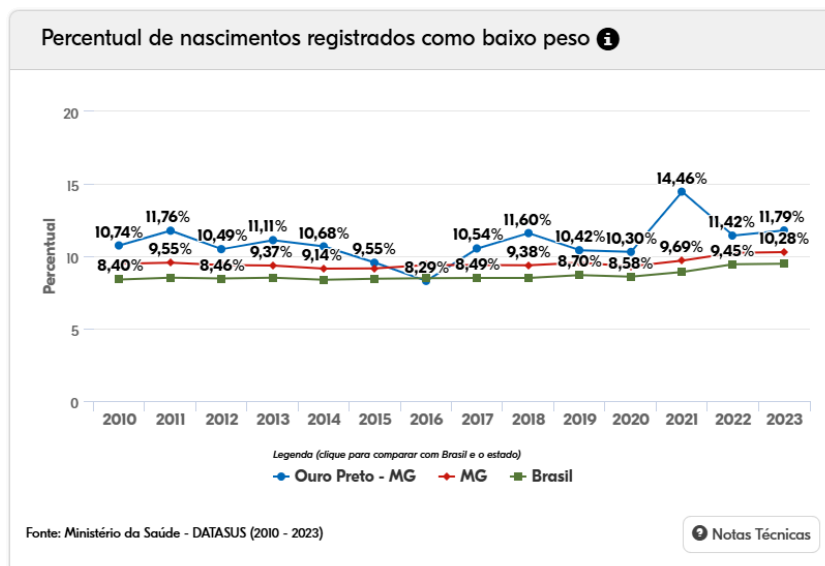


Figura 18: Percentual de Nascimentos Registrados com Baixo Peso. Fonte: Ministério da Saúde, 2025.

Percentual de Crianças de Baixo Peso em Relação ao Total de Nascidos Vivos (2002 - 2021)

Este índice se conjuga com o anterior. Se o número de bebês que nascem com menos de 2,5 quilos cai, mas a porcentagem deles no total de nascimentos permanece a mesma, o problema não está sendo devidamente tratado. É o que se vê, por exemplo, na curva do país visto na figura 19.

Percentual de crianças de baixo peso em relação ao total de nascidos vivos

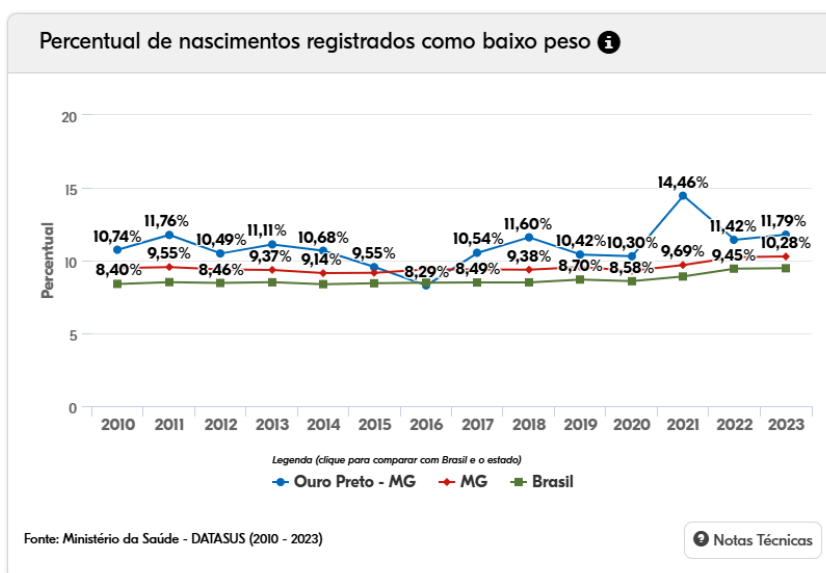


Figura 19: Percentual de crianças de baixo peso em relação ao total de nascidos vivos (2010 - 2023), comparado com dados das 3 esferas de governo. Fonte: Ministério da Saúde, 2025.

Percentual de Peso Baixo ou Muito Abaixo para a Idade [2022]

Sempre pode haver crianças geneticamente predispostas a ter peso abaixo do padrão. Mas, estatisticamente, esse indicador aponta para a quantidade de crianças que estão com a nutrição abaixo do recomendado e, por consequência, seu desenvolvimento físico comprometido. E, em geral, isso vem junto com atraso motor, poucos estímulos intelectuais, às vezes problemas emocionais. (Figura 20).

Percentual de Peso Baixo ou Muito Abaixo para a Idade

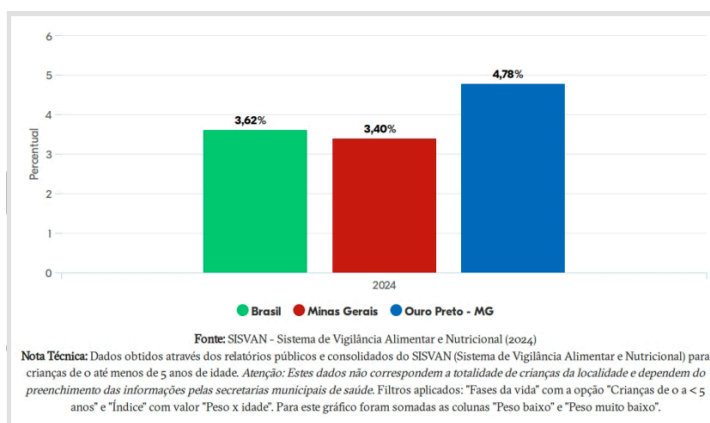


Figura 20: Percentual de Peso Baixo ou Muito Abaixo para a Idade, 2022. Fonte: Ministério da Saúde, 2024.

Percentual de Peso Elevado para a Idade (2024)

Do outro lado do espectro do baixo peso, tem crescido o fenômeno da obesidade, um sinal de problemas futuros para a saúde da criança. O peso elevado pode indicar má alimentação e sedentarismo, dois fatores que prejudicam o desenvolvimento pleno na primeira infância (assim como na vida toda). As crianças de Ouro Preto apresentam percentual elevado.(Figura 21).

Percentual de Peso Elevado para a Idade

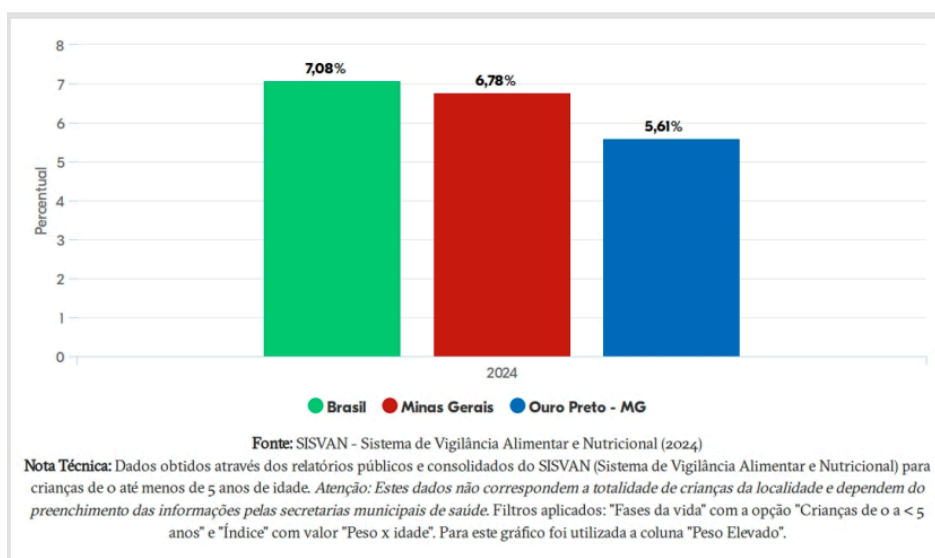


Figura 21: Percentual de Peso Elevado para a Idade, 2022. Fonte: Ministério da Saúde, 2024

ALEITAMENTO MATERNO [2022]

Não existe melhor forma de nutrição para um bebê até os 6 meses de idade do que o leite materno, sendo a amamentação indicada até 2 anos de idade ou mais. Por isso, quanto maior o índice de aleitamento materno, melhor para o município. Mesmo considerando que este dado é declaratório, ou seja, não tem o rigor de pesquisas (sugere-se realizar novamente, a Pesquisa WBTi - Iniciativa Mundial sobre Tendências em Aleitamento Materno, para orientar novas diretrizes de ações), um índice baixo pode indicar necessidade de campanhas, ou de alertar as Equipes Saúde da Família para ajudar as mães para que os bebês façam a pega correta do peito, bem como todo o manejo correto, utilizando as técnicas de aconselhamento do MS/OMS/UNICEF e respeitando as leis vigentes municipais, estaduais e federais, como a Lei 11.295/2016 do MS (NBCAL). (Figura 22).

Comparação dos índices de amamentação federal, estadual e municipal

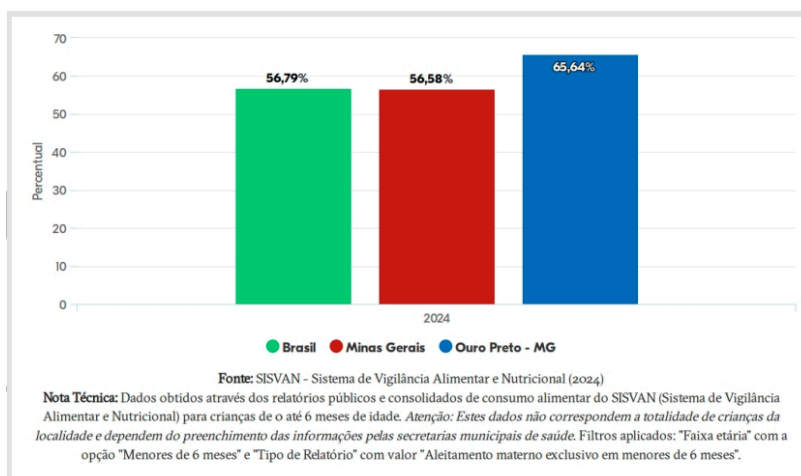


Figura 22: Comparação dos índices de amamentação federal, estadual e municipal, 2024. Fonte: Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, 2025.

PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE 2022-2025

Identificação de ações voltadas para a primeira infância no plano municipal de saúde.

SAÚDE BUCAL

- **Na Atenção Primária:** "CPOD" é uma sigla referente a dentes cariados, perdidos e obturados, um parâmetro definido pela OMS para avaliação da

saúde bucal na infância e adolescência. A avaliação é feita aos 12 anos, parâmetro adotado internacionalmente por ser a idade em que a dentição permanente está praticamente completa. Os parâmetros estabelecidos pela OMS em 2010 são CPOD aos 12 anos igual ou menor que 1 e 90% das crianças até 6 anos livres de cáries. Em 2008, o CPOD municipal foi calculado em 1,27. Não constam no PMS 2022-2025 dados municipais mais recentes sobre saúde bucal na primeira infância.

- Apesar de não termos identificado ações especificamente direcionadas à primeira infância, verificamos ações voltadas a este público nas escolas vinculadas ao Programa Saúde na Escola, com atividades relacionadas à escovação (educação em saúde e escovação guiada). O município também tem parceria com o projeto Sorria.

VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Cobertura Vacinal Infantil

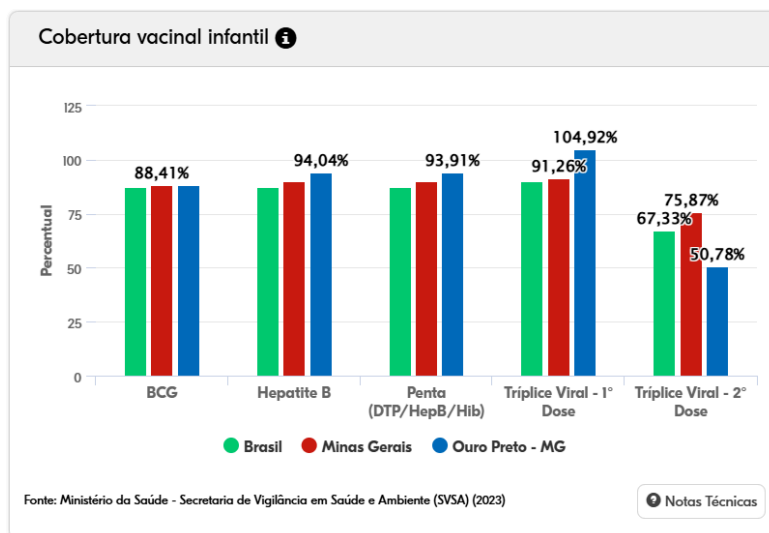


Figura 23: Cobertura vacinal no município de Ouro Preto. Fonte: DATASUS, 2025.

- **Programa de Imunização:** na rede SUS-OP existem 22 salas de vacina, sendo 11 (dez) no perímetro urbano e 11 (onze) encontram-se nos distritos e área rural do município.

Ações:

1. Realizar rotina de campanhas de multivacinação conforme estabelecido pelo calendário anual do MS,
 2. Atualizando as cadernetas de saúde das crianças e garantindo o monitoramento rápido de cobertura vacinal e outras que poderão ser definidas;
 3. Realizar busca ativa das crianças com vacinação em atraso;
 4. Integração com Programas de Educação Infantil e Creches: Estabelecer parcerias formais com redes de educação básica para realizar imunizações in loco durante matrículas ou eventos escolares. Essa estratégia, validada por meta-análises da OMS (2022), aumenta a cobertura vacinal em 15-25% em populações vulneráveis, ao sincronizar a vacinação com rotinas familiares e reduzir o absenteísmo
 5. Desenvolver ações educativas personalizadas, utilizando agentes comunitários de saúde (ACS) para visitas domiciliares e rodas de conversa em territórios vulneráveis, incorporando narrativas baseadas em evidências locais de redução de incidência de doenças (ex.: queda de 90% em casos de coqueluche pós-vacinação).
 6. Realize treinamentos regulares em comunicação motivacional e manejo de objeções vacinais, utilizando simulações baseadas em cenários reais. Uma revisão Cochrane (2019) indica que equipes capacitadas melhoram a adesão em 12-20%, ao adotar técnicas como a "entrevista motivacional" para superar barreiras culturais.
- **Indicador para monitoramento e avaliação da meta:** digitação no SI-PNI;
 - **Ação prevista para os anos:** 2026 a 2036 (ação contínua)
 - **Ações de saúde bucal:**
 1. Estabelecer protocolos para inclusão de exames odontológicos preventivos durante consultas de puericultura nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), com foco na aplicação de flúor e selantes em dentes decíduos.
 2. Desenvolver rodas de conversa e oficinas com Agentes Comunitários de Saúde (ACS) para orientar pais sobre higiene bucal, amamentação exclusiva e dieta baixa em açúcares, utilizando materiais visuais adaptados à baixa escolaridade.
 3. Implementar protocolos de busca ativa das crianças com fatores de risco (ex.: baixa renda, mães tabagistas), oferecendo consultas gratuitas e kits de higiene bucal.
 4. Realizar treinamentos anuais para enfermeiros, ACS e odontólogos em detecção precoce de mal oclusões e trauma dentário, incorporando a saúde bucal ao pré-natal e ao Programa Saúde na Escola.
 5. Realizar ações educativas e distribuição de kits odontológicos nas escolas e creches do município.

Indicador para monitoramento e avaliação da meta: cobertura de consultas odontológicas preventivas ($\geq 80\%$), a redução na prevalência de cárie, a adesão familiar à higiene bucal diária ($\geq 70\%$), a taxa de buscas ativas realizadas (100% em riscos) e o índice de satisfação e equidade no atendimento ($\geq 90\%$ de resolução com gap $< 10\%$), permitindo avaliações integradas via e-SUS para otimizar intervenções municipais.

Ação prevista para os anos: 2026 a 2036 (ação contínua).

- Coordenar e monitorar os indicadores do consumo alimentar/vigilância nutricional (SISVAN) e condicionalidades de saúde do Bolsa Família.
- **Indicador para monitoramento e avaliação da meta:** relatório do programa
- **Ação prevista para os anos:** 2026 a 2036 (ação contínua).
- **Atenção Primária à Saúde**
- **Linhas de Cuidados:**

Ações:

1. Implantar nas UAPS a utilização de instrumentos de detecção precoce, de riscos para desenvolvimento infantil, incluindo o Transtorno do Espectro Autista
 - **Indicador:** percentual dos postos de saúde com os instrumentos de detecção precoce implantados/ano
 - **Meta 2026-2036:** 100%
 - **Meta anual:** 2026 - 25%; 2027 - 50%; 2028 - 75%; 2029 - 100%
 2. Implantar linha de cuidado à saúde da criança
 - **Indicador:** documento elaborado
 - **Meta 2026-2036:** 100%
 - **Meta anual:** 2026 - 25%; 2027 - 50%; 2028 - 75%; 2029 - 100%
- **Abordagem Comunitária:**

Ações:

1. Manter e aprimorar as ações relacionadas ao Programa Saúde na Escola no município
 - **Indicador:** percentual de equipamentos de educação inscritos no PSE/número de equipamentos escolares existentes
 - **Meta 2025-2035:** variável conforme adesão ao programa (bianual e conforme pactuação estadual)
 - **Meta anual:** 100% das instituições pactuadas

A assistência direta à criança já é uma atividade rotineira nas unidades básicas de saúde, por isso, não levantamos dados relacionados a este atendimento, pois o consideramos elementar e já incluído na carteira de serviços da Atenção Primária.

Eixo Saúde

Implementar estratégias eficazes para promover a saúde das crianças na primeira infância requer uma abordagem abrangente e integrada. Listamos algumas estratégias municipais que podem ser adotadas no intuito de melhorar a qualidade dos serviços de saúde voltados para a primeira infância em Ouro Preto bem como promover a inclusão e melhorar a qualidade de vida das crianças com transtornos de desenvolvimento.

De forma ampla, esperamos:

- Reduzir em 30% a taxa de mortalidade infantil;
- Aumentar em 30% a cobertura de vacinação entre crianças menores de 5 anos;
- Aumentar as taxas de aleitamento materno
- Aumentar em 25% o acesso ao diagnóstico precoce e à intervenção terapêutica para crianças com transtornos de desenvolvimento.

Meta da SMS/PMOP descrita no QUADRO 2:

Quadro Operativo Eixo Saúde

Plano de Ação	Objetivos do PA	Metas	Ações	Indicadores relacionados ao PA	Prazos	Responsáveis
Promoção da Saúde Materna	- Garantir que todas as mulheres tenham acesso a cuidados pré-natais regulares, incluindo consultas médicas, exames de saúde, orientação nutricional e educação sobre saúde materna e fetal;	- Promover o acesso a serviços de planejamento familiar para que as mulheres possam tomar decisões informadas sobre o momento e o espaçamento dos filhos; - 95% das gestantes acompanhadas pelas ESF com 7 ou mais consultas de pré-natal; - Encaminhamento oportuno para o pré-natal de alto risco; - Fornecer informações detalhadas sobre nutrição adequada durante a gravidez, importância do aleitamento materno, sinais de trabalho de parto e cuidados pós-parto; - Oferecer suporte emocional para as gestantes, incluindo aconselhamento sobre mudanças emocionais	- Ofertar os mais diversos métodos contraceptivos nas unidades básicas de saúde, levando em consideração a escolha da mulher e eficácia do método; - disponibilizar atendimento de pré-natal em todos os dias da semana e nos dois turnos de funcionamento das UBS; - realizar busca ativa das gestantes faltosas; - rever riscos gestacionais em todas as consultas de pré-natal e encaminhar as gestantes com alto risco para o PNAR; - disponibilizar acompanhamento com equipe multidisciplinar, quando necessário; - estimular a elaboração do plano de parto da gestante, esclarecendo suas dúvidas e orientando-a nas melhores escolhas.	- percentual de gestantes com 7 ou mais consultas de pré-natal; - percentual de partos vaginais e cesarianas de residentes do município; - percentual de cobertura das vacinas Hepatite B, dT, dTpa, COVID e Influenza.	Contínuo	- Gerência da APS; - Gerência da Vigilância em Saúde; - Diretoria da Atenção Especializada; - Equipes de Saúde da Família e eMulti;

		<p>durante a gravidez e após o parto, bem como acesso a serviços de saúde mental quando necessário;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Encorajar práticas de parto seguro, incluindo parto humanizado, respeito à escolha da mulher; redução de intervenções desnecessárias e suporte contínuo durante o trabalho de parto, apoiando a gestante na elaboração do seu plano de parto. 				
<p>Reduzir em 30% a taxa de mortalidade infantil no município</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitar médicos e enfermeiros no atendimento às crianças do município em conformidade com a Linha de Cuidado da Criança do Ministério da Saúde; - Sistematizar o atendimento de puericultura na Atenção Primária do município; - Ampliar o número de consultas de puericultura na rede básica 	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitar 100% dos médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem da Atenção Primária sobre cuidados básicos com a saúde infantil. - Instituir instrumento de monitoramento na puericultura; - Garantir acesso à puericultura pelas equipes de Saúde da Família; 	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar workshops sobre cuidados básicos com a saúde infantil para médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem; - Elaborar instrumento de monitoramento das crianças, conforme preconizado pelo Ministério da Saúde; - Divulgar o protocolo elaborado; - Estimular e monitorar o 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de profissionais capacitados; taxa de participação nos workshops; aumento na aplicação dos protocolos de cuidados infantis. - Número de equipes que utilizam o instrumento - Número de consultas realizadas; - percentual de crianças que receberam pelo menos uma consulta de 	2028	<p>Gerência da Atenção Primária;</p>

	<p>de saúde, na frequência recomendada pelo Ministério da Saúde;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaborar o protocolo de encaminhamento para pediatria, especialidade médica de suporte para intercorrências que não podem ser conduzidas pela APS; - Intensificar o monitoramento do estado nutricional das crianças através das pesagens e registros periódicos nas unidades de saúde com especial atenção para os beneficiários do Bolsa Família; - Ações coletivas de cunho educativo para mães e cuidadores sobre alimentação saudável, aleitamento materno, higiene e prevenção de acidentes domésticos; - Aumentar a taxa de aleitamento materno; - Manter a 	<ul style="list-style-type: none"> - Instituir protocolo de encaminhamento para a especialidade Pediatria; - Preenchimento adequado dos instrumentos de vigilância alimentar vinculados ao E-SUS e SISVAN; - Realização de ações coletivas nas unidades básicas de saúde do município; - Elevar o percentual de aleitamento materno próximo aos parâmetros encontrados em Minas Gerais; - Aumentar para 95% a cobertura vacinal da BCG, Hepatite B, Pentavalente e Tríplice Viral (1ª e 2ª doses); - Investigação de 100% dos óbitos maternos e infantis do município; 	<p>preenchimento dos instrumentos de Vigilância Alimentar;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estimular a realização de pelo menos 3 ações coletivas/ano nas unidades básicas de saúde do município; - Oferecer oficinas sobre alimentação saudável e benefícios do aleitamento materno para a mãe durante o pré-natal e no acompanhamento da criança; - Capacitar profissionais de saúde para que possam oferecer suporte adequado às mães durante a amamentação e promover práticas baseadas em evidências; - Realizar campanhas de conscientização sobre os benefícios do aleitamento materno para a saúde do bebê e da mãe; - Garantir que as vacinas estejam prontamente disponíveis em unidades 	<p>puericultura no último ano;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Protocolo implantado; - 1% da população atendida nas Unidades Básicas de Saúde com registros dos formulários de marcadores de consumo alimentar (meta Estadual); - Percentual de crianças com desenvolvimento nutricional adequado. - Número de palestras realizadas; participação dos pais/cuidadores; melhoria nas práticas de saúde observadas. - Percentual de crianças menores de 6 meses em aleitamento materno exclusivo; - Cobertura vacinal entre crianças menores de 5 anos; número de doses aplicadas comparada à meta estabelecida - Percentual de óbitos maternos e infantis investigados 		
--	---	--	--	---	--	--

	<p>oferta de vacinação e intensificar a divulgação das datas e locais de vacinação.</p> <p>- Manter o Comitê de Mortalidade Materna e Infantil.</p>		<p>de saúde, postos de vacinação;</p> <p>-Capacitar profissionais de saúde para fornecer informações precisas sobre vacinas, esclarecer dúvidas e aumentar a confiança dos pais nas vacinas;</p> <p>-Oferecer incentivos como certificados de vacinação ou pequenos brindes para encorajar a participação nas campanhas de vacinação;</p> <p>-Monitorar regularmente as taxas de cobertura vacinal e identificar áreas ou grupos populacionais que necessitam de mais atenção;</p> <p>-Investigar os óbitos maternos e infantis, mantendo as reuniões de forma periódicas do Comitê Municipal;</p>	<p>pelo comitê municipal.</p>		
<p>Promover a inclusão e melhorar a qualidade de vida das</p>	<p>- Aumentar o acesso ao diagnóstico precoce e à intervenção</p>	<p>- 90 % das crianças acompanhadas na Atenção Primária</p>	<p>- Realizar campanhas educativas em escolas, unidades de</p>	<p>- Número de campanhas realizadas; alcance estimado da</p>	<p>-Capacitação APS e elaboração do fluxo: 2º</p>	<p>- Gerência da Atenção Primária; - CAPS infantojuvenil</p>

crianças com transtornos de desenvolvimento na primeira infância no âmbito municipal	terapêutica para crianças com transtornos do desenvolvimento; - Sistematizar o rastreamento de TEA nas ações de rotina da Atenção Primária; - Estabelecer fluxo de seguimento das crianças com rastreio alterado nos serviços do município; - Capacitar os profissionais de educação sobre as alterações que podem ocorrer no desenvolvimento infantil (TEA e outros).	submetidas ao instrumento de rastreio do TEA conforme preconização do Ministério da Saúde.	saúde e comunidades sobre sinais precoces de transtornos do desenvolvimento infantil e a importância do diagnóstico precoce; - Oferecer capacitação de forma regular para médicos, enfermeiros, psicólogos, terapeutas, professores e familiares sobre identificação e manejo de transtornos de desenvolvimento na infância; - Elaborar fluxos de atendimento e encaminhamentos.	população-alvo; aumento no número de encaminhamentos para diagnóstico; - Número de profissionais capacitados; taxa de participação nos cursos; melhoria na identificação precoce de transtornos; - Percentual de crianças entre 16 e 30 meses submetidas ao rastreio de TEA; - Número de crianças entre 16 e 30 meses acompanhadas pela Atenção Primária.	semestre de 2026 -Capacitação professores: discutir com Secretaria de Educação. OBS: Essas ações não dependem de orçamento específico para serem realizadas, já que realizamos com os recursos disponíveis na rede municipal de saúde.	- Diretoria da Rede de Atenção Psicossocial; - Diretoria da Atenção Especializada; - CER/Itabirito; - Junta Reguladora da pessoa portadora de deficiência.
--	---	--	--	--	--	---

5.2 Educação

No Brasil, historicamente, a primeira infância não foi objeto (menos ainda sujeito) de políticas públicas educacionais, apenas com a Constituição Federal de 1988 tornou-se dever do Município o atendimento à primeira infância em creches e pré-escolas. Em 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394 - a Educação Infantil passou a integrar o conjunto da Educação Básica e, a partir de 2016, considera-se a primeira infância o período de vida que vai de 0 a 6 anos de idade com a instituição do Marco Legal da Primeira Infância (MLPI), Lei nº 13.257/2016.

Esses marcos legais tornam a Educação Infantil um direito humano, social e subjetivo de todas as crianças até cinco anos de idade, sem distinção decorrente de

origem geográfica, de caracteres do fenótipo (cor da pele, traços do rosto e cabelo), de etnia, de nacionalidade, de sexo, de necessidades especiais, de nível socioeconômico ou de classe social. Esse direito também não está atrelado à situação trabalhista dos pais, nem ao nível de instrução, à religião, à opinião política ou à orientação sexual.

Considerando a necessidade do município de monitorar e orientar o trabalho pedagógico, a Secretaria Municipal de Educação de Ouro Preto (SME) se baseia nas legislações vigentes para a Educação Infantil, seguindo um processo de construção coletiva quanto ao seu Funcionamento Pedagógico, formalizando as diretrizes traçadas, com a intenção de direcionar o trabalho que deve ser desenvolvido nas Instituições de Educação Infantil para promover o desenvolvimento saudável da primeira infância (0 a 5 anos). Também é dever da SME acompanhar o trabalho desenvolvido nas instituições de Educação Infantil, o que é feito a partir de programas de gestão educacional, visitas presenciais às escolas e creches e diálogos constantes.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs), as propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2009, p. 1). Além disso, as Diretrizes, em seu artigo 4º, asseguram às crianças os direitos de brincar e de produzir cultura.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017, documento normativo que estabelece o conjunto de aprendizagens essenciais, visando garantir o direito à aprendizagem e promover a qualidade da educação, articulada a todos os documentos orientadores da Educação Infantil, em especial às DCNEIs, define os direitos de aprendizagem:

1 – **Conviver** com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.

2 – **Brincar** cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua

imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

3 – **Participar** ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.

4 – **Explorar** movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.

5 – **Expressar**, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.

6 – **Conhecer-se** e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário. (BRASIL, 2017)

A BNCC da Educação Infantil organiza os objetivos de aprendizagem em cinco campos de experiências e em três faixas etárias: bebês (0 a 1 ano e 6 meses), crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses), e crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses), compreendendo as particularidades de cada faixa etária para as quais define os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento nos campos de experiência:

- O eu, o outro e o nós;
- Corpo, gestos e movimentos;
- Traços, sons, cores e formas;
- Escuta, fala, pensamento e imaginação;
- Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

É papel das escolas garantir que esses direitos e objetivos sejam preservados e alcançados por meio de experiências educativas que, na Educação Infantil, são propiciadas integralmente às crianças. Tais experiências devem ser planejadas pelos educadores, com auxílio da equipe diretiva da escola e baseando-se nos documentos normativos, assim como nas diretrizes construídas em parceria com a SME, respeitando as faixas etárias estabelecidas pela BNCC e a organização dos campos de experiência.

A participação dos pais e/ou responsáveis pela criança no processo educativo em parceria com a escola é fundamental para o sucesso do desenvolvimento infantil e coerente com a realidade em que estão inseridos. Isso porque tudo que acontece na vida da criança reflete diretamente no processo de escolarização. A colaboração da família permite desenvolver um trabalho que melhore o desempenho escolar infantil, assim como contribui para sua formação enquanto cidadãos. Além disso, manter uma relação saudável e próxima com eles é benéfico ao trabalho do professor, pois os pais ajudarão a nortear as decisões escolares.

As ações de cuidar e educar são complementares e indissociáveis, e constituem os pilares que sustentam as ações pedagógicas realizadas em creches e pré-escolas. Tais elementos fundamentais da prática docente sinalizam que esta é uma tarefa complexa, que deve ser concretizada nas situações cotidianas de interações e brincadeiras que compõem a proposta curricular.

Diagnóstico

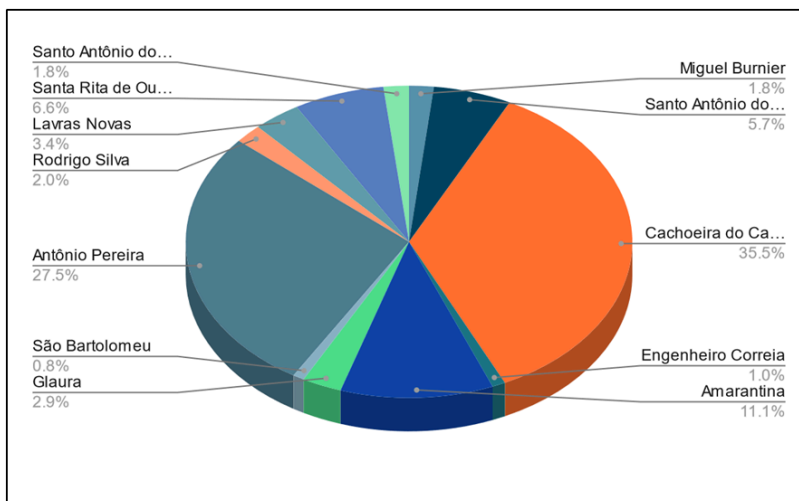
As informações a seguir foram colhidas a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de relatórios da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e de gráficos do projeto Atlas Brasil.

Distribuição geográfica das crianças de 0 a 6 anos pelo território de Ouro Preto – Localidades urbanas

De acordo com dados do último Censo Demográfico realizado no Brasil, no ano de 2022, Ouro Preto possui uma área de 1.245,845 km²; tem uma população total de 74.821 habitantes, dos quais 5.623 são crianças de 0 a 6 anos de idade.

O percentual apresentado abaixo de crianças distribuídas pelo território do distrito sede e pelos dos outros doze distritos acompanha, ainda, dados do Censo Demográfico de 2010, quando a população total era contabilizada em 70.281 habitantes, portanto deve ser interpretado como estimativa. (Gráfico 1)

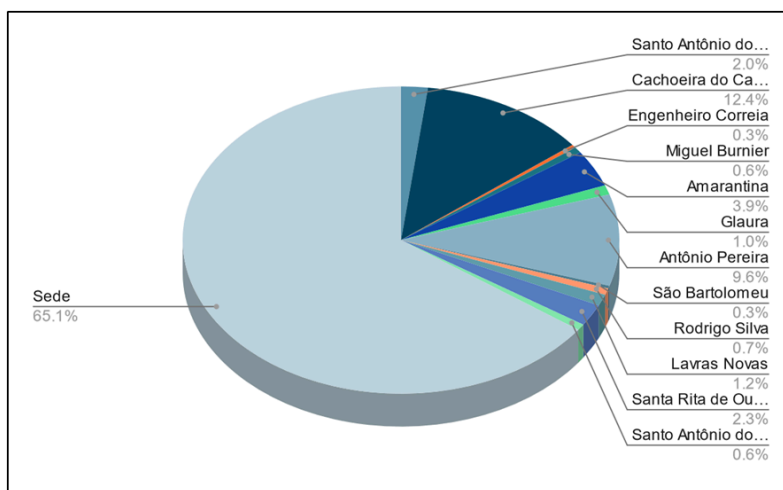
GRÁFICO 1 – PERCENTUAL DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS POR DISTRITO, COM EXCEÇÃO DO DISTRITO SEDE – LOCALIDADE URBANA



Fonte: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2023.

Dentre os doze distritos do município, quando considerados apenas áreas urbanas, a maior concentração de crianças de 0 a 6 anos de idade pode ser observada nos distritos de Cachoeira do Campo (35,5%) e Antônio Pereira (27,5%), seguidos por Amarantina (11,1%) e Santa Rita de Ouro Preto (6,6%). (Gráfico 2).

GRÁFICO 2 – PERCENTUAL DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS POR DISTRITO, INCLUINDO O DISTRITO SEDE – LOCALIDADE URBANA



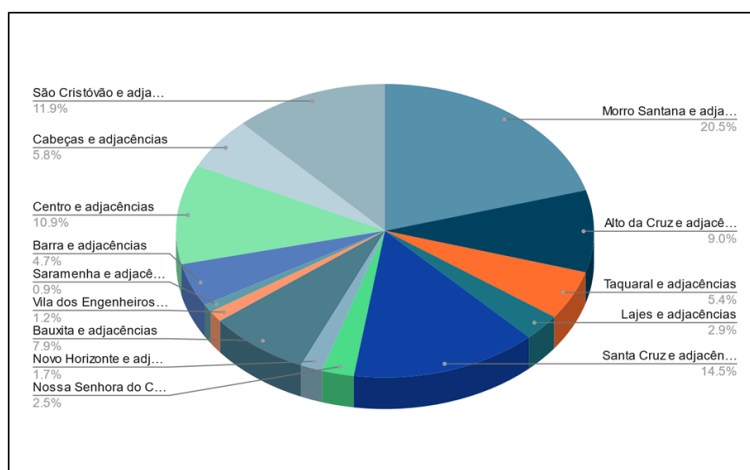
Fonte: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2023.

Já quando o distrito sede é incluído no conjunto de dados a serem considerados, esse quadro muda de figura com a sede concentrando 65,1% do número de crianças na primeira infância, seguidos dos distritos de Cachoeira do Campo (12,4%), Antônio Pereira (9,6%), Amarantina (3,9%).

É no distrito sede, portanto, que reside a maioria das crianças de 0 a 6 anos do município de Ouro Preto. No gráfico 3, pode-se observar o detalhamento da distribuição geográfica destas crianças por região do distrito sede.

Na sede, as regiões que mais possuem crianças de 0 a 6 anos são Morro Santana e adjacências (20,5%), Santa Cruz e adjacências (14,5%) e São Cristóvão e adjacências (11,9%), seguidos por Centro e adjacências (10,9%) e a região do Alto Cruz (9,0%). (Gráfico 3)

GRÁFICO 3 – PERCENTUAL DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS POR REGIÃO DO DISTRITO SEDE – LOCALIDADE URBANA

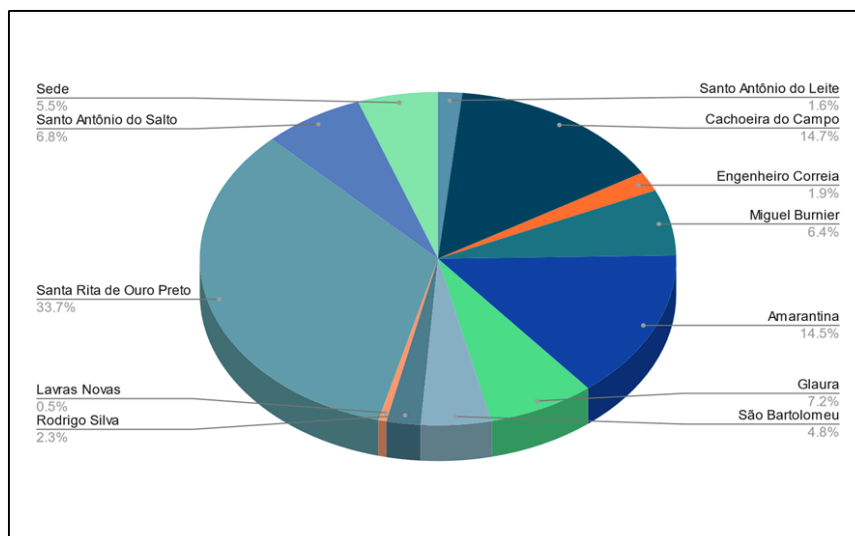


Fonte: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2023.

Distribuição geográfica das crianças de 0 a 6 anos pelo território de Ouro Preto – localidades rurais

Quando se considera os dados relativos à residência de crianças de 0 a 6 anos em localizações rurais referentes à sede e aos distritos, obtemos o seguinte quadro: a maior porcentagem de crianças na primeira infância reside na região de Santa Rita de Ouro Preto (33,7%), seguida por Cachoeira do Campo (14,7%), Amarantina (14,5%) e Santo Antônio do Salto (6,8%).

GRÁFICO 4 – PERCENTUAL DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS RESIDENTES EM OURO PRETO – LOCALIDADE RURAL



Fonte: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2023.

Organização da Educação Infantil pública no município de Ouro Preto

A Educação Infantil em Ouro Preto está organizada da seguinte forma, atendendo crianças de 4 (quatro) meses a 5 (cinco) anos e 11 (onze) meses de idade:

1. Quanto às Instituições de Educação Infantil:

As crianças de Ouro Preto são atendidas em 46 (quarenta e seis) estabelecimentos de ensino, sendo 12 (doze) creches, 6 (seis) dentro de escolas, 4 (quatro) escolas de educação infantil e 28 escolas com salas que atendem maternal, 1º e 2º períodos.

2. Quanto aos horários de atendimento e à disponibilização de tempo integral:

Todas as Creches disponibilizam atendimento em horário integral, recepcionando as crianças a partir das 07 (sete) horas e encerrando as atividades até as 16 (dezesseis) horas. Quanto às escolas que atendem turmas da Educação Infantil, atualmente, apenas uma (1) escola oferece vagas em tempo integral para os 1º e 2º períodos.

3. Quanto ao quadro de funcionários:

- 29 (vinte e nove) pedagogos;
- 207 (duzentos e sete) professores de Educação Infantil;
- 29 (vinte e nove) professores para trabalhar o campo corpo, gestos e movimentos na perspectiva do desenvolvimento psicomotor;
- 163 (cento e sessenta e três) cuidadores; e
- 46 (quarenta e seis) monitores de ensino especial.

4. Quanto à divisão de turma segundo a faixa etária:

- Berçário (4 a 11 meses);,
- Berçário 1 (1 a 1 ano e 11 meses);,
- Berçário 2 (2 a 2 anos e 11 meses);,
- Maternal (3 a 3 anos e 11 meses);,
- 1º período (4 anos e 11 meses); e
- 2º período (5 anos e 11 meses).

Matrículas na Educação Infantil pública no município de Ouro Preto

A Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE – 2014-2024), Lei 13.005/2014, bem como do Plano Municipal de Educação (PME – 2015-2024) prevê

“universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos”. (BRASIL, 2014)

A partir dos dados abaixo, é possível compreender que, apesar de haver uma dificuldade do município em alcançar a meta prevista, os esforços têm gerado resultado, uma vez que a taxa de crianças frequentes na Educação Infantil já se aproxima bastante da meta estabelecida.

O número total de matrículas nesse segmento I mantém certa estabilidade, quando se considera os últimos quatro anos, como se observa nos quadros abaixo. O ano letivo de 2020 foi encerrado com 2.629 matrículas e o número de matrículas ativas auferido até a data atual (maio de 2024) pelo sistema digital foi de 2.644 crianças. (Quadros 3 e 4)

QUADRO 3 – Comparação do Número Total de Matrículas na Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino (2020-2025)

ANO	TOTAL DE MATRÍCULAS
2020	2629
2021	2579
2022	2526
2023	2629
2024	2644

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2024.

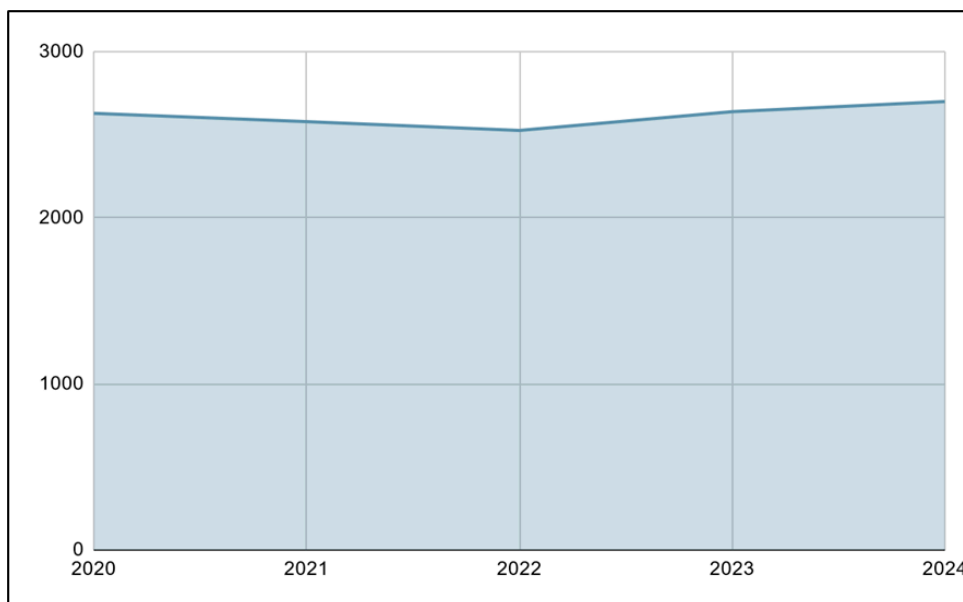
QUADRO 4 – Percentual Comparativo do Número Total de Matrículas na Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino (2022-2024)

ANO	PERCENTUAL DE MATRÍCULAS
2022	44,92%
2023	46,93%
2024	47,02%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2024.

Os dados do Quadro 3 – Comparação do número total de matrículas na Educação Infantil da rede municipal de ensino (2020-2024) permite afirmar um ligeiro crescimento do número total de matrículas entre os anos 2020 e 2024. Os decréscimos observados nos anos 2021 e 2022 podem ser explicados pelo advento da pandemia do novo coronavírus, que motivou o fechamento das escolas em meados de março de 2020 e desestimulou a efetivação de matrículas na Educação Infantil, especificamente, as de crianças de 0 a 3 anos, quando a escolarização ainda não é obrigatória. Abaixo, no gráfico 5, é possível visualizar melhor a evolução do número total de matrículas no período entre os anos de 2020 e 2024.

GRÁFICO 5 – NÚMERO TOTAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (2020-2024)



Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2024.

QUADRO 5 -Taxa de atendimento escolar em creches (0 a 3 anos): comparativo entre município, estado, união e a meta do PNE e PNE– Relatório PNE em Movimento, 2024.

Meta prevista	50%
Ouro Preto: Situação atual	47,02%
Minas Gerais: Situação atual	40%
Sudeste: Situação atual	40%
Brasil: Situação atual	40%

Fonte: PNE em movimento, 2024.

A análise dos quadros 4 e 5 permite afirmar que o município de Ouro Preto não conseguiu, ainda, alcançar a meta 1 do seu Plano Municipal de Educação bem como do Plano Nacional de Educação.

A distância da meta projetada é maior em relação ao atendimento ao público de 0 a 3 anos. A taxa de atendimento escolar na rede municipal – frise-se, de acordo com o relatório de 2024 – é de 40%, enquanto a meta prevista é de 50% de crianças matriculadas.

Demanda manifesta e demanda reprimida por creche na rede municipal de ensino de Ouro Preto

No que diz respeito ao público infantil de 0 a 3 anos, o Plano Municipal de Educação de Ouro Preto (PME – 2015-2024) orienta-se pela meta 1 do PNE: “ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos” (BRASIL, 2014), acrescentando apenas: “o objetivo de atender até o final do plano – 2024 - a cem por cento da demanda manifesta.” (OURO PRETO, 2015). Para mapear a necessidade da população e planejar a expansão do atendimento, a SME compreende as demandas em três subtipos: demanda manifesta, demanda reprimida e demanda oculta.

A demanda manifesta refere-se à demanda manifestada pelo usuário do serviço público, ou seja, às famílias que manifestam interesse em vagas nas creches municipais. Quando essa demanda não é atendida por falta de vagas, inicialmente, elabora-se uma lista de espera para que as crianças possam ser incluídas em caso de desistência ou formação de novas turmas, tornando-se demanda reprimida quando a rede municipal não consegue absorvê-la. A demanda oculta é aquela que, por variados fatores como, por exemplo, desconhecimento dos responsáveis, vulnerabilidade socioeconômica das famílias ou desmotivação gerada pela dificuldade de obtenção de vaga, não vem ao conhecimento do poder público. Este dado ainda é de difícil acesso, uma vez que inexistem métodos ou instrumentos de pesquisa dessa demanda por vagas em creches. Uma forma de suprir essa falta de

dados é através do Índice de Necessidade de Creche (INC), elaborado pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal..

Este índice “identifica a parcela da população de 0 a 3 anos que reside em área urbana e que mais precisa da creche, considerando critérios de priorização que se refletem na sua fórmula calculada a partir da proporção de crianças” (FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL, 2023). O INC é representado pela Fórmula = (Proporção de crianças de zona urbana em famílias pobres) + (Proporção de crianças de zona urbana não pobres em famílias monoparentais) + (Parcela da proporção de crianças de zona urbana não pobres, em famílias não monoparentais, cuja mãe é economicamente ativa ou seria economicamente ativa se houvesse vaga em creche).

Em Ouro Preto, no ano de 2019, de acordo com o Índice de Necessidade de Creche, 44,61% das crianças de 0 a 3 anos precisavam de uma vaga de creche.

Educação Inclusiva da primeira infância no município de Ouro Preto

De acordo com a LDB (1996), a educação especial é uma modalidade da educação escolar a ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino e é função da escola oferecer serviços de apoio especializado, quando houver necessidade, para os educandos. Nesse sentido, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (DNEE-EB), em 2001, instituíram a matrícula de todos na escola regular, cabendo a esta se organizar em diversos âmbitos para oferecer atendimento de qualidade ao público.

Dando continuidade à política inclusiva, visando criar as condições para a inserção, permanência e sucesso escolar dos alunos que são o público alvo da educação especial, nos anos de 2008 e 2009, o governo federal editou três documentos que definiram diretrizes mais objetivas para a política de educação especial: a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em 2008, o Decreto N. 6.571, também em 2008, e a Resolução CNE/CEB Nº 4, de outubro de 2009.

Conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, é função do AEE: “[...] identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas”. Esse tipo de atendimento deve ocorrer em horário alternado ao das aulas na classe regular e se organizar de forma diferente, sendo suplementar e complementar ao trabalho educativo realizado em sala de aula.

São incluídas nestas políticas as crianças em idade escolar que apresentam Transtornos de Aprendizagem ou do Desenvolvimento Global, como o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), por exemplo, que terão suas necessidades de ensino atendidas em parceria pelos profissionais da educação, da saúde e da assistência social, de acordo com a Lei nº 14.254 de 30 de novembro de 2021.

Percebe-se, pois, que a inclusão de crianças com deficiência, TDAH e outros Transtornos de Aprendizagem no contexto da Educação Infantil é uma prática recente, de modo que ainda há desafios para superar as barreiras de acesso e permanência deste público, exigindo dentre outros, adaptação dos espaços e formação continuada para os(as) profissionais.

A partir do monitoramento das Metas 1 e 4 do Plano Municipal de Educação de Ouro Preto, alguns pontos fundamentais à inclusão de crianças em creches foram estabelecidos enquanto objetivos de melhoria da oferta:

1. ampliar a compreensão dos professores acerca da aplicação do princípio de equiparação das oportunidades nas práticas inclusivas, conforme a Declaração de Salamanca;
2. adotar programas de Educação Infantil que articulem o cuidar e o educar;
3. proporcionar um ambiente inclusivo através da promoção da integração social da criança com comprometimento com outras crianças e do favorecimento da participação de todos nas atividades e rotina da sala de aula;
4. promover a formação continuada permanente dos profissionais envolvidos nos programas inclusivos e apoios assistenciais e colaborativos às práticas necessárias;

5. reconhecer a família como envolvida na equipe de apoio à inclusão;
6. romper com a cultura de desvalorização da creche; e
7. implantar estratégias para expansão dos apoios centrados na própria classe comum.

Articular a inclusão na Educação Infantil nos desafia a pensar um novo modelo de educação, considerando os espaços escolares, a formação continuada do corpo docente e dos demais profissionais envolvidos no processo educativo das crianças para proporcionar condições de superar as barreiras de acesso, de permanência e de sucesso escolar.

Diante desta nova conjuntura, compreendendo a necessidade de vencer as barreiras, a Educação Infantil no Município de Ouro Preto recebe atenção dos setores responsáveis para promover cursos e encontros formativos aos profissionais que atendem esta etapa, garantindo a educação e o cuidado necessários às crianças, pois lidar com a diversidade em sala de aula requer conhecimento e disposição para enfrentar e compreender a diversidade.

A intervenção precoce na Educação Infantil é potencializadora do desenvolvimento das crianças que já nascem com deficiência ou transtornos de aprendizagem ou que apresentam indícios de ser público alvo da educação especial, garantindo o acesso aos direitos e a adaptação curricular, espacial e atitudinal essenciais para o seu desenvolvimento pleno e seguro.

Pensando na inclusão integral das crianças, o município de Ouro Preto propõe programas que agregam as áreas de saúde, educação e assistência social, valorizando os processos de avaliação e intervenção como princípios de desenvolvimento dos mesmos, que devem realizar o trabalho em conjunto com a família. Além disso, são disponibilizados locais de atendimento e recursos para o funcionamento dos programas.

Alimentação escolar infantil na rede municipal de educação de Ouro Preto

A elaboração dos cardápios da Alimentação Escolar do município de Ouro Preto segue as recomendações do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que é regido pela Lei nº 11.947, de 16/06/2009, e Resoluções do FNDE. O cardápio é diferenciado por faixa etária/segmento de ensino.

Desta forma, temos:

- cardápio para o berçário (destinado às crianças de até um ano de idade);
- cardápio para as creches (voltado para as crianças de até 3 anos);
- cardápio para as EMEIs (para as crianças entre 4 e 5).

Além disso, há um cardápio específico para as creches, com 4 refeições, e outro para os 1º e 2º períodos, que é o mesmo do ensino fundamental, mas com variações referentes aos per capita e a alimentos pedagógicos, como macarrão alfabeto e macarrão colorido, por exemplo.

Matrículas na Educação Infantil privada no município de Ouro Preto

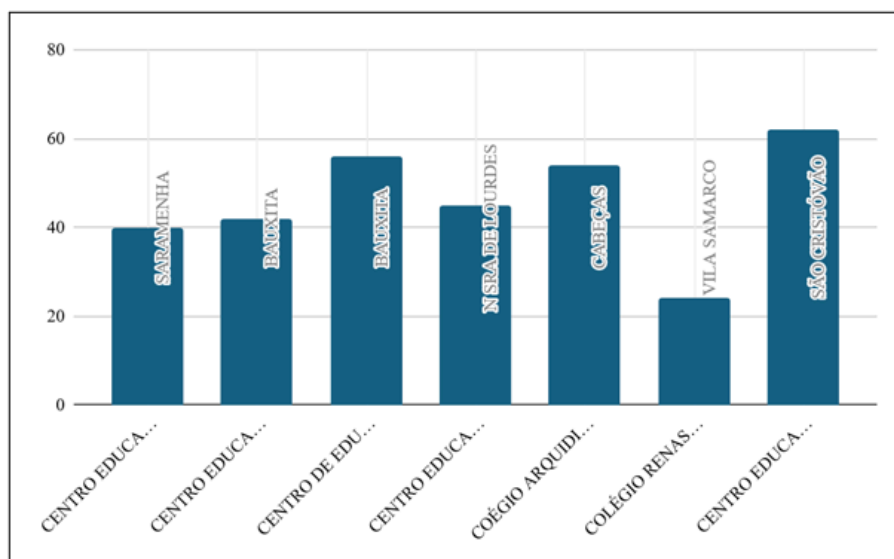
Há, no total, nove escolas privadas que oferecem atendimento educacional para o público de 0 a 5 anos em Ouro Preto, entretanto, não foi possível computar dados de duas dessas escolas. O número auferido até a data atual (julho de 2024) foi 323 crianças. (Quadro 6)

QUADRO 6- Quantitativo de alunos por escola de ensino privado no município de Ouro Preto - MG e localização das escolas por bairro.

	Escola	Bairro	Número de alunos de 0 a 5 anos
1	Centro Educacional de Ouro Preto - Ceop	Saramenha	40
2	Centro Educacional Mundo Mágico	Bauxita	42
3	Centro de Educação Cecília Meireles	Bauxita	56
4	Centro Educacional Pequeno Mundo	N. S. de Lourdes	45
5	Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto	Cabeças	54
6	Colégio Renascer	Vila Samarco	24
7	Centro Educacional Ciranda Cirandinha	São Cristóvão	62
Total	***	***	323

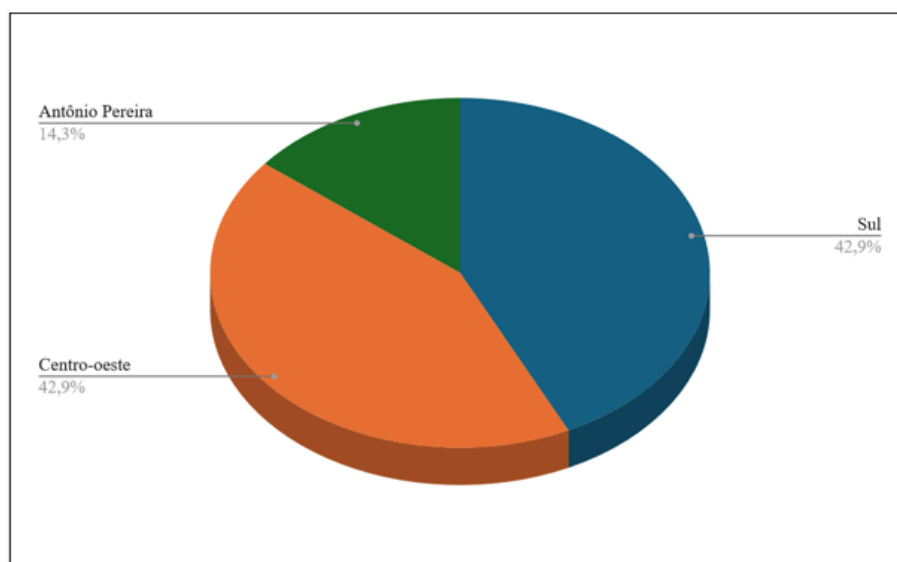
Fonte: SRE 25º/elaboração própria, 2023

GRÁFICO 6 - DISTRIBUIÇÃO DE ESCOLAS PRIVADAS POR BAIRRO E QUANTIDADE DE ALUNOS DE 0 A 5 ANOS



Fonte: SRE 25º/elaboração própria,2023.

GRÁFICO 7 - DISTRIBUIÇÃO DAS ESCOLAS PRIVADAS COM ATENDIMENTO PARA CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS POR REGIÃO



Fonte: SRE 25º/elaboração própria, 2023.

Todas as escolas privadas que atendem à primeira infância estão localizadas na sede do município, com exceção do Colégio Renascer, que fica na Vila Samarco, distrito de Antônio Pereira.

Três escolas estão localizadas na zona sul: duas no bairro Bauxita e uma em Saramenha. As outras três estão fixadas nos bairros Cabeças, Nossa Senhora de Lourdes e São Cristóvão, bairros da região centro-oeste e oeste da cidade. Não há, portanto, atendimento educacional privado para a primeira infância nas regiões norte e leste do município.

Meta da SME/PMOP descrita na TABELA 7: Quadro Operativo

No quadro abaixo são discriminadas as metas estabelecidas pela SME, assim como os prazos, objetivos e ações a serem realizados para melhoria da qualidade do atendimento na Educação Infantil. (Quadro 7).

QUADRO OPERATIVO - EIXO EDUCAÇÃO

PLANO DE AÇÃO	METAS E OBJETIVOS		AÇÕES	INDICADORES	PRAZOS	RESPONSÁVEIS
Abertura de turmas de berçário, berçário I, berçário II, maternal, 1º e 2º períodos no município.	Expandir o quantitativo de vagas para crianças de 0 a 6 anos, priorizando aquelas em situação de vulnerabilidade;	Aumentar quantidade de crianças atendidas em relação ao ano anterior, expandindo a quantidade de vagas na rede;	Utilização de espaços ociosos em instituições de ensino, adequando-os às necessidades da Educação Infantil	<p>Percentual de crianças matriculadas no município beneficiadas por práticas qualificadas de educação infantil.</p> <p>Percentual de crianças de até 3 anos matriculadas em creches.</p> <p>Vagas solicitadas e não atendidas em creche e estimativa de déficit de vagas por bairro ou região do município.</p> <p>Indicadores de qualidade e equidade na educação infantil.</p>	2026	Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Obras.
Oferecer um atendimento mais qualificado, melhorando a infraestrutura do local.	Expandir o quantitativo de vagas para crianças de 0 a 6 anos, priorizando aquelas em situação de vulnerabilidade;	Aumentar quantidade de crianças atendidas em relação ao ano anterior, expandindo a quantidade de vagas na rede;	Construção de prédio próprio em parceria com a VALE, atendendo às necessidades locais.	<p>População em zona rural e urbana.</p> <p>Percentual de crianças de até 3 anos matriculadas em creches.</p> <p>Vagas solicitadas e não atendidas em creche e pré-escola e estimativa de déficit de vagas por bairros e regiões do município.</p> <p>Percentual de crianças matriculadas no município beneficiadas por práticas qualificadas de educação infantil.</p> <p>Indicadores de qualidade e equidade na educação infantil.</p>	2028	Secretaria Municipal de Educação e Mineradora VALE
Construção predial para ampliação da EMEI Bernardina de Queiroz no distrito de Antônio Pereira em parceria com a VALE	Oferecer um atendimento mais qualificado, melhorando a estrutura	Melhorar a qualidade do atendimento em creches e pré-escolas, oferecendo estrutura pedagógica compatível com as				

	pedagógica. Oferecer um atendimento mais qualificado, melhorando a infraestrutura do local.	necessidades do desenvolvimento infantil, de acordo com a legislação vigente.				
Construção predial para ampliação da Creche Dona Hermínia no município	Expandir o quantitativo de vagas para crianças de 0 a 3 anos, priorizando aquelas em situação de vulnerabilidade; Oferecer um atendimento mais qualificado, melhorando a estrutura pedagógica. Oferecer um atendimento mais qualificado, melhorando a infraestrutura do local.	Aumentar quantidade de crianças atendidas em relação ao ano anterior, expandindo a quantidade de vagas na rede; Melhorar a qualidade do atendimento em creches e pré-escolas, oferecendo estrutura pedagógica compatível com as necessidades do desenvolvimento infantil, de acordo com a legislação vigente.	Construção de prédio próprio pelo PAC, atendendo às necessidades locais.	População em zona rural e urbana. Percentual de crianças de até 3 anos matriculadas em creches. Vagas solicitadas e não atendidas em creche e pré-escola e estimativa de déficit de vagas por bairros e regiões do município. Percentual de crianças matriculadas no município beneficiadas por práticas qualificadas de educação infantil. Indicadores de qualidade e equidade na educação infantil.	2028	Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Obras.
Construção de unidade no bairro Piedade para atender a creche Pedro Aleixo em	Expandir o quantitativo de vagas para crianças de 0 a 3	Aumentar quantidade de crianças atendidas em relação ao ano anterior,	Construção de prédio próprio formando um Complexo educativo, atendendo às necessidades	População em zona rural e urbana. Percentual de crianças de até 3 anos matriculadas em creches. Vagas solicitadas e não atendidas em creche e	2028	Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Obras.

sede própria	<p>anos, priorizando aquelas em situação de vulnerabilidade;</p> <p>Oferecer um atendimento mais qualificado, melhorando a estrutura pedagógica.</p> <p>Oferecer um atendimento mais qualificado, melhorando a infraestrutura do local.</p>	<p>expandindo a quantidade de vagas na rede;</p> <p>Melhorar a qualidade do atendimento em creches e pré-escolas, oferecendo estrutura pedagógica compatível com as necessidades do desenvolvimento infantil, de acordo com a legislação vigente;</p> <p>Oferecer infraestrutura compatível com as necessidades do desenvolvimento infantil, de acordo com a legislação vigente.</p>	locais.	<p>estimativa de déficit de vagas por bairros e regiões do município.</p> <p>Percentual de crianças matriculadas no município beneficiadas por práticas qualificadas de educação infantil.</p> <p>Percentual de instituições de educação infantil que contemplam, em suas propostas pedagógicas, currículos e materiais e informações referentes à diversidade étnico-racial com vistas à promoção da igualdade.</p> <p>Indicadores de qualidade e equidade na educação infantil.</p>		
Ampliação da EMEI Cirandinha no Morro Santana	<p>Expandir o quantitativo de vagas para crianças de 0 a 3 anos, priorizando aquelas em situação de vulnerabilidade;</p> <p>Oferecer um atendimento mais qualificado, melhorando</p>	<p>Aumentar quantidade de crianças atendidas em relação ao ano anterior, expandindo a quantidade de vagas na rede;</p> <p>Melhorar a qualidade do atendimento em creches e pré-escolas, oferecendo estrutura pedagógica</p>	<p>Construção de prédio próprio para a EMEI Cirandinha, ampliando o atendimento da unidade de modo a contemplar a demanda de vagas em creches e pré-escola na região</p>	<p>População em zona rural e urbana.</p> <p>Percentual de crianças de até 3 anos matriculadas em creches.</p> <p>Vagas solicitadas e não atendidas em creche e estimativa de déficit de vagas por bairros e regiões do município.</p> <p>Percentual de crianças matriculadas no município beneficiadas por práticas qualificadas de educação infantil.</p> <p>Percentual de instituições de educação infantil que contemplam, em suas propostas pedagógicas, currículos e materiais e informações referentes à diversidade étnico-racial com vistas à promoção da</p>	2028	Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Obras.

	<p>o a estrutura pedagógica.</p> <p>Oferecer um atendimento mais qualificado, melhorando a infraestrutura do local.</p>	<p>compatível com as necessidades do desenvolvimento infantil, de acordo com a legislação vigente;</p> <p>Oferecer infraestrutura compatível com as necessidades do desenvolvimento infantil, de acordo com a legislação vigente.</p>		<p>igualdade.</p> <p>Indicadores de qualidade e equidade na educação infantil.</p>		
<p>Construção de unidade no bairro Bauxita, em frente à UFOP</p>	<p>Expandir o quantitativo de vagas para crianças de 0 a 3 anos, priorizando aquelas em situação de vulnerabilidade;</p> <p>Oferecer um atendimento mais qualificado, melhorando a estrutura pedagógica.</p> <p>Oferecer um atendimento mais qualificado, melhorando a infraestrutura do local.</p>	<p>Aumentar quantidade de crianças atendidas em relação ao ano anterior, expandindo a quantidade de vagas na rede;</p> <p>Melhorar a qualidade do atendimento em creches e pré-escolas, oferecendo estrutura pedagógica compatível com as necessidades do desenvolvimento infantil, de acordo com a legislação vigente;</p> <p>Oferecer infraestrutura compatível com as necessidades</p>	<p>Construção de prédio em espaço cedido pela Universidade Federal de Ouro Preto, atendendo à demanda por vagas em creche na região</p>	<p>População em zona urbana.</p> <p>Percentual de crianças de até 3 anos matriculadas em creches.</p> <p>Vagas solicitadas e não atendidas em creche e estimativa de déficit de vagas por bairros e regiões do município.</p> <p>Percentual de crianças matriculadas no município beneficiadas por práticas qualificadas de educação infantil.</p> <p>Percentual de instituições de educação infantil que contemplam, em suas propostas pedagógicas, currículos e materiais e informações referentes à diversidade étnico-racial com vistas à promoção da igualdade.</p> <p>Indicadores de qualidade e equidade na educação infantil.</p>	<p>2026 a 2036</p>	<p>Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Obras, UFOP.</p>

		s do desenvolvimento infantil, de acordo com a legislação vigente.				
Abertura de nova unidade para atender a creche no distrito de Rodrigo Silva	Expandir o quantitativo de vagas para crianças de 0 a 3 anos, priorizando aquelas em situação de vulnerabilidade; Oferecer um atendimento mais qualificado, melhorando a estrutura pedagógica.	Aumentar quantidade de crianças atendidas em relação ao ano anterior, expandindo a quantidade de vagas na rede; Melhorar a qualidade do atendimento em creches e pré-escolas, oferecendo estrutura pedagógica compatível com as necessidades do desenvolvimento infantil, de acordo com a legislação vigente; Oferecer infraestrutura compatível com as necessidades do desenvolvimento infantil, de acordo com a legislação vigente.	Locação e adaptação de imóvel para atender a nova unidade educacional de acordo com as necessidades da comunidade local.	População em zona rural e urbana. Percentual de crianças de até 3 anos matriculadas em creches. Vagas solicitadas e não atendidas em creche e estimativa de déficit de vagas por bairros e regiões do município. Percentual de crianças matriculadas no município beneficiadas por práticas qualificadas de educação infantil. Percentual de instituições de educação infantil que contemplam, em suas propostas pedagógicas, currículos e materiais e informações referentes à diversidade étnico-racial com vistas à promoção da igualdade. Indicadores de qualidade e equidade na educação infantil.	2025 a 2028	Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Obras.
Abertura de nova unidade para atender a creche no distrito de Cachoeira do Campo	Expandir o quantitativo de vagas para crianças de 0 a 3 anos,	Aumentar quantidade de crianças atendidas em relação ao ano anterior, expandindo	Locação e adaptação de imóvel para atender a nova unidade educacional de acordo com as necessidades	População em zona rural e urbana. Percentual de crianças de até 3 anos matriculadas em creches. Vagas solicitadas e não atendidas em creche e estimativa de déficit de vagas	2026	Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Obras.

	<p>priorizando aquelas em situação de vulnerabilidade;</p> <p>Oferecer um atendimento mais qualificado, melhorando a estrutura pedagógica.</p>	<p>a quantidade de vagas na rede;</p> <p>Melhorar a qualidade do atendimento em creches e pré-escolas, oferecendo estrutura pedagógica compatível com as necessidades do desenvolvimento infantil, de acordo com a legislação vigente;</p> <p>Oferecer infraestrutura compatível com as necessidades do desenvolvimento infantil, de acordo com a legislação vigente.</p>	<p>da comunidade local.</p>	<p>por bairros e regiões do município.</p> <p>Percentual de crianças matriculadas no município beneficiadas por práticas qualificadas de educação infantil.</p> <p>Percentual de instituições de educação infantil que contemplam, em suas propostas pedagógicas, currículos e materiais e informações referentes à diversidade étnico-racial com vistas à promoção da igualdade.</p> <p>Indicadores de qualidade e equidade na educação infantil.</p>		
<p>Abertura de nova unidade para atender a creche na Sede, na região de Santa Efigênia</p>	<p>Expandir o quantitativo de vagas para crianças de 0 a 3 anos, priorizando aquelas em situação de vulnerabilidade;</p> <p>Oferecer um atendimento mais qualificado, melhorando a</p>	<p>Aumentar quantidade de crianças atendidas em relação ao ano anterior, expandindo a quantidade de vagas na rede;</p> <p>Melhorar a qualidade do atendimento em creches e pré-escolas, oferecendo estrutura pedagógica compatível</p>	<p>Locação e adaptação de imóvel para atender a nova unidade educacional de acordo com as necessidades da comunidade local.</p>	<p>População em zona rural e urbana.</p> <p>Percentual de crianças de até 3 anos matriculadas em creches.</p> <p>Vagas solicitadas e não atendidas em creche e estimativa de déficit de vagas por bairros e regiões do município.</p> <p>Percentual de crianças matriculadas no município beneficiadas por práticas qualificadas de educação infantil.</p> <p>Percentual de instituições de educação infantil que contemplam, em suas propostas pedagógicas, currículos e materiais e informações referentes à diversidade étnico-racial com vistas à promoção da igualdade.</p>	2026	<p>Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Obras.</p>

	estrutura pedagógica.	com as necessidades do desenvolvimento infantil, de acordo com a legislação vigente; Oferecer infraestrutura compatível com as necessidades do desenvolvimento infantil, de acordo com a legislação vigente.		Indicadores de qualidade e equidade na educação infantil.		
Ampliação da Creche Colmeia	Expandir o quantitativo de vagas para crianças de 0 a 3 anos, priorizando aquelas em situação de vulnerabilidade; Oferecer um atendimento mais qualificado, melhorando a infraestrutura do local.	Aumentar quantidade de crianças atendidas em relação ao ano anterior, expandindo a quantidade de vagas na rede; Melhorar a qualidade do atendimento em creches e pré-escolas, oferecendo infraestrutura compatível com as necessidades do desenvolvimento infantil, de acordo com a legislação vigente.	Construção de novas salas na Creche Colmeia, aumentando a capacidade de atendimento.	Percentual de crianças matriculadas no município beneficiadas por práticas qualificadas de educação infantil. Percentual de crianças de até 3 anos matriculadas em creches. Vagas solicitadas e não atendidas em creche e estimativa de déficit de vagas por bairros e regiões do município. Indicadores de qualidade e equidade na educação infantil.	2028	Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Obras.
Programa Movimento Educação	Garantir a qualidade na educação, a partir do trabalho colaborativo	Estabelecimento de padrões de qualidade através do Programa Movimento	Acompanhamento da consolidação das habilidades, fornecendo subsídio para	Percentual de crianças matriculadas no município beneficiadas por práticas qualificadas de educação infantil. Indicadores de qualidade e equidade na educação infantil.	Ação contínua	Secretaria Municipal de Educação através da Gerência Pedagógica

	o da Secretaria com as creches e as escolas da rede	Educação, acompanhando e avaliando continuamente o progresso das crianças	aquelas crianças que apresentam maior necessidade de apoio.			
Programa Ouro Preto, meu lugar!	Promover o reconhecimento, a preservação e a valorização do patrimônio cultural, histórico, material e imaterial do município..	Promoção de ações educativas nas escolas que promovam a preservação dos patrimônios material e imaterial; a valorização da identidade local e a integração com a comunidade	Promoção de ações educativas nas escolas, visando a preservação, a valorização e o fortalecimento dos bens patrimoniais e da identidade das crianças, promovendo o sentimento de pertencimento ao município e à comunidade.	Percentual de crianças matriculadas no município beneficiadas por práticas qualificadas de educação infantil. Indicadores de qualidade e equidade na educação infantil.	Contínuo	Secretaria Municipal de Educação em parceria com a Casa do Professor e Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
Formação e Capacitação de Professores	Garantir a qualidade na educação; Oferecer um ambiente de aprendizagem mais estimulante e desafiador para os estudantes, com docentes capacitados e em formação contínua, atualizados em relação às transformações geracionais.	Aprimorar das habilidades pedagógicas dos professores que atendem a Educação Infantil; Melhorar a prática docente, visando a capacitação para novas metodologias, tecnologias e conteúdos.	Disponibilização de oportunidades de formação e capacitação contínuas para os professores e funcionários que atuam na educação infantil através da plataforma SP, disponibilizando recursos para aprimoramento profissional, cursos de Primeiros Socorros, Rotas e Redes e LEEI	Percentual de professores de educação infantil. Percentual de cuidadores na educação infantil. Percentual de monitores de ensino especial na educação infantil. Indicadores de qualidade e equidade na educação infantil.	Contínuo	Secretaria Municipal de Educação através da Gerência Pedagógica e Secretaria Municipal de Saúde
Formação e Capacitação de Professores	Garantir a qualidade na educação; Oferecer um	Aprimorar das habilidades pedagógicas dos professores	Disponibilização de oportunidades de formação e capacitação contínuas para	Percentual de professores de educação infantil. Percentual de cuidadores na educação infantil. Percentual de monitores de ensino especial na educação	Contínuo	Secretaria Municipal de Educação através da Gerência Pedagógica (psicomotricidade)

	ambiente de aprendizagem mais estimulante e desafiador para os estudantes, com docentes capacitados e em formação contínua, atualizados em relação às transformações geracionais.	que atendem a Educação Infantil; Melhorar a prática docente, visando a capacitação para novas metodologias, tecnologias e conteúdos.	os professores e funcionários que atuam na educação infantil através da plataforma SP, disponibilizando recursos para aprimoramento profissional, cursos de Primeiros Socorros, Rotas e Redes e LEEI	infantil. Indicadores de qualidade e equidade na educação infantil.		
Formação e Capacitação de Cuidadores	Garantir a qualidade na educação; Oferecer um ambiente de aprendizagem mais estimulante e desafiador para os estudantes, com docentes capacitados e em formação contínua, atualizados em relação às transformações geracionais.	Aprimorar das habilidades pedagógicas dos cuidadores que atendem as creches; Melhorar a qualidade do atendimento em creches, visando a capacitação para novas práticas, metodologias, tecnologias e conteúdos.	Disponibilização de oportunidades de formação e capacitação contínuas para os cuidadores que atuam na educação infantil, aderindo à formação técnica do MEC em parceria com o Instituto Federal Goiano, disponibilizando recursos para aprimoramento profissional.	Percentual de cuidadores na educação infantil. Percentual de monitores de ensino especial na educação infantil. Indicadores de qualidade e equidade na educação infantil.	Contínuo	Secretaria Municipal de Educação através da Gerência Pedagógica (MEC - Formação Técnica para Aux de sala de aula)
Formação e Capacitação de Cuidadores	Garantir a qualidade na educação; Oferecer um ambiente de aprendizagem mais estimulante	Aprimorar das habilidades pedagógicas dos cuidadores que atendem as creches; Melhorar a qualidade	Disponibilização de oportunidades de formação e capacitação contínuas para os cuidadores que atuam na educação infantil, através da SP,	Percentual de cuidadores na educação infantil. Percentual de monitores de ensino especial na educação infantil. Indicadores de qualidade e equidade na educação infantil.	Contínuo	Secretaria Municipal de Educação através da Gerência Pedagógica

	e e desafiador para os estudantes, com docentes capacitados e em formação contínua, atualizados em relação às transformações geracionais.	do atendimento em creches, visando a capacitação para novas práticas, metodologias, tecnologias e conteúdos.	disponibilizando recursos para aprimoramento profissional e pessoal.			
Melhoria da estrutura pedagógica	Garantir a qualidade da educação; Melhorar a estrutura pedagógica.	Fortalecer as abordagens pedagógicas construtivistas e montessorianas; Oferecer material de apoio que propicia o desenvolvimento integral das crianças através da ludicidade.	Disponibilização de tela interativa e mesa alfabetizadora, de mobiliário novo, camas e roupa de cama, kit material escolar, uniforme, material esportivo, playground, material pedagógico e brinquedos a todas as instituições e crianças atendidas pela rede.	Percentual de crianças matriculadas no município beneficiadas por práticas qualificadas de educação infantil. Indicadores de qualidade e equidade na educação infantil.	Contínuo	Secretaria Municipal de Educação através da Gerência Administrativa
Implementação de programa de atividades psicomotoras no contra turno das Creches	Garantir a qualidade da educação; Propiciar o desenvolvimento psicomotor das crianças.	Contratar profissionais para atuar no contra turno das Creches trabalhando o campo de experiência "Corpo, gestos e movimento" na perspectiva do desenvolvimento psicomotor.	Disponibilização de painel psicomotor para todas as creches e instituições que atendem Educação Infantil. Inserção de professor para desenvolver atividades psicomotoras no contra turno de todas as creches e instituições que atendem Educação Infantil. Disponibilização	Percentual de crianças matriculadas no município beneficiadas por práticas qualificadas de educação infantil. Indicadores de qualidade e equidade na educação infantil.	Contínuo	Secretaria Municipal de Educação através da Gerência Pedagógica

			o de guia de orientações para o trabalho na perspectiva da psicomotricidade e com sugestão de atividades para cada faixa etária.			
Inclusão de crianças com deficiência, TDAH e outros Transtornos de Aprendizagem	Promover a inclusão de crianças que possuem necessidades educacionais especiais.	Ampliar as equipes multidisciplinares para promover o acesso, a permanência e o sucesso escolar de crianças com necessidades educacionais especiais.	Implementação de Salas de Recursos (AEE), de profissionais especialistas em inclusão e de professor de Libras.	Percentual de crianças de 0 a 6 anos com necessidades educacionais especiais inseridas na educação infantil. Percentual de crianças de 0 a 6 anos com necessidades educacionais especiais inseridas na educação infantil. Percentual de crianças de 0 a 6 anos inseridas em programas de atendimento especializado. Indicadores de qualidade e equidade na educação infantil.	Contínuo	Secretaria Municipal de Educação através da Gerência Pedagógica
Formação e Capacitação de Profissionais da educação infantil para inclusão	Promover a inclusão de crianças que possuem necessidades educacionais especiais.	Capacitar os profissionais da EI para promoção da inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais no ensino regular	Promoção de formação e capacitação contínuas para os profissionais da EI através da Plataforma SP, disponibilizando recursos de aprimoramento da prática, de cursos de Primeiros Socorros, de elaboração do PEI e do PDI e de acompanhamento sistemático do desenvolvimento infantil.	Percentual de crianças de 0 a 6 anos com necessidades educacionais especiais inseridas na educação infantil. Percentual de crianças de 0 a 6 anos inseridas em programas de atendimento especializado. Percentual de profissionais da Educação Infantil. Indicadores de qualidade e equidade na educação infantil.	Contínuo	Secretaria Municipal de Educação através da Gerência Pedagógica
Parceria com as famílias e com a comunidade	Fortalecer a participação da família no processo de escolarização das crianças.	Melhorar a qualidade do vínculo escola/família.	Incentivo da participação das famílias no processo de escolarização das crianças, promovendo festividades nos espaços escolares, reunião de pais	Percentual de crianças de 0 a 6 anos inseridas na educação infantil e no programa de atendimento especializado para crianças com necessidades específicas. Indicadores de qualidade e equidade na educação infantil.	Contínuo	Secretaria Municipal de Educação através da Gerência Pedagógica

			e conselho participativo, além de atividades pedagógicas que convergem com os valores e necessidades das comunidades onde as instituições estão inseridas.			
Parceria com instituições de saúde, de assistência social e outras entidades relevantes de apoio às crianças e suas famílias	Promover a inclusão de crianças que possuem necessidades educacionais especiais.	Promover a integração de serviços de saúde, assistência social e educação para abranger a totalidade do desenvolvimento infantil	Fortalecimento do vínculo da SME com o Conselho Tutelar, o CREAS, o CRAS e o CAPSI, dentre outros aparelhos relevantes ao desenvolvimento infantil. Presença de assistente social e psicólogo na composição da equipe da SME para acompanhamento das creches/escolas.	Percentual de crianças de 0 a 6 anos com necessidades educacionais especiais inseridas na educação infantil. Percentual de crianças de 0 a 6 anos inseridas em programas de atendimento especializado. Percentual de profissionais da Educação Infantil. Indicadores de qualidade e equidade na educação infantil.	Contínuo	Secretaria Municipal de Educação, CRAS, CREAS, CAPSI, Conselho Tutelar e Secretaria Municipal de Saúde.
Otimização do Sistema de Cadastro e Matrícula por Zoneamento	Garantir que as crianças tenham acesso à instituição mais próxima de sua residência; Mapear as necessidades de vagas na EI; Atender à demanda por vagas nas regiões ou distritos do município.	Promover serviço de cadastro acessível para as famílias e crianças que ingressarão na EI	Alteração do método de cadastramento, disponibilizando o cadastramento on-line, além do cadastramento presencial.	Vagas solicitadas e não atendidas em creche e estimativa de déficit de vagas por bairros e regiões do município.	2026	Secretaria Municipal de Educação e STI da Prefeitura Municipal de Ouro Preto.

A Secretaria Municipal de Educação de Ouro Preto compreende que os serviços oferecidos por outros setores que impactam a educação, como saúde, assistência social, cultura e esportes, se relacionam com as necessidades educacionais dos alunos. Desse modo, o planejamento estratégico inclui metas e objetivos comuns entre a Secretaria Municipal de Educação e outros setores, como a definição de programas integrados, projetos conjuntos e metas compartilhadas para melhorar o atendimento da comunidade escolar.

A SME preza por uma comunicação eficaz e sistemática com as outras Secretarias Municipais, compartilhando informações e experiências, além do estabelecimento de acordos de cooperação. Promove a capacitação dos profissionais da educação e dos demais setores envolvidos, visando o entendimento mútuo das demandas e competências necessárias para o trabalho integrado. Incentiva a criação de projetos que integrem diferentes áreas do conhecimento e serviços, promovendo uma aprendizagem mais abrangente e contextualizada para os alunos. Envolve ativamente pais, responsáveis e membros da comunidade no processo de integração, garantindo que suas necessidades e perspectivas sejam consideradas. Utiliza tecnologias de informação e comunicação para facilitar a integração e a troca de informações entre os diferentes setores, otimizando processos e recursos.

Ao implementar essas diretrizes, a Secretaria Municipal de Educação de Ouro Preto trabalha de maneira mais eficaz e integrada com os demais serviços setoriais do município, garantindo uma oferta educacional mais completa e alinhada às necessidades da comunidade escolar.

5.3 - Assistência Social

A Constituição Federal de 1988 trouxe em seu texto, de forma inédita, a Assistência Social como política de Seguridade Social não-contributiva, assim como a Proteção Social, sendo ela direito dos cidadãos e dever do Estado. Neste contexto, a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei Nº 8.742/1993) a regulamentou como norma que materializa direitos inseridos na Carta Magna.

No que tange à proteção social na defesa e garantia de direitos da criança e do adolescente, a CF também trouxe no Art. 227, bem como no Art. 4 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) e no Marco Legal da Primeira Infância, que asseguram os direitos integrais para crianças em territórios nacionais. À família cabe

a proteção com apoio do Estado e da sociedade. A centralidade na família, diretriz assegurada na Política Nacional de Assistência Social, aponta que deve ser direcionada a ela como totalidade, pois é no seio sociofamiliar que as primeiras ações como proteções e cuidados se tornam relevantes quando se trata da primeira infância.

Dessa forma, como o intuito do plano é voltado para construir políticas públicas para crianças de 0 a 6 anos, faz-se necessário trazer à tona a Lei 13.257/2016, a qual estabelece princípios e diretrizes para a formulação e implementação de políticas públicas para a primeira infância, em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento humano.

Assegurando prioridade absoluta aos direitos da criança, implica o dever do Estado de estabelecer políticas, planos, programas e serviços para a primeira infância que atendam às especificidades dessa faixa etária, visando garantir seu desenvolvimento integral.

Sistema Único da Assistência Social: Um Sistema necessário para desenvolver políticas públicas para as crianças e as suas famílias.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), regulamentado no Brasil, é um sistema descentralizado e participativo que oferta serviços, programas e projetos de assistência social, bem como a concessão de benefícios no campo da seguridade social. Neste sentido, é necessário pensar a família no campo dessa proteção social, uma vez que ela precisa estar protegida no âmbito das políticas sociais. Cabe à rede socioassistencial garantir as seguranças afiançadas pelo SUAS, buscando inseri-las no rol dos direitos humanos e sociais, no intuito de fornecer mais segurança para o cuidado das crianças que compõem a primeira infância.

Dessa forma, as ofertas da rede socioassistencial têm como objetivo garantir seguranças socioassistenciais fundamentais, como a **segurança de renda e autonomia dos usuários**, com foco na promoção da subsistência das famílias. Visando o fortalecimento da capacidade protetiva das famílias, por meio do acesso aos seus direitos, benefícios e programas de transferência de renda, bem como da qualificação para o mundo do trabalho, contribuindo para a superação de

desproteção social e o desenvolvimento de funções parentais que assegurem o cuidado, a proteção e o pleno desenvolvimento das crianças em sua primeira infância; **a segurança de acolhida**, objetiva ao acolhimento daqueles que se encontram em situação de abandono, assim como de rua ou até mesmo necessitando ser afastados do núcleo familiar devido a situações que se caracterizam como violações de direitos, dentre outras.

E, por último, **a segurança de convívio**, voltada ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e de apoio às famílias no seu papel de cuidado e proteção aos seus membros em situação de dependência, como crianças na primeira infância, garantindo a promoção e o desenvolvimento desses sujeitos de forma integralizada a partir da inserção dos serviços, programas e projetos no seio familiar, com o intuito de fortalecer as famílias para que elas possam se sentir mais seguras em relação aos cuidados com as crianças.

A defesa dos direitos das crianças está expressa na Cartilha da Primeira Infância elaborada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) para o Plano Municipal, na qual se afirma que, sem os direitos assegurados, a criança não tem as condições necessárias para sobreviver e se desenvolver (UNICEF, 2021).

Neste contexto, para que as crianças se desenvolvam como sujeitos de direitos, é preciso que a sociedade, a família e os governos assegurem a elas bem-estar, para que possam conquistar os seus sonhos e se estabelecer tanto no seio familiar quanto na comunidade, respeitando os direitos fundamentais, que são o direito à convivência familiar e comunitária, conforme explicitado no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 1990) e no Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257, de 2016).

Portanto, é necessário pensar em políticas socioterritoriais para atender as crianças e as suas famílias, considerando as análises das atividades e ações com o intuito de conhecer as demandas reais das famílias e suas crianças que compõem a primeira infância, visando assegurar proteções para elas.

O diagnóstico situacional da área temática

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania da Prefeitura Municipal de Ouro Preto-MG, apresenta, através deste documento, os trabalhos realizados nos últimos anos objetivando assegurar os direitos de sobrevivência e desenvolvimento das gestantes e das crianças de zero a seis anos do município.

Reconhecemos a necessidade de priorizar as políticas públicas voltadas à primeira infância, considerando que essa etapa do ciclo de vida é fundamental para o desenvolvimento integral da criança, com impactos diretos na redução das desigualdades sociais e na promoção da equidade ao longo do tempo. Investir na primeira infância representa, portanto, uma estratégia estruturante para o fortalecimento da proteção social no município, com reflexos positivos no desenvolvimento humano, social e econômico, conforme se apresenta em inúmeros estudos da temática.

Atualmente nosso município conta com cinco Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), sendo dois na SEDE - CRAS Padre Faria e CRAS São Cristóvão -, três em distritos - Cachoeira do Campo, Antônio Pereira e Santa Rita -, mais o CRAS Volante que foi instituído pela Lei complementar Nº 211 de 25 de maio de 2022, com o objetivo de coadjuvar os CRAS de referência nas localidades mais afastadas, sendo possível executar os serviços de assistência social dessas instituições em locais de difícil acesso, áreas rurais, comunidades indígenas, etc.

Conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais um dos serviços ofertados a nível da Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), vinculado obrigatoriamente aos CRAS, é o PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família) que se destina ao trabalho social com famílias, de forma continuada, e tem como intuito fortalecer os vínculos comunitários e familiares por meio de ações preventivas, protetivas e proativas no sentido de fomentar o acesso e desfrute dos seus direitos com o propósito de auxiliar na melhora da qualidade de vida desses indivíduos. As ações do PAIF podem ser executadas de maneira individual e/ou coletiva, com acolhidas, oficinas, encaminhamentos e acompanhamentos destinados às famílias em situação de risco e vulnerabilidade social.

Ademais, o município conta também com um Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) que pertence à Proteção Social Especial de Média Complexidade e oferta, obrigatoriamente, o serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) que é direcionado para pessoas e famílias que estão em situação de risco social ou já tiveram seus direitos violados. O PAEFI promove orientação, apoio e acompanhamento para auxiliar o fortalecimento da família no seu papel de proteção, a inserção das famílias nos serviços públicos e no sistema de proteção social, trabalhar as violações familiares a fim de prevenir sua reincidência e/ou superá-las. Cabe evidenciar que a instituição direciona uma equipe técnica, composta por psicólogos, assistentes sociais e pedagogos, exclusiva para o atendimento desse serviço e conta também com apoio jurídico quando necessário.

Considerando os serviços mencionados acima, de PAIF e PAEFI é desenvolvido o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) que, fundamentado em ações preventivas e proativas, complementa-os. O SCFV compõe, portanto, o conjunto de serviço do SUAS, oferecendo aos usuários da política - que experienciam situações de desproteções sociais - possibilidade de reflexão diante da realidade social na qual está inserido, cooperando na elaboração e planejamento dos seus projetos de vida.

Diante disso, ressalta-se que de acordo com os dados outrora divulgados pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, no Instrumento de Diagnóstico Municipal da Primeira Infância do Instituto da Infância (IFAN), os mencionados serviços contemplam gestantes e crianças de zero a seis anos.

Para além desses, é importante destacar que o município dispõe, de acordo com a Lei Nº 1.281 de 06 de junho de 2022 complementar à Lei nº 905, de 06 de junho de 2014, Benefícios Eventuais na provisão de Proteção Básica, que possui caráter suplementar e temporário além de fundamentar-se nos princípios de cidadania e dos direitos sociais e humanos. A concessão dos benefícios está condicionada à avaliação técnica realizada pelo técnico de referência dos equipamentos socioassistenciais, em observância ao princípio de que a Assistência Social é direito do cidadão e deve ser garantida àqueles que dela necessitarem. Serão elencados adiante alguns dos benefícios ofertados pelo município: **Auxílio Natalidade** que visa

reduzir a vulnerabilidade provocada pelo nascimento de membro da família, atendendo às necessidades do bebê, apoiando a mãe nos casos de bebê natimorto ou morre após o nascimento, além de apoiar a família em situações de morte da mãe; **Auxílio Alimentação** na forma de cesta de alimentos/cartão digital, por um período de 04 meses, podendo o benefício ser prorrogado por igual período; **Aluguel Temporário** que dispõe de auxílio financeiro para as despesas referentes ao aluguel por um período de 04 meses, podendo o benefício ser prorrogado por igual período; **Auxílio-Subsistência**, sob a forma de pecúnia, a concessão em caráter transitório e emergencial tem o intuito de auxiliar os usuários em situações de contingências; **Concessão de Vale-Transporte** urbano para acesso, conforme necessidade dos usuários, aos Programas, Projetos e Serviços da Política Municipal de Assistência Social e o **Auxílio-Funeral**, sob forma de pecúnia, por uma única parcela no valor R\$1.050,00 (mil e cinquenta reais) e será reajustado anualmente, por meio de Decreto, pela variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo/IPCA; ademais, quando o falecimento ocorrer em outro município poderá ser concedido, cumulativamente, o **Auxílio Translado** até o valor máximo equivalente ao Auxílio Funeral.

Nesse sentido, salienta-se que tais benefícios podem ser acessados por um mesmo usuário, uma vez que os profissionais do SUAS caracterizem seu perfil conforme previsto na legislação, e respaldados nas legislações federais e estaduais que visam priorizar a primeira infância, conforme prevê a Constituição Federal de 1988 que efetiva o princípio da prioridade absoluta para a garantia dos direitos da criança, como dever da família, da sociedade e do Estado. Para mais, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei no 8.069, de 1990) destaca a importância da proteção integral e salienta sua valia no período de desenvolvimento da primeira infância, que é único dessa faixa etária.

Completando essa construção jurídica mencionada, o Marco Legal da Primeira Infância, Lei no 13.257 de 8 de março de 2016, evidencia a criança como pessoa, cidadã e sujeito de direitos, estabelece diretrizes para a elaboração e a formulação de políticas pela primeira infância e determina um conjunto de ações visando essa

proteção integral, à promoção e à participação das crianças nas políticas e atividades que lhes dizem respeito.

A rede socioassistencial de Ouro Preto também conta com o Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP), é uma unidade socioassistencial, integrante da Proteção Social Especial de Média Complexidade, que oferece atendimento e acompanhamento especializado na perspectiva de construção de novos projetos de vida e restabelecimento de vínculos familiares e comunitários, resgatando a dignidade e a cidadania ao reduzir as situações violadoras dos direitos para pessoas que vivem em situação de rua e migrantes.

Vale referenciar também que o município avançou na política de atendimento à população LGBTQIAPN+ inaugurando o Centro de Referência e Acolhimento da População LGBT - CRA LGBTQIAPN+, política municipal, vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania. A unidade foi criada por meio da Lei Nº 224 de 08 de Maio de 2023 e incorporada a Diretoria de Promoção Social. Abordando a temática da primeira infância o está preparado para fazer o acolhimento às famílias, dar suporte psicossocial, jurídico, pedagógico, encaminhamentos à rede de proteção, inclusive mediando junto às escolas a fim de colaborar para que a criança não seja vítima de LGBTQIAPN+fobia estando inserido numa constituição familiar homoafetiva ou de parentalidade.

Em relação a gravidez de pessoa transexual, o município ainda não experienciou a demanda, no entanto o CRA LGBTQIAPN+ viabiliza todo o suporte para a criança e sua família e aponta que já vem construindo, por meio de diálogo sistemático entre a diretoria de promoção social com a secretaria de saúde, possibilidades de intervenções, respeitando a diversidade, garantindo acesso aos direitos e a educação permanente sobre a temática.

Com relação ao Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, o município tem dois serviços tipificados que atendem crianças de zero a seis anos, sendo a Casa Lar e o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

A Casa Lar é uma unidade de Acolhimento Institucional, entidade pública, fundada em 11 de outubro de 2001, que é destinada ao acolhimento provisório de crianças e

adolescentes de 0 a 18 anos incompletos, através de medida de proteção conforme previsto no artigo 101 do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). A Casa Lar foi regulamentada por meio da Lei nº 383 de 20 de dezembro de 2007 e pelas Leis Complementares nº 44 de 25 de março de 2008 e nº 62 de 27 de abril de 2009.

As crianças de 0 a 6 anos acolhidos têm os direitos sociais assegurados e garantidos pela instituição "Casa Lar" pelos serviços de saúde disponíveis no município: consultas e acompanhamento rotineiro na Unidade Básica de Saúde de referência, consultas com especialistas quando necessário na Policlínica e atendimentos emergenciais na UPA. Também conta com atendimentos de médicos pediatras no Posto da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Quando apresentam demanda para acompanhamento psicológico e psiquiátrico são encaminhadas ao CAPS ij (Infanto Juvenil). Nos casos de acolhimento de adolescentes gestantes, o acompanhamento é realizado pela UBS, Policlínica e se necessário pelo PNAR (Pré-Natal de Alto Risco).

Durante o período de acolhimento as crianças frequentam escolas e creches da rede pública municipal, tendo assegurado assim o direito à educação.

A convivência familiar é garantida por meio do incentivo às visitas dos familiares às crianças e contato via telefones, salvo determinação judicial contrária. Todos os esforços são feitos para que as crianças permaneçam o mínimo de tempo possível na instituição.

O ECA garante à criança e ao adolescente o direito à liberdade religiosa. Este direito é, inclusive, independente dos pais e/ou de seus responsáveis. No período do acolhimento as crianças podem frequentar cultos religiosos de acordo com sua crença. O Art. 16, inserido no capítulo sobre liberdade, respeito e dignidade, garante à criança o direito à crença e ao culto religioso, tanto quanto garante o direito da criança de brincar, praticar esporte e se divertir, dada a relevância do tema na proteção e desenvolvimento integral infante juvenil. Tais ações são previstas no Projeto Político Pedagógico da instituição, bem como no Regimento Interno.

As atividades esportivas disponíveis para crianças de 4 a 6 anos são feitas em parceria com o Instituto Trampolim e a ADL (Associação Desportos e Lazer) que oferecem aulas de futebol. As crianças acolhidas realizam passeios acompanhados

pelas cuidadoras tais como: praças e parques do município, eventos destinados a crianças ofertados pelo município, visita ao zoológico de Belo Horizonte, jantar em restaurante, passeio em sítio localizado no distrito de Ouro Preto, dentre outros.

Há também o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora (SFA) que foi criado pela Lei Municipal nº 1.100/2018 e regulamentado pelo Decreto nº 5472, de 09 de setembro de 2019. Este serviço se caracteriza pelo acolhimento de crianças e de adolescentes afastados de sua família natural (de origem ou extensa) por decisão judicial, mediante medida protetiva. Esta medida, de caráter provisório e emergencial, ocorre onde há grave risco à integridade física e/ou psíquica de crianças e adolescentes, ou seja, quando há violação de seus direitos. Nesse sentido, essa modalidade de acolhimento oferece permanência temporária na residência de famílias acolhedoras, previamente selecionadas, capacitadas e habilitadas para assisti-los e protegê-los.

O SFA objetiva garantir o acolhimento possibilitando cuidados individualizados e humanizados em ambiente familiar, incentiva e trabalha os vínculos com a família de origem - salvo quando há determinação judicial contrária. Possibilita a convivência comunitária e o acesso à rede de políticas públicas, dispõe de acompanhamento psicossocial ao acolhido, a família acolhedora e a família de origem. Fundamentado no Plano Político Pedagógico da instituição e nas leis municipais e federais que direcionam as ações, o SFA busca trabalhar com a família de origem os motivos que originaram o acolhimento da criança a fim de superá-los e construir ações pautando as possibilidades de reintegração familiar.

O acolhimento familiar foi reconhecido como medida protetiva preferencial em relação ao institucional, com as alterações introduzidas pela Lei nº12.010/2009, seguindo uma tendência mundial tendo em vista os melhores resultados alcançados no desenvolvimento das crianças e adolescentes pelo acolhimento em âmbito familiar se comparado ao executado pelas instituições.

Em Ouro Preto-MG o SFA já realizou dez acolhimentos, destes, seis foram de crianças de 0 a 6 anos. Nesse contexto, a inclusão dessas crianças no serviço de acolhimento familiar buscou minimizar os impactos negativos no desenvolvimento

biopsicossocial, reduzindo a exposição à violação de direitos durante o período tão importante que é o processo de desenvolvimento infanto-juvenil.

Para tanto, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania deste município reafirma seu compromisso em busca de melhorar a qualidade e o acesso dos serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), para o público da primeira infância, apresentando os serviços aqui oferecidos e refletindo sobre a necessidade de construir políticas integrais e integradas para o público, buscando comprometer-se que os direitos assegurados em lei e transformados em políticas públicas sejam cumpridos. Além do mais, é primordial que a discussão dessa temática seja disseminada para que as gestantes, crianças e demais familiares conheçam e compreendam como reivindicar esses direitos. Diante disso, a política de assistência do município apresenta no quadro 08, abaixo, as propostas de ações para o este plano:

QUADRO OPERATIVO - Eixo Assistência Social

Plano de Ação	Objetivos do PA	Metas	Ações	Indicadores relacionados ao PA	Prazos	Responsáveis
Promoção do Desenvolvimento Social Fortalecimento da Rede de Proteção Social para a Primeira Infância	*Ampliar a rede socioassistencial para garantir, a todas as gestantes e famílias em situação de vulnerabilidade social, acesso aos serviços de proteção social, incluindo o fortalecimento de vínculos e o apoio à parentalidade protetiva. *Garantir a proteção integral, prevenção de violências e promoção do desenvolvimento saudável da criança na primeira	*Fortalecer a articulação do Sistema Bolsa Família com a Secretaria de saúde. *Ampliar os atendimentos às famílias com crianças de 0 a 6 anos nos CRAS; *Garantir educação permanente aos membros do Conselho Tutelar. Construção junto ao Setor de Benefícios Eventuais para desburocratização dos processos de benefícios eventuais, evitando	*Mobilização pela SMDSC junto às empresas a fim de garantir recursos para execução de atividades para a primeira infância; *Realizar busca ativa das gestantes e crianças de 0 a 6 anos; *Universalizar e monitorar o acompanhamento, na rede socioassistencial, das famílias inseridas no Programa Bolsa Família que não estão cumprindo as	Consulta, Seleção e Extração do CadÚnico - CECAD. CENSO SUAS; Registros Mensais de Atividades dos CRAS	contínuo	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania. Diretoria da Proteção Social Básica; Diretoria da Proteção Social Especial de média complexidade; Departamento do Cadastro Único e Programa Bolsa Família; Departamento Setor de Benefícios Eventuais Departamento Vigilância Socioassistencial Diretoria de Promoção Social

	<p>infância.</p> <p>* Celeridade na concessão de benefício eventual.</p> <p>*Minimizar o afastamento de crianças e adolescentes gestante das suas famílias por motivo de pobreza, garantindo, nessas situações, a inclusão prioritária das famílias em programas de transferência de renda, o recebimento de benefícios, e atendimento de serviços e programas e outras formas de apoio material, além de acompanhamento sistemático pelos CRAS e CREAS</p>	<p>processos, estabelecendo a construção de fluxo interno.</p>	<p>condicionalidades, priorizando as famílias com crianças de até seis anos.</p> <p>*Realizar visitas técnicas domiciliares.</p> <p>*Reuniões/grupos informativos e promoção de oficinas com as famílias em cumprimento de condicionalidades.</p>			
<p>Ampliar a rede de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de 0 a 6 anos</p>	<p>*Promover o desenvolvimento integral, socialização, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários das crianças pequenas, prevenindo situações de risco social.</p> <p>Capacitação dos Pedagogos e Educadores Sociais que executam o SCFV</p>	<p>*Ampliar a busca ativa e o número de vagas de SCFV para a primeira infância;</p>	<p>*Garantir a execução direta do SCFV nas unidades socioassistenciais</p>	<p>Sistema de Informação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SISC.</p>	<p>2026 à 2029</p>	<p>Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania.</p> <p>Departamento de Vigilância Socioassistencial</p> <p>Coordenadores (as) equipes técnicas das unidades socioassistenciais.</p>
<p>Implantar um Centro de Convivência Intersetorial de referência, voltado à articulação das políticas de Assistência Social, Saúde, Educação,</p>	<p>*Elaborar o Projeto do equipamento, visando à execução e participação de diversas políticas públicas, em parceria com diferentes</p>	<p>*Implantar, de maneira co-responsável, o Centro de Convivência Intersetorial;</p> <p>*Atender crianças de 0 a 6 anos e suas famílias em</p>	<p>*Articular e formalizar parcerias com as Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Cultura e Turismo, Esporte e</p>	<p>Sistema de Informação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SISC.</p> <p>*Dados</p>	<p>2030 à 2035</p>	<p>Secretarias Municipais da Prefeitura de Ouro Preto em articulação;</p> <p>Vigilância Socioassistencial</p>

<p>Cultura, Esporte e demais áreas afins, com foco prioritário na primeira infância.</p>	<p>secretarias municipais.</p> <p>*Executar o SCFV como uma das principais estratégias da política de Assistência Social para a proteção e o cuidado na primeira infância;</p> <p>*Focar no desenvolvimento de ações integradas, formativas e protetivas, ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e ao apoio às famílias, funcionando como espaço estratégico de promoção de direitos, orientação e integração da rede de serviços do município.</p>	<p>situação de vulnerabilidade;</p> <p>*Ofertar atividades regulares do SCFV e das demais áreas, educação, cultura, esporte, etc.</p> <p>*Executar os serviços do Centro de Convivência também de forma volante, à fim de contemplar os distritos do município.</p>	<p>Lazer, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Econômico Inovação e Tecnologia e demais secretarias que foram necessárias na proposta de criação e implementação do Centro de Convivência.</p>	<p>referentes ao quantitativo de crianças e famílias atendidas;</p>		
<p>Adesão do município ao Programa Criança Feliz</p>	<p>Aderir e implantar o Programa Criança Feliz fortalecendo o desenvolvimento das famílias com gestantes, crianças de até seis anos e crianças com deficiência até os seis anos beneficiárias do BPC.</p> <p>Contribuir para redução das desigualdades sociais desde a primeira infância, contribuindo para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, o acesso a direitos e a articulação com a rede de</p>	<p>Formalizar a adesão do município ao Programa Criança Feliz junto ao Governo Federal.</p> <p>Implantar o Programa Criança Feliz, inicialmente, nos territórios onde os CRAS estão localizados.</p> <p>Contratar e capacitar equipe visitadora do Programa Criança Feliz.</p> <p>Aderir ao Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio -SPSBD-GC para Gestantes e Crianças de 0</p>	<p>Designar e capacitar equipe para a execução do Programa;</p> <p>Planejar e executar visitas domiciliares, conforme orientação do Programa Criança Feliz;</p> <p>Registrar e monitorar atendimentos nos sistemas oficiais;</p> <p>Realizar reuniões periódicas de acompanhamento e avaliação da execução do Programa.</p>	<p>Dados da Vigilância Socioassistencial;</p> <p>Número de famílias acompanhadas no Programa Criança Feliz;</p> <p>Percentual de visitas realizadas conforme planejamento ;</p> <p>Número de encaminhamentos realizados à rede socioassistencial e intersetorial.</p>	<p>2027 e 2028</p>	<p>Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania.</p> <p>Diretoria da Proteção Social Básica;</p> <p>Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do município;</p> <p>Equipe do Programa Criança Feliz;</p> <p>Departamento de Vigilância Socioassistencial</p>

	serviços públicos.	a 6 anos completosem conformidade com a RESOLUÇÃO CNAS/MDS Nº 219/2025.				
Garantir o acompanhamento das famílias com crianças inseridas no SCFV, assim como no PAIF e PAEFI, Programa Bolsa Família e no CadÚnico	*Fortalecer a proteção social básica e especial, promovendo acesso a direitos e acompanhamento integral das famílias com crianças na primeira infância;	* Instituir o comitê gestor do Programa Bolsa Família	*Busca ativa das famílias. *Realizar os acompanhamentos de PAIF e PAEFI das famílias com crianças de 0 à 6 anos; *Contribuir para a inserção das crianças entre 5 e 6 anos na rede pública de educação infantil (pré-escola) ou no primeiro ano do ensino fundamental, encaminhando as demandas ao Sistema de Garantia de Direitos (Conselho Tutelar)	Sistema de Informação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SISC. Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família - SIGPBF/ Sistema de Condicionalidades - SICON	2026 à 2029	Coordenadores (as) equipes técnicas das unidades socioassistenciais Departamento CAD único
Promover, a nível municipal, a igualdade de acesso a política do SUAS	Fomentar a articulação da rede socioassistencial.	*Fortalecer a integração, a intersetorialidade e a complementaridade dos serviços, programas e benefícios da Assistência Social. Universalizar o acompanhamento, pelos serviços socioassistenciais, das famílias das crianças de até seis anos	*Aperfeiçoar os mecanismos de integração do SUAS com o serviço de medida socioeducativa em meio aberto MSE - voltado para atender adolescentes gestantes com os demais atores que compõem a rede SUAS	Dados do departamento de Vigilância Socioassistencial	contínuo	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania. Todos os atores que compõem o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

		<p>inseridas no BPC.</p> <p>*Regulamentar a vinculação de recursos obrigatórios para o Sistema Único de Assistência Social municipal, garantido o fortalecimento dos programas/serviços voltados às famílias com gestantes e com crianças na primeira infância.</p>	<p>* Educação Permanente dos profissionais da rede socioassistencial municipal.</p> <p>*Manter atualizado o mapeamento de todas as crianças de até seis anos com deficiência e que sejam beneficiárias do BPC em território municipal.</p>			
<p>Reduzir significativamente e todas as formas de violência: abuso, exploração, tráfico, tortura contra crianças e etc.</p>	<p>Prevenir, identificar, encaminhar e acompanhar situações de violência contra crianças, garantindo proteção integral e responsabilização dos agressores.</p>	<p>Capacitar a rede socioassistencial e intersetorial (saúde, educação, segurança, justiça) para identificar e agir frente à violência infantil.</p>	<p>* Ampliar a cobertura dos serviços de proteção social básica, especial de média e alta complexidade , principalment e aqueles voltados ao enfrentament o de situações de desproteção social e violência contra crianças, de modo a alcançar todas que deles necessitem.</p> <p>* Ampliar a cobertura de ações socioassistenciais a crianças em situação de trabalho infantil e suas famílias, eliminando todas as situações de trabalho infantil de crianças menores de seis anos até 2025, em conformidade</p>	<p>Dados do Fórum de Erradicação e Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente – FECTIPA/MG</p> <p>Dados do departamento de Vigilância Socioassistencial</p>	<p>2026 à 2029</p>	<p>Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania.</p> <p>Todos os atores que compõe o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)</p>

			<p>com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.</p> <p>* Construir ponto de apoio da Assistência Social a fim de aproximar as atividades do SCFV do público prioritário</p> <p>* Capacitar as equipes técnicas da rede socioassistencial em protocolos de enfrentamento à violência.</p>			
<p>Priorizar a modalidade de Acolhimento Familiar e fortalecer as unidades de acolhimento institucionais do município.</p>	<p>Garantir ambientes protetivos, familiares e adequados para crianças afastadas do convívio familiar por medida de proteção, respeitando seu direito à convivência comunitária.</p>	<p>*Estabelecer diretrizes municipais e parcerias para capacitação de profissionais que trabalham nos serviços de acolhimento institucional e familiar, incluindo conteúdos sobre desenvolvimento infantil, cuidados reparadores, dentre outros.</p> <p>* Reduzir o tempo de permanência das crianças em acolhimento institucional e priorizar o acolhimento familiar.</p> <p>*Destinar recursos financeiros para contratar capacitações específicas para as modalidades de acolhimento, bem como ampliar a divulgação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.</p>	<p>* Universalizar e monitorar as ações de acompanhamento e apoio a famílias com filhos em serviços de acolhimento de modo a superar os motivos que levaram ao acolhimento;</p> <p>* Fortalecer os vínculos familiares e comunitários entre as crianças e adolescentes gestante, suas famílias e propiciar, sempre que possível, a reintegração familiar segura.</p> <p>* Atendimento prioritário nas unidades socioassistenciais a família com crianças inseridas em serviço de acolhimento institucional e de Família Acolhedora.</p>	<p>Dados do Departamento de Vigilância Socioassistencial</p>	<p>2025 à 2029</p>	<p>Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania.</p> <p>Departamento de Vigilância Socioassistencial</p> <p>Diretorias da proteção social básica, especial média e alta, coordenadores e equipes técnicas das unidades socioassistenciais.</p>

			* Garantir o acompanhamento sistemático, pelos CRAS e CREAS, das famílias com crianças e adolescentes em serviços de acolhimento, inclusive após a reintegração familiar.			
Implantar a Política de Educação Permanente do SUAS e assegurar conteúdo específico sobre a primeira infância	Qualificar continuamente os trabalhadores do SUAS, assegurando que os serviços e programas contemplem de forma adequada às especificidades da primeira infância.	Implantar a Política Municipal de Educação Permanente do SUAS até 2028;. - Realizar no mínimo 3 formações anuais com ênfase na primeira infância.	- Elaborar Plano Municipal de Educação Permanente no SUAS, com eixo específico sobre primeira infância. - Estimular práticas de estudo em serviço (grupos de estudo, supervisão técnica, rodas de troca de experiências). - Estabelecer parcerias com a SEDESE, universidades, escolas de governo e conselhos de direitos para formação continuada.	Nº de formações realizadas; - Nº de trabalhadores capacitados; -Dados da Vigilância Socioassistencial;.	2026 à 2029	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania.

Considerando que este Plano Municipal pela Primeira Infância será executado entre os anos de 2026 à 2036, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania ilustra, através deste quadro operativo, que compromete-se com o planejamento de respostas que fortaleçam a proteção social básica, média e de alta complexidade, promovendo ações e ambientes seguros e acolhedores, objetivando apoiar as famílias no cuidado e na proteção das crianças, atuando de forma intersetorial e garantindo o desenvolvimento integral e a prevenção de violações de direitos na primeira infância. Portanto, pretende-se que a política pública de

assistência social consiga responder a escuta das crianças ouropretanas mencionadas nesse plano e das futuras escutas que serão executadas, periodicamente, reconhecendo as crianças como sujeitos de direitos, conforme o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e o Marco Legal da Primeira Infância, assegurando o direito à participação e à expressão sobre os espaços, serviços e relações que vivenciam no município. Além disso, permitirá a qualificação do planejamento das políticas públicas, bem como da execução destas.

5.4 – Esporte e Lazer

Introdução

Considerando os trabalhos realizados pelo comitê instituído para referenciar o Plano Municipal da Primeira Infância em Ouro Preto, a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Ouro Preto (SEMEL) utiliza o presente instrumento para colaborar com essas iniciativas. A SEMEL apresenta propostas de ações a serem implementadas, com especial atenção às fases de elaboração, em consonância com a Política Municipal de Lazer e Esporte estabelecida em dezembro de 2023.

Atualmente as atividades realizadas pela SEMEL e voltadas para o público em questão são eventuais e estão em fase de implementação. Todavia, destaca-se que, no momento atual, a implementação da Política Municipal de Lazer e Esporte se apresenta como a principal via para qualificar a oferta de políticas públicas nesses campos, com foco na primeira infância. Isso porque, dos cinco Programas Estruturantes da Política, quatro estão diretamente alinhados com essa temática.

O Programa "**Lazerando**" prevê a criação de brinquedotecas fixas e itinerantes (Projeto Brincando na Cidade), a realização de oficinas de lazer aos domingos, e a promoção de atividades ao ar livre (Projetos Viva a Praça e Ecolazer). Além disso, está prevista a ampliação e revitalização de equipamentos de lazer, como parquinhos, quadras, praças e áreas de recreação, por meio do Projeto Revitalazer. O Programa "**Escola de Esportes Ouropretana**" inclui o desenvolvimento de aulas de natação, que evidenciam o potencial de atendimento à primeira infância em sua totalidade. O Programa "**Físico de Ouro**", por meio do Projeto Dance Mais, pode

contribuir para o desenvolvimento da coordenação motora, estimular a criatividade, fortalecer vínculos sociais e promover o bem-estar emocional das crianças. Por fim, a população da primeira infância também poderá ser contemplada por eventos como a Colônia de Férias.

É importante destacar que, entre os princípios da Política Municipal de Lazer e Esporte, ressaltam-se os seguintes:

- Atendimento prioritário a indivíduos e grupos populacionais em situação de vulnerabilidade social;
- Prestação de serviços públicos equitativos, abrangendo toda a extensão territorial de Ouro Preto (sede e distritos);
- Promoção de políticas integradas com outras pastas finalísticas do poder público municipal;
- Respeito à individualidade da pessoa humana, considerando todas as interseccionalidades, especialmente no que tange às diferenças de gênero, etnia, idade, orientação sexual, condição de mobilidade e situação econômica.

Em conclusão, observa-se um alinhamento significativo entre a Política e as premissas adotadas por este coletivo para o desenvolvimento do Plano Municipal da Primeira Infância. Agora, resta a concretização dos mecanismos já pactuados em documento.

- **Diagnóstico Situacional**

Para pensar as necessidades do município de Ouro Preto para ofertas de lazer e esporte direcionadas a crianças de 0 a 6 anos, bem como a dificuldade encontrada até então para atender às demandas da primeira infância, buscaremos nos ater a dois aspectos básicos: os espaços propícios às experiências neste momento da vida e também as atividades/ projetos ofertados no âmbito do território que contemplem esta faixa etária.

Primeiramente, é importante contextualizar de que prisma compreendemos o lazer, para assim pensarmos sobre espaços e oportunidades para que ele seja vivenciado.

O lazer é um conceito multifacetado que vai além de ser um simples período de descanso ou diversão. Ele pode ser entendido como uma experiência de vida, uma atitude e até mesmo um espaço de liberdade. De acordo com teóricos como Dumazedier (1980) e Marcellino (2004), o lazer envolve uma série de atividades que podem ser realizadas em qualquer espaço, desde que proporcionem prazer, descanso, ou desenvolvimento pessoal e social. Essas atividades incluem interesses físicos, artísticos, sociais, intelectuais, e até manuais, podendo acontecer tanto em espaços públicos quanto privados, urbanos ou rurais. Assim, o lazer não se limita a espaços específicos, mas se adapta às possibilidades e interesses de cada indivíduo, oferecendo oportunidades para o bem-estar e a integração social em qualquer ambiente onde ocorra.

Consideramos que o desenvolvimento na primeira infância está intrinsecamente ligado às oportunidades de brincar, e levamos em conta que, nessa fase, a imaginação, o desenvolvimento motor e a viabilização das brincadeiras dependem dos objetos e equipamentos disponíveis. Neste sentido, é fundamental pensar/repensar os espaços urbanos e compreender que eles precisam estar adequados e propícios a essa fase do desenvolvimento, e precisam ser seguros, acessíveis, convidativos e organizados, proporcionando uma vivência lúdica de qualidade.

Nas cidades, esses espaços funcionam como uma extensão do ambiente doméstico para as crianças. Portanto, é essencial planejar ambientes que permitam o brincar, a exploração e o desenvolvimento no território da criança, garantindo que ela tenha acesso a esses espaços com facilidade, por meio de pequenas caminhadas, sem a necessidade de grandes deslocamentos.

Partimos do princípio de que as interações entre as crianças de 0 a 6 anos, que ocorrem em lugares como praças e parques, são extremamente importantes para o estímulo ao seu desenvolvimento motor, cognitivo, socioemocional, e por este motivo buscamos vislumbrar os espaços da cidade que oportunizam o lazer.

A cidade de Ouro Preto, assim como muitas outras cidades brasileiras, carece de espaços de lazer adequados para a primeira infância. Em regiões de maior

vulnerabilidade, esses espaços públicos para atividades de lazer são ainda mais escassos, e os poucos que existem estão em condições precárias.

Para mapear esses espaços e compreender os equipamentos disponíveis e as condições em que se encontravam no município, a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, em parceria com a Universidade Federal de Ouro Preto, realizou uma pesquisa de campo com o objetivo levantar dados sobre os equipamentos de Esporte e Lazer existentes no município de Ouro Preto. Na ocasião foram visitados 37 dos 40 bairros e 12 distritos. Ressaltamos que não foi possível abranger nesta pesquisa os subdistritos, que concordamos, são tão importantes quanto os distritos. Tal pesquisa necessita de atualização, já que diversos locais que atendem a população da primeira infância passaram por reformas e outros foram criados, tanto na sede municipal quanto nos distritos.

Foi elaborado um portfólio detalhado de cada equipamento/estrutura, contendo informações importantes como presença ou ausência de itens como iluminação, acessibilidade, banheiros, bebedouros, entre outros.

Abaixo, apresentamos um panorama visual de alguns desses espaços, separados por bairros; bem como nos 12 distritos do município de Ouro Preto:

Veja a seguir O QUADRO 9, com imagens e informações dos espaços da SEDE - SMEL/PMOP.

SEDE

1- Bairro Água Limpa

Presença de um parquinho infantil com apenas 2 brinquedos na quadra da

Rua Elisa Ferrari



Complexo Esportivo da Água Limpa



2- Bairro Alto da Cruz

Não existem espaços lúdicos organizados/estruturados para a primeira infância, a não ser espaço dentro de ambientes escolares e que atendem à comunidade.

3- Bairro Antônio Dias

Não existem espaços lúdicos organizados/estruturados para a primeira infância, a não ser espaço dentro de ambientes escolares e que atendem à comunidade.

4- Bairro Barra

Não existem espaços lúdicos organizados/estruturados para a primeira infância, a não ser espaço dentro de ambientes escolares e que atendem à comunidade.

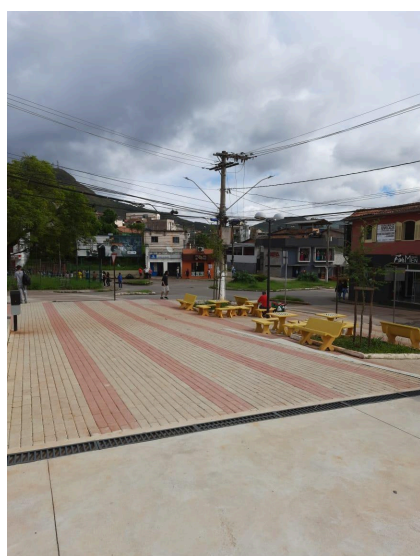
5- Bairro Bauxita

Há alguns espaços amplos e arborizados dentro da Universidade Federal de Ouro Preto que podem ser usados para atividades de lazer





Presença de uma praça (recentemente reformada) com espaços que podem ser usados para atividades de lazer para a primeira infância



Praça em frente ao Pró Melhoramentos





7- Bairro Caminho da Fábrica

Presença de um pequeno parquinho infantil que pode ser usado para atividades de lazer



8- Bairro Centro

No Parque Horto dos Contos há um pequeno parquinho infantil



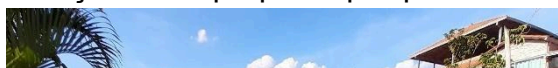


Praça Tiradentes- onde acontecem muitas atividades culturais que atendem a crianças



9- Bairro das Dores

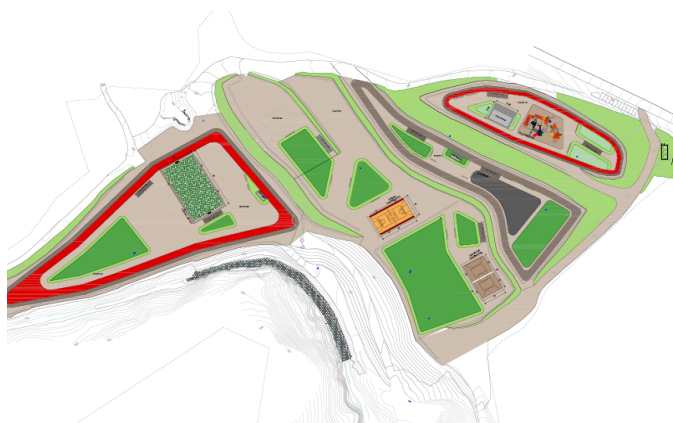
Presença de um pequeno parquinho infantil





10- Bairro Jardim Alvorada

Parque das Candeias



11- Bairro Jardim Itacolomy

Não existem espaços lúdicos organizados/estruturados para a primeira infância, a não ser espaço dentro de ambientes escolares e que atendem à

comunidade.

12- Bairro Lagoa

Presença de um espaço que pode ser usado para atividades de lazer para a primeira infância, mas muito precário e sem segurança.



13- Bairro Morro do Cruzeiro

Neste bairro está localizado o IFMG. Dentro do Instituto há muitos espaços, porém o acesso é limitado.



14- Bairro Morro Santana

Presença de quadras que podem ser usadas para atividades de lazer para a primeira infância



15- Bairro Morro São João

Não existem espaços lúdicos organizados/estruturados para a primeira infância, a não ser espaço dentro de ambientes escolares e que atendem à comunidade.

16- Bairro Morro São Sebastião

Presença de um espaço que pode ser usado para atividades de lazer para a primeira infância, porém o acesso é um pouco distante para o dia a dia.

Parque Municipal das Andorinhas





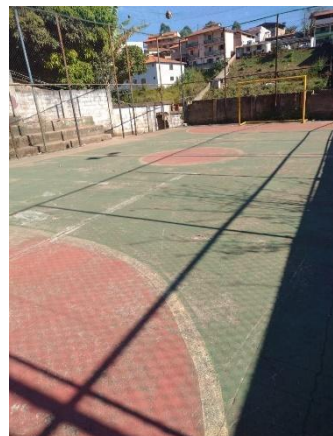
17- Bairro Nossa Senhora de Lourdes

Presença de um espaço que pode ser usado para atividades de lazer para a primeira infância



18- Bairro Nossa Senhora do Carmo

Presença de uma quadra que pode ser usada para atividades de lazer para a primeira infância



19- Bairro Novo Horizonte

Presença de um espaço amplo que pode ser usada para atividades de lazer para a primeira infância, porém com acesso longínquo e limitado.

Parque Estadual do Itacolomi



20- Bairro Padre Faria

Presença de um espaço e um parquinho que podem ser usados para atividades de lazer para a primeira infância.

Praça de Esportes



21- Bairro Passa Dez de Cima

Não existem espaços lúdicos organizados/estruturados para a primeira infância, a não ser espaço dentro de ambientes escolares e que atendem à comunidade.

22- Bairro Piedade

Presença de uma quadra que pode ser usada para atividades de lazer para a primeira infância



23- Bairro Nossa Senhora do Pilar

Presença de um espaço que pode ser usado para atividades de lazer para a primeira infância

Praça do Centro de Artes e Convenções da UFOP



24- Bairro Nossa Senhora do Rosário

Praça Ponte Seca



25- Bairro Santa Cruz

Presença de quadra e um pequeno parquinho que podem ser usados para atividades de lazer para a primeira infância



26- Bairro São Cristóvão
Quadra do Bairro



27- Bairro São Francisco de Paula

Não existem espaços lúdicos organizados/estruturados para a primeira infância, a não ser espaço dentro de ambientes escolares e que atendem à comunidade.

28- Bairro Saramenha de cima

Presença de quadras e um pequeno parquinho que podem ser usados para atividades de lazer para a primeira infância



29- Bairro Taquaral

Não existem espaços lúdicos organizados/estruturados para a primeira infância, a não ser espaço dentro de ambientes escolares e que atendem à comunidade.

30- Bairro Tavares

Não existem espaços lúdicos organizados/estruturados para a primeira infância, a não ser espaço dentro de ambientes escolares e que atendem à comunidade.

31- Bairro Treze de Maio

Não existem espaços lúdicos organizados/estruturados para a primeira infância, a não ser espaço dentro de ambientes escolares e que atendem à comunidade.

32- Bairro Vila Aparecida

Presença de uma quadra que pode ser usada para atividades de lazer para a primeira infância



33- Bairro Vila dos Engenheiros

Presença de uma praça com espaços que podem ser usados para atividades de lazer para a primeira infância





34- Bairro Vila Operária

Presença de um parquinho e uma quadra que podem ser usados para atividades de lazer para a primeira infância.



35- Morro da Queimada

Presença de uma quadra de areia que pode ser usado para atividades de lazer para a primeira infância



36- Vila São José

Não existem espaços lúdicos organizados/estruturados para a primeira infância, a não ser espaço dentro de ambientes escolares e que atendem à

comunidade.

**37- Vila Itacolomy-
(Este espaço está incluído no Bairro Bauxita)**

Presença de praça com espaços que podem ser usados para atividades de lazer para a primeira infância

- **Não fizeram parte da pesquisa os bairros Vila Santa Isabel, Campo Grande de Vila Rica, Maria Soares, Passa Dez de Baixo**

Veja a seguir O QUADRO 10, com imagens e informações dos espaços da DISTRITOS - SMEL/PMOP.

DISTRITOS

1. Amarantina

Presença de um campo e uma quadra que podem ser usados para atividades de lazer para a primeira infância

Quadra Esportiva



Campos de Futebol (Olaria, Imparcial, América...





Centro de Atividades Sociais



2. Antonio Pereira

Presença de uma praça, uma quadra e um campo que podem ser usados para atividades de lazer para a primeira infância

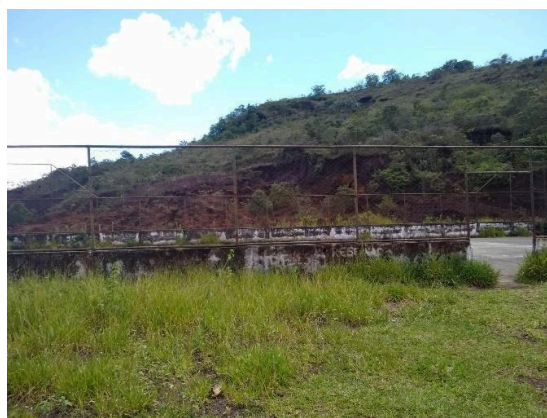
Área de Esporte e Lazer- Vila Samarco



Campinho- Tabuleiro



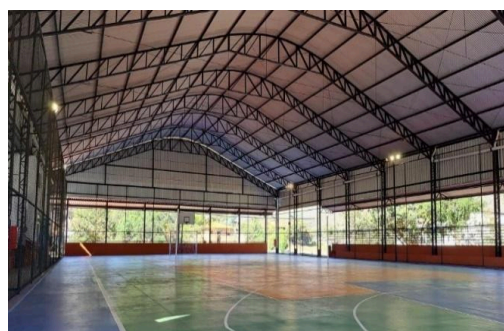
Gruta da Lapa (campinho e quadra)



Estádio Comunitário Pereirão



Parquinho e Quadra do Areião



Quadra de Areia- Tabuleiro



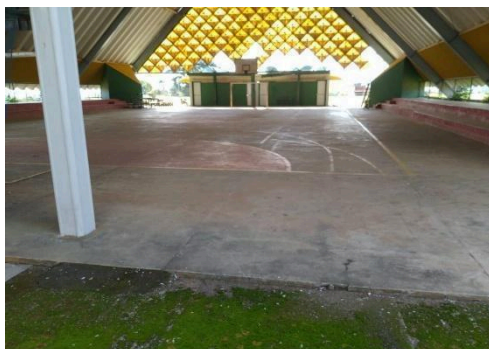
3. Cachoeira do campo

Presença de ginásio com quadra e um parquinho que podem ser usados para atividades de lazer para a primeira infância

Salão Comunitário Vila Alegre



Quadra Escola- CAIC



Quadra Poliesportiva comunitária- Alto da Beleza



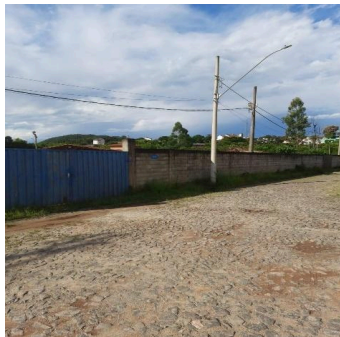
Parquinho infantil Bairro São José



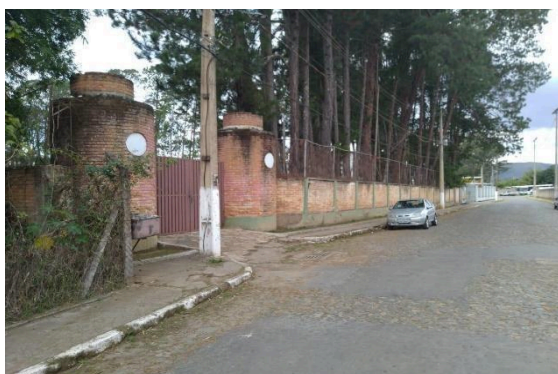
Ginásio Poliesportivo Vila do Cruzeiro



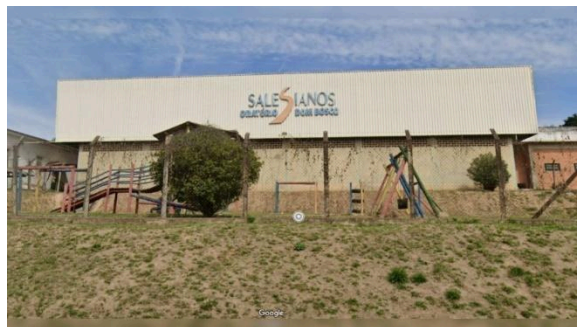
Clube do Cavalo



Campo Rodol



Campo/ Quadra - espaço Salesianos



Campo do Progresso



Quadra da Associação de Moradores do Santa Luzia



4. Engenheiro correia

Presença de uma quadra coberta dentro da E. M. José Estevam Braga e há também um espaço da antiga Estação Ferroviária que é usado como espaço de lazer e para onde pretende-se destinar um espaço mais apropriado para atividades lúdicas.



5. Distrito de Glaura

Há dois campo de futebol (Campo do Santa Cruz e Estádio Gerson de Carvalho)



Há uma quadra na escola



Há também uma quadra em frente à escola, porém descoberta e em condições precárias



Há um salão da Comunidade (Associação Comunitária)

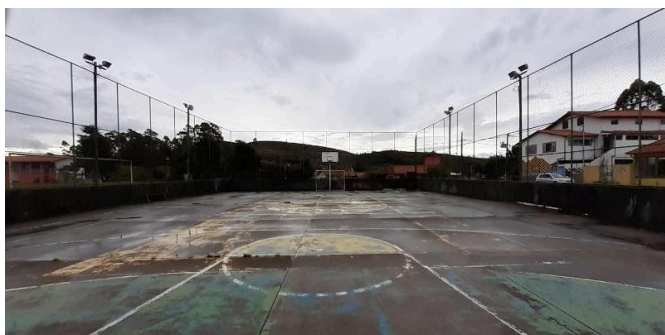


6. Distrito de Lavras Novas

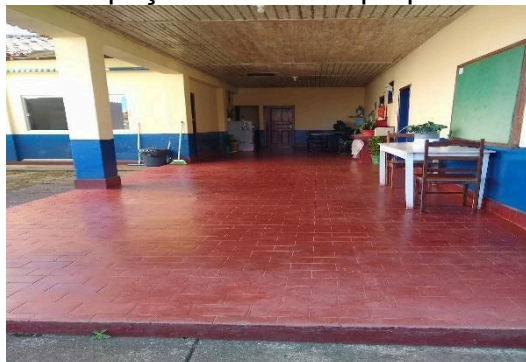
Há um campo de futebol



Há uma quadra descoberta



Há um espaço comunitário pequeno com algumas salas



7. Distrito de Miguel Burnier

Há presença de um pequeno campinho gramado.



Há presença de uma quadra esportiva em condições bem ruins.



Dentro do ambiente escolar poderá ser encontrado algum espaço que se destine a crianças nesta faixa etária (a escola encontrava-se fechada)



8. Distrito de Rodrigo Silva

Há presença de um pequeno campinho.



Há presença de um campo de futebol

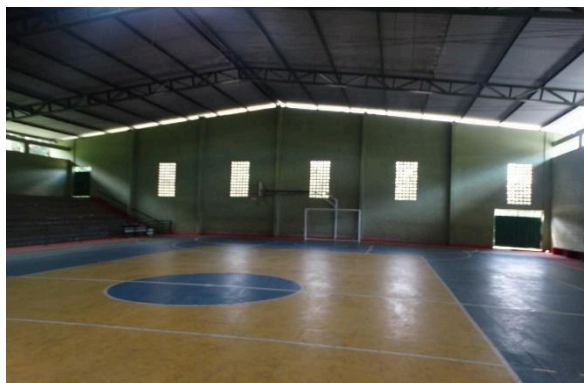


Há um salão comunitário.



9. Distrito de Santa Rita

Presença de um ginásio (Ginásio Gonzagão) que pode ser usado para atividades de lazer para a primeira infância



Presença de um campo de futebol



Presença de uma quadra esportiva no espaço escolar



10. Distrito de Santo Antônio do Leite

Adro da Igreja Nossa Senhora da Piedade



Adro da Igreja de Santo Antônio



Campinho do Catete



Campinho do Gouveia



Estádio Vermelhão



Parquinho infantil da Chapada



Praça da Chapada



Praça de Santa Luzia



Praça de São José



Quadra da Chapada



Quadra da E. M. Doutor Pedrosa



Quadra esportiva- Próximo ao Condomínio Ouro Ville



11. Distrito de Santo Antônio do Salto

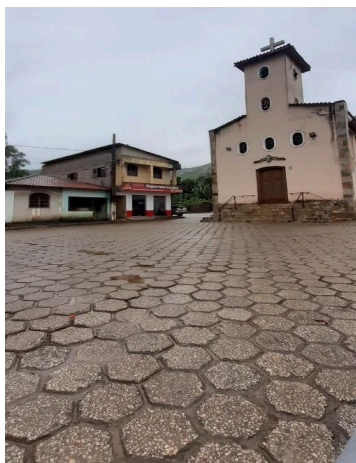
Sede do Clube do Alumina



Quadra do Palmeiras



Praça Santo Antônio



Campo do Palmeiras



Campo do Alumina



12. Distrito de São Bartolomeu

Campo e quadra



Adro da Igreja



Pela análise da escuta das crianças elaborado e executado pelo Comitê Municipal da Primeira Infância de Ouro Preto, verifica-se que a maior demanda relacionada ao **Eixo Esporte e Lazer** são os brinquedos e áreas de lazer do município, nesse sentido essa secretaria se compromete em planejar suas ações e atividades objetivando responder tais demandas, buscando melhorar os espaços que hoje estão em condições precárias e ampliar - para os bairros e distritos que hoje não têm espaços voltados à esse público - ambientes acolhedores que proporcionem atividades lúdicas e interativas para o melhor desenvolvimento físico, motor, cognitivo e socioemocional. Para esses projetos que serão desenvolvidos serão

necessários priorizar a segurança e contar com o apoio das famílias, no processo, para maior êxito nas ações.

No universo avaliado, em se tratando de espaços de lazer que podem ser aproveitados para a vivência lúdica de crianças e bebês na primeira infância, constatou-se que os espaços de lazer no município são em número muito inferior ao desejado e, na maioria, consistem em pequenos parquinhos com um número reduzido de brinquedos, muitos dos quais estão depredados ou danificados. Os espaços destinados ao esporte ou outras atividades de lazer/cultura/arte são majoritariamente campos para a prática de futebol e outras modalidades possíveis nesses locais, além de quadras esportivas, a maioria sem cobertura, e também em condições muito precárias. Ressalta-se que a pesquisa foi realizada anteriormente, e podem ter ocorrido mudanças nos últimos meses. Neste sentido, será necessário uma atualização dos dados, no período de execução deste Plano Municipal, considerando inclusive observar os espaços na perspectiva do atendimento das necessidades deste público em específico.

Podemos perceber que os espaços abertos e públicos estão em condições muito ruins, seja de acesso ou de permanência. Há pouquíssimos ambientes com brinquedos disponíveis, e onde existem não estão em condições de uso. Neste sentido, será preciso qualificar todos os espaços que se destinem à primeira infância, preferencialmente envolvendo as comunidades durante o desenvolvimento dos projetos e a implantação das obras.

Deste modo, estimular a criação e revitalização de espaços urbanos, tornando-os áreas arborizadas ou praças com espaços de brincar acessíveis, por meio de parcerias entre o poder público e as iniciativas privadas ou sociedade civil, e garantindo a posteriori mecanismos que garantam sua preservação seria algo de grande benefício para promover a integração família/criança/natureza tão importante neste momento e vida.

Para concluirmos o diagnóstico situacional, é preciso também pensar nas ações, na utilização dos espaços, em atividades direcionadas ao público infantil.

Atualmente, reconhece-se que as iniciativas voltadas para a primeira infância estão em fase inicial. A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Ouro Preto (SEMEL) ainda não possui um programa, projeto ou evento especificamente direcionado a esse público, embora a população da primeira infância possa ser atendida nas ações destinadas ao público em geral. Exemplos disso são os eventos de lazer realizados em praças e parques, que ocasionalmente incluem atividades para a primeira infância. Há potencial para ampliar esse atendimento através de melhorias na infraestrutura e na criação de programações específicas para essa faixa etária, conforme descrito no quadro.

Os projetos descritos neste item estão na Lei nº 1.434 de 21 de Dezembro de 2023 - Política Municipal de Esporte e Lazer do Município de Ouro preto, elaborado pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, por meio de consultoria com a Escola de Educação Física da UFOP e abrangem detalhes sobre cada projeto.

Seguem Projetos Específicos em que há possibilidade de atendimento a este público, assim que forem implementados pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer. Veja o quadro 11, a descrição do plano de ação.

Quadro operativo/plano de ação.

Seguem Projetos Específicos em que há possibilidade de atendimento a este público, assim que forem implementados pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

QUADRO OPERATIVO - Eixo Esporte e Lazer						
Plano de Ação	Objetivos do PA	Metas	Ações	Indicadores relacionados ao PA	Prazo	Responsáveis
AcquaKids	Realizar parceria com a Escola de Educação Física da	Aumentar o número de núcleos, buscando infraestrutura com	Oportunizar a prática de atividades físicas em meio aquático com	Número de alunos por turma, rotatividade de alunos, número de	Em fase de implementação. Necessidade de adequação	Servidores da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e Escola de

	<p>UFOP de forma a oportunizar a iniciação de atividades aquáticas como a natação. Proporcionar aos beneficiários a oportunidade de desenvolver em habilidades essenciais à segurança no meio líquido; e a iniciação ao meio aquático e as técnicas da modalidade; apoiar e realizar competições e festivais de atividades aquáticas aos beneficiários do projeto; combater o sedentarismo, aprimorar o condicionamento físico e desenvolver técnicas e valores relacionados aos esportes.</p>	<p>segurança para tal; Iniciar a prática da modalidade e melhorar o nível de desenvolvimento dos participantes.</p>	<p>segurança priorizando o desenvolvimento motor.</p>	<p>alunos por gênero, satisfação dos participantes e seus responsáveis e nível de desenvolvimento dos participantes.</p>	<p>da capacidade térmica e segurança da piscina, e capacitação dos monitores.</p>	<p>Educação Física da UFOP.</p>
<p>Brincando na Cidade</p>	<p>Criar espaços permanentes de brinquedoteca no município de</p>	<p>Redução do uso das tecnologias no tempo livre. Aumentar a procura pelo</p>	<p>Criação de 2 brinquedotecas na sede para oferta do serviço em 2 horários</p>	<p>O aprimoramento do brincar nos participantes, assim como a procura e</p>	<p>Conforme a estruturação do setor (contratação de novos profissionais, logística etc)</p>	<p>Servidores da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.</p>

	<p>Ouro Preto e nos seus distritos; criar e desenvolver oficinas itinerantes de brinquedotec a de forma a acessar prioritariamente pessoas em situação de vulnerabilidade social; estimular potencialidades e necessidades lúdicas referentes às faixas etárias; fortalecer o aprimoramento das relações sociais e familiares das crianças; apoiar a criação e o desenvolvimento de brinquedotecas comunitárias, bem como o de ações comunitárias correlatas a brinquedoteca.</p>	<p>serviço ofertado, ampliação e melhoria da oferta de brinquedos e brincadeiras conforme a manifestação de interesse dos participantes. Estimular a criatividade por meio da confecção de brinquedos a partir de materiais recicláveis.</p>	<p>distintos (manhã e tarde) e a brinquedoteca itinerante em todos os distritos 1 vez por mês.</p>	<p>adesão aos projetos, satisfação dos participantes com relação à oferta de atividades e oficinas.</p>	<p>para atender as demandas do projeto.</p>	
Viva a Praça	<p>Estabelecer agenda e desenvolver ações regulares de lazer (como ruas de lazer, apresentações artísticas e culturais, etc.) nas praças de</p>	<p>Fixar as ruas de lazer no calendário anual da Secretaria de Esportes e aumentar o número de participantes por evento.</p>	<p>Ruas de Lazer itinerantes acrescidas de atividades recreativas diversas nas praças da sede de Ouro Preto e dos Distritos.</p>	<p>Atendimento ao maior número possível de participantes, assim como participação e adesão ao projeto.</p>	<p>Conforme a estruturação do setor (contratação de novos profissionais, logística etc) para atender as demandas do projeto.</p>	<p>Servidores da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.</p>

	Ouro Preto e de seus distritos, abrangendo desde a primeira infância até a fase idosa; apoiar e valorizar o desenvolvimento de ações nas praças públicas que sejam relativas à cultura local.					
Ecolazer	Realizar mapeamento ecológico dos espaços físico-naturais de Ouro Preto e de seus distritos, de forma a obter elementos para a implantação de áreas de lazer e turismo ecológico, em especial nas áreas de preservação, bem como conciliar o desenvolvimento econômico e social em curso com a proteção do meio ambiente; estabelecer agenda de ações de lazer ecológico nos espaços físico-naturais de Ouro Preto e de	Ofertar transporte gratuito para contemplar o maior número possível de munícipes e explorar todos os espaços naturais (parques municipais) de responsabilidade do município.	Executar mapeamento das áreas de lazer da cidade e seus distritos e implantar as seguintes modalidades em dois núcleos/Parque das Andorinhas e Parque do Itacolomi: Atividades de caminhada orientada de curta distância, escalada, rapel. Passeios: passeios e trilhas de bicicleta para iniciantes. Todas as atividades serão adaptadas à faixa etária.	Demandas de atendimento do maior número possível de participantes, assim como a participação e a adesão ao projeto.	Conforme a estruturação do setor (contratação de novos profissionais, logística etc) para atender as demandas do projeto.	Servidores da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

	seus distritos, prioritariamente para as pessoas em situação de vulnerabilidade social e com deficiências, abrangendo desde a primeira infância até a fase idosa; apoiar ações público-privada nos espaços físico-naturais de Ouro Preto e de seus distritos.					
Revitalazer	Ampliar o quantitativo de equipamentos públicos de lazer em Ouro Preto e seus distritos de acordo com a identidade e as demandas locais; revitalizar os equipamentos públicos de lazer de Ouro Preto e seus distritos, deixando-as mais convidativas para utilização e permanência das pessoas, com e sem deficiências, nos espaços públicos.	Automatizar a rotina de manutenções e revitalizações otimizando tempo e custo para cada tópico do projeto REVITALAZE R. Atender toda a população da sede e distritos, incluindo turistas	ÁREAS VERDES- Mapeamento das áreas verdes (sede e distritos), implantação de placas de sinalização, lixeira para recicláveis, bebedouros, banheiros, projeto paisagístico, iluminação, segurança (vigias e câmeras), acessibilidade e. QUADRAS, CAMPOS E GINÁSIOS- lixeira para recicláveis, bebedouros, banheiros, iluminação, segurança, vigias e câmeras, acessibilidade	A rotina de manutenções avaliando a qualidade dos equipamentos; a adesão, participação e avaliação da população que os utiliza. Haverá utilização de questionário de satisfação para identificação dos pontos mencionados (por meio de QR code).	Em execução	Diretoria de Infraestrutura da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e Secretaria Municipal de Obras.

			<p>e, pintura/gram a. PARQUINHO S- substituir os que já existem e instalar em todos os bairros e distritos parquinhos de material ecológico, incluir lixeiras e bebedouros, considerar acessibilidad e e brinquedos inclusivos. PISTA DE CAMINHADA , CORRIDA E CICLOVIA- revitalização e criação de calendário de manutenção das que já existem. Construção de 4 novas pistas (ao longo da Rodovia dos Inconfidentes ; na Praça da Estação chegando ao bairro Saramenha pela linha de trem; ao longo da Rodovia dos Inconfidentes em Cachoeira do Campo; ao longo da Rodovia Rodrigo Mello Franco de Andrade-Sup</p>			
--	--	--	--	--	--	--

			. Cooperouro e BH). SALA DE JOGOS - instalação de sala de jogos em alguns centros comunitários da sede e dos distritos com jogos de acordo com a faixa etária, computadores instalados para jogos eletrônicos, núcleos (Água Limpa, Antônio Dias, OPTC, UFOP, Casa de Cultura do Padre Faria e Amarantina, Antônio Pereira, Cachoeira do Campo, Engenheiro Correia, Glaura, Lavras Novas, Rodrigo Silva, Santa Rita, Santo Antônio do Salto).			
Dance Mais	Avaliar periodicamente fatores de risco e indicadores de morbidade (como IMC, circunferência da cintura, nível de atividade física, hipertensão arterial, capacidades funcionais,	Aumentar o número de alunos por turma; aumentar a frequência dos participantes e reduzir a rotatividade; identificar aspectos da saúde física e mental dos participantes que obtiveram	Oferecer aulas coletivas duas vezes por semana com 45 minutos de duração	Número de alunos por faixa etária; número de alunos por gênero; número de alunos por turma e núcleo; número de atendimentos; frequência dos participantes; rotatividade dos	Conforme a estruturação do setor (contratação de novos profissionais, logística etc) para atender as demandas do projeto.	Servidores da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

	<p>etc.) dos beneficiários do projeto; criar núcleos do projeto no município de Ouro Preto e em seus distritos; favorecer e valorizar a diversidade de possibilidades da dança, respeitando-s e a cultura e costumes local, regional, estadual e nacional; estabelecer convênios e parcerias com empresas privadas de Ouro Preto e de seus distritos que prestam serviços na área da dança, de forma que os munícipes possam acessá-lo com um preço reduzido ou subsidiado; criar e apoiar eventos públicos de dança no município de Ouro Preto e em seus distritos.</p>	<p>melhoria a partir dos indicadores de saúde da avaliação física; melhorar a qualidade do serviço prestado; reestruturaçã o logística e compras periódicas de materiais danificados.</p>		<p>participantes; indicadores de saúde mediante avaliação física; nível de atividade física; hábitos alimentares; satisfação dos participantes, qualidade do material utilizado nas aulas.</p>		
<p>Colônia de Férias</p>	<p>Implementar uma colônia de férias para a primeira infância, com</p>	<p>Incluir a colônia de férias no calendário anual da Secretaria de</p>	<p>Desenvolver um cronograma diversificado de atividades lúdicas,</p>	<p>O número de crianças por faixa etária, a rotatividade dos participantes</p>	<p>Conforme a estruturação do setor (contratação de novos profissionais,</p>	<p>Servidores da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.</p>

	<p>o intuito de proporcionar às crianças de 0 a 6 anos um ambiente seguro, lúdico e estimulante durante o período de recesso escolar. A iniciativa visa promover o desenvolvimento integral das crianças por meio de atividades recreativas, educativas e culturais, cuidadosamente planejadas de acordo com as diferentes faixas etárias. Essas atividades serão desenvolvidas para incentivar a socialização, a criatividade e a autonomia. Além disso, a colônia de férias busca oferecer um espaço acolhedor e estruturado, onde as crianças possam explorar e vivenciar novas experiências, contribuindo para seu bem-estar</p>	<p>Educação, garantindo a realização regular do evento e ampliando o número de crianças participantes a cada edição</p>	<p>recreativas e educativas, adaptadas às diferentes faixas etárias, com foco no desenvolvimento motor, cognitivo e socioemocional das crianças; Realizar treinamentos específicos para os monitores e educadores envolvidos na colônia de férias, abordando técnicas de recreação, segurança infantil, e primeiros socorros, para garantir um ambiente seguro e acolhedor; Promover a colônia de férias por meio de campanhas de comunicação direcionadas aos pais e responsáveis, utilizando mídias sociais, escolas e centros comunitários, e facilitar o processo de inscrição online e presencial; Estabelecer parcerias com</p>	<p>ao longo do evento, a distribuição de crianças por gênero, o nível de satisfação das crianças e dos responsáveis, e o progresso observado no desenvolvimento motor, cognitivo e socioemocional dos participantes. Além disso, será importante monitorar se as atividades estão atingindo seus objetivos e proporcionando os resultados esperados, ajustando a programação conforme necessário para maximizar os benefícios para todos os envolvidos.</p>	<p>logística etc) para atender as demandas do projeto.</p>	
--	--	---	---	---	--	--

	físico, emocional e cognitivo		empresas e organizações locais para fornecer materiais, equipamentos, e eventualment e patrocínios, que possam enriquecer a programação e garantir a qualidade das atividades oferecidas; Implementar um sistema de avaliação contínua, coletando feedback de crianças, pais e monitores ao final de cada dia, para ajustar e melhorar as atividades e a organização da colônia durante sua realização; Assegurar que os espaços utilizados para as atividades sejam adequados, seguros, e devidamente equipados, incluindo áreas cobertas e ao ar livre, bem como sanitários adaptados para as crianças			
--	-------------------------------	--	--	--	--	--

<p>Festival de Pipa</p>	<p>Implementar um dia de lazer com a confecção e brincadeiras de pipa, visando o lazer com conscientização das questões de segurança que envolvem essa atividade.</p>	<p>Promover e ensinar a brincadeira de pipa/papagai o no cenário Ouropretano.</p>	<p>Desenvolver um dia de atividades que estimulem a criatividade na confecção do material, e posteriormente o teste em campo da pipa produzida, com foco no desenvolvimento motor, cognitivo e afetivo das crianças com seus responsáveis /amigos; Realizar treinamentos específicos para os monitores e educadores envolvidos no festival, abordando técnicas de segurança que envolvam o conhecimento sobre os riscos das redes elétricas, e primeiros socorros, para garantir um ambiente seguro e acolhedor; Promover o festival por meio de campanhas de comunicação direcionadas aos pais e responsáveis, utilizando mídias</p>	<p>O número de crianças por faixa etária, a rotatividade dos participantes ao longo do evento em cada local de ação, o nível de satisfação das crianças e dos responsáveis, e o progresso observado no desenvolvimento motor, cognitivo e afetivo dos participantes.</p>	<p>Em execução</p>	<p>Servidores da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.</p>
-------------------------	---	---	---	--	--------------------	---

			<p>sociais, escolas e centros comunitários, e facilitar o processo de inscrição online e presencial; Estabelecer parcerias com empresas e organizações locais para fornecer materiais, equipamentos, e eventualment e patrocínios, que possam enriquecer a programação e garantir a qualidade das atividades oferecidas; Assegurar que os espaços utilizados para as atividades sejam adequados, seguros, e devidamente equipados, incluindo áreas cobertas e ao ar livre, bem como sanitários adaptados para as crianças.</p>			
--	--	--	--	--	--	--

5.5 Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo do Município de Ouro Preto reconhece a importância de promover ações voltadas ao desenvolvimento integral da criança na primeira infância (0 a 6 anos), considerando o direito à cultura, à identidade e à valorização das expressões locais desde os primeiros anos de vida.

Neste sentido, destaca-se as seguintes iniciativas:

1. Ações de incentivo à participação infantil em atividades culturais e artísticas, como contação de histórias, música, teatro e oficinas voltadas ao público da primeira infância, com foco em linguagens acessíveis e pedagógicas.
2. Promoção do acesso das crianças às programações culturais e festividades tradicionais da cidade, permitindo que conheçam, desde cedo, as manifestações culturais e o patrimônio imaterial que formam nossa identidade local.
3. Realização de atividades educativas em espaços culturais públicos, como museus, bibliotecas e centros culturais, com ambientes preparados para receber crianças, seus familiares e educadores.
4. Parcerias com escolas, creches e centros de educação infantil para promover vivências culturais e visitas guiadas a equipamentos culturais, sempre respeitando as especificidades dessa faixa etária.

Além disso, esta secretaria em parceria com a Secretaria de Educação realiza Atividades de Educação para o Patrimônio no âmbito das ações do “Programa Ouro Preto, O Meu Lugar” com a Diretoria de Pesquisa e Difusão do Patrimônio.

O Programa de Educação, Ouro Preto, O Meu lugar, instituído pela Lei 1.101 de 2018, tem sua concepção na Secretaria Municipal de Educação mas estabelece vínculos e parcerias com outras secretarias do município, bem como com outras instituições como a UFOP, o IFMG, museus e instrumentos culturais da cidade. No que tange sua relação com a Diretoria de Pesquisa e Difusão do Patrimônio Cultural (PROPAT), da Secretaria de Cultura e Turismo, trata-se do Quadro IIIC: Educação e Difusão do Programa do ICMS Cultural.

Deste modo, ao atuar em diversas frentes com os discentes do Municípios através das muitas parcerias supracitadas, as atividade do “Programa Ouro Preto, O Meu Lugar”, insere-se de maneira adequada à concepção do IEPHA, quando este, ao utilizar-se a conceituação da Denise Gruinspum afirma que:

(...) poderíamos pensar no conceito de “Educação para o Patrimônio”, que pode ser entendido como formas de mediação que propiciam aos diversos públicos a possibilidade de interpretar objetos de coleções dos museus, do ambiente natural ou edificado, atribuindo-lhes os mais diversos sentidos, estimulando-os a exercer a cidadania e a responsabilidade social de compartilhar, preservar e valorizar patrimônios com excelência e igualdade. (...) por meio de metodologias adequadas à fruição, compreensão em sua multiplicidade de sentidos e estímulo à criação, revelará modos distintos de conhecimento. (GRINSPUM, 2000, p. 27.)

Portanto, no de 2025, o “Programa Ouro Preto, O Meu Lugar” executou as atividades com o seguinte público-alvo: discentes das escola municipais, foram elas:

1. Escola Monsenhor João Castilho Barbosa;
2. Escola Dr.Pedrosa;
3. Escola Profa. Haydée Antunes - CAIC;
4. Escola Padre Carmélio;
5. Escola Nossa Sra das Graças;
6. Escola Benedito Xavier;
7. Escola Washington Araújo Dias;
8. Escola Bernardina de Queiroz;
9. Escola Aleijadinho;
10. Escola Municipal de Lavras Novas;
11. Escola René Giannetti;
12. Escola Tomás Antônio Gonzaga;
- 13- Escola de Lavras Novas;
- 14- Escola Juventina Drummond;
- 15- Escola Monsenhor Rafael;
- 16- Escola Hélio Homem de Faria;
- 17- Escola Maria Leandra;
- 18 – Escola Major Raimundo Felicíssimo;

19- Escola Simão Lacerda.

Entre as ações executadas destacam-se capacitações, palestras, oficinas, visitas orientadas e a participação em diversas atividades culturais. Todas essas experiências são registradas em um passaporte cultural individual que, em conjunto com um álbum de figurinhas, um mapa afetivo e um conjunto de cartões de referência, constitui o material didático do “Programa Ouro Preto, O Meu Lugar”.

Considerando o público da Educação Infantil, são utilizadas as seguintes estratégias pedagógicas:

- Passeios e visitas guiadas a espaços do entorno das escolas;
- Produção de desenhos e pinturas inspirados nos patrimônios culturais;
- Elaboração de um álbum da história da família;
- Realização de caça ao tesouro patrimonial;
- Jogos de memória com imagens de Ouro Preto;
- Utilização de passaporte cultural para o registro de visitas e descobertas;
- Contação de histórias e lendas, com apoio de fantoches;
- Desenvolvimento de sequências didáticas e oficinas temáticas;
- Construção de painéis coletivos e maquetes representativas do entorno dos alunos;
- Montagem de quebra-cabeças com imagens da cidade.
- Visita ao Museu Casa Guignard: feitura de autorretrato e oficina de aquarela
- Oficina de Linguagem dos Sinos
- Projeto Piloto: ‘Era uma vez, uma Vila Rica de Ouro Preto.

Como recurso de estímulo e engajamento, cada aluno recebe um passaporte cultural e uma coleção composta por cinco álbuns de figurinhas. O passaporte cultural atua como um documento simbólico, contendo fotografia, identificação do estudante e páginas destinadas ao registro das visitas realizadas ao longo do ano, por meio de carimbos ou assinaturas dos espaços escolhidos. Ao final do percurso, com base nas experiências vivenciadas, o aluno seleciona os locais que mais lhe marcaram e elabora seu Roteiro Afetivo.

Os álbuns de figurinhas foram concebidos em consonância com os temas dos Cartões de Referência e inspirados no Álbum de Figurinhas de Maria Zélia Trindade. Seus cromos são distribuídos gratuitamente em espaços reconhecidos como Patrimônio Cultural, tais como museus, monumentos e outros locais de significativa relevância histórica e cultural.

Por fim, a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo compromete-se em seguir com a parceria na execução do “Programa Ouro Preto, O Meu Lugar” nos próximos anos, contemplando também este Plano Municipal pela Primeira Infância no sentido de ofertar ações voltadas à esse público. Ademais, essas ações são fundamentais para o desenvolvimento integral das crianças, pois estimula a imaginação, a criatividade e o vínculo com a cultura local desde os primeiros anos de vida.

5.6 Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito

A Guarda Civil Municipal e o Gerência de Trânsito (Ourotran) em parceria com instituições locais, desenvolvem projetos que contemplam diretamente esse público, conforme descrito a seguir:

Cão Terapia (Cinoterapia):

Projeto realizado em parceria com a APAE, com o objetivo de promover o bem-estar físico, emocional, social e cognitivo das crianças. A interação controlada com os cães, sempre mediada por profissionais capacitados, atua como facilitadora no

processo terapêutico, contribuindo para a redução da ansiedade, alívio de dores, estímulo à comunicação e criação de um ambiente mais acolhedora

Patrulha Educativa Escolar:

Ação de caráter educativo e lúdico, voltada à educação no trânsito desde a primeira infância. As atividades incluem o uso de brinquedos de papelão, montagem de circuito com faixa de pedestres e carrinhos simbólicos, incentivando o respeito às sinalizações de trânsito e o uso adequado dos dispositivos de segurança infantil nos veículos, conforme disposto no Art. 64 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

Plano de Ação Frente aos Indicadores da Primeira Infância

Desenvolvimento emocional e social das crianças

* Ação Proposta: Ampliação da Cinoterapia para novas instituições (como creches municipais e centros de referência em assistência social), priorizando crianças em situação de vulnerabilidade.

Acidentes envolvendo crianças no trânsito

* Ação Proposta: Intensificar o projeto Patrulha Educativa Escolar, ampliando sua atuação para todas as escolas de educação infantil da rede municipal.

Acesso à informação e formação das famílias e cuidadores

Ação Proposta: Realizar oficinas educativas voltadas para pais, responsáveis e educadores sobre segurança no trânsito, saúde emocional infantil e uso correto de dispositivos de retenção (cadeirinhas).

5.7 Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Esta Secretária Municipal, por meio do setor de Educação Ambiental realiza atividades educativas com o público da primeira infância, como o programa a Escola vai ao Parque, que consiste em apresentar as belezas dos Parques Naturais da

cidade. Além disso, são realizadas oficinas de reciclagem, onde são construídos objetos com esses materiais.

5.8 Secretaria Municipal de Agropecuária

A SMA não possui ações e/ou trabalhos diretas que contemplem diretamente a Primeira Infância. Indiretamente trabalha junto a produtores da agricultura familiar, com manejo, assistência técnica e cultivo sustentável de produtos que são entregues ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, por meio da secretaria de Educação a escolas e creches do município.

6 - Definição de Metas e Estratégias

Investir na primeira infância é uma estratégia de alto impacto para promover mudanças necessárias ao alcance das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Essa fase representa uma janela de oportunidades cruciais para a formação de habilidades cognitivas, sociais e emocionais que contribuem para o desenvolvimento humano sustentável. Além disso, cidades como Ouro Preto têm demonstrado iniciativas promissoras na formulação de políticas públicas abrangentes, que integrem educação, saúde, assistência social, proteção, lazer e direitos humanos.

Em março de 2021 e setembro de 2024, em conjunto com a Rede Primeira Infância de Minas Gerais (REPI-MG), foram enviadas cartas de compromisso ao prefeito Ângelo Oswald e a vice-prefeita Regina Braga, cobrando o cumprimento das promessas feitas em campanha e a priorização da infância no município. Essas cartas reafirmam o compromisso com a construção de um futuro mais saudável e sustentável para as crianças de Ouro Preto. Em 2023, foi assinado o edital para a participação na Campanha “ 50 Planos Municipais pela Primeira Infância” (www.redeprimeirainfanciамg.com.br).

Sabe-se que devemos inserir ações relacionadas à perspectiva de prevenção às violências estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente (8.069/1990), na Lei Menino Bernardo (13.010/2014), na Lei Henry Borel (14.344/2022); além do incentivo à promoção da paternidade e da maternidade responsáveis do artigo 14 do Marco Legal da Primeira Infância (13.257/2016); e os fluxos de atendimento a crianças vítimas de violências na primeira infância, conforme proposto na Lei que estabelece o Sistema de Garantia de Direitos de crianças e adolescentes vítimas e testemunha de violências (13.431/2017).

Fortalecimento de Redes Locais e Educação Infantil

Ouro Preto está desenvolvendo uma Rede de Apoio voltada para a primeira infância, com políticas públicas que englobam aspectos fundamentais. No âmbito educacional, é essencial implementar mecanismos de acompanhamento e avaliação contínua da educação infantil. Tais ações devem ser alinhadas às metas do Ministério da Educação (MEC), ao aprimoramento da Lei Brasileira de Inclusão (LBI, Lei nº 13.146/2015) e às recomendações de especialistas como F. Cecília Vidigal.

Entre as prioridades estão:

- **Estruturação de equipes multidisciplinares** para realizar escutas das crianças e expandir o uso de dados e feedbacks.
- **Promoção de ambientes adequados** com foco na alimentação saudável e no apoio à amamentação, é fundamental criar ambientes que não promovam o desmame precoce, disponibilizando salas de apoio à amamentação e brinquedotecas em espaços públicos. Ressaltando que A OMS recomenda que, até 2025, pelo menos 50% das crianças menores de 6 meses sejam amamentadas exclusivamente. No Brasil, o índice em 2024 é de 45,8%, e em Ouro Preto, segundo a Secretaria de Saúde estima-se 43,68 % em 2022. Muito também por fazer, para promoção, proteção e apoio à amamentação.
- Quanto ao cardápio escolar, este deve seguir as orientações para Cesta Básica de Alimentos, garantindo o direito humano à alimentação adequada e saudável. O Decreto Presidencial N° 11.936, de 05 de março de 2024, orienta

as ações relacionadas à produção, ao abastecimento e ao consumo de alimentos. É fundamental observar as recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira e do Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de Dois Anos, respeitar a cultura e as tradições regionais, proteger a alimentação adequada e saudável, a saúde e o meio ambiente, e promover a diversificação e a diversidade alimentar. Atentado para as frutas e legumes/verduras da época e interação com os produtores rurais/horta familiar.

- **Atenção ao ambiente digital**, conforme orientado pela Resolução do Conanda nº 245, de 2024, com diretrizes para garantir interações digitais saudáveis e inclusivas.
- **Incentivo ao brincar**, em conformidade com as Bases Nacionais Curriculares, reforçando a importância do desenvolvimento lúdico.

Saúde, Nutrição e Sustentabilidade

Investimentos na saúde e nutrição das crianças estão diretamente conectados a múltiplos ODS, como o 2 (Fome Zero), 3 (Saúde e Bem-Estar) e 6 (Água Potável e Saneamento). Ouro Preto tem priorizado:

- **Adoção de cardápios escolares saudáveis**, alinhados às orientações do Guia Alimentar para a População Brasileira e para Crianças Menores de Dois Anos, além do Decreto Presidencial nº 11.936/2024. Isso inclui a valorização de produtos sazonais e locais, interação com produtores rurais e incentivo a hortas familiares.
- **Combate aos ultraprocessados e ao desperdício alimentar**, com iniciativas voltadas à diversificação alimentar e segurança nutricional.
- **Garantia de acesso a água potável e saneamento**, reconhecendo a água como elemento fundamental para a segurança alimentar e a saúde pública.

Programas como o *Saúde na Escola*, o *Bolsa Família*, o *SISVAN* e o *Cadastro Único* desempenham papel vital na identificação e no atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade. Paralelamente, o tratamento da água e do esgoto é uma

prioridade para garantir indicadores de saúde pública adequados e promover uma gestão ambiental sustentável.

Direitos Humanos e Inclusão

A LBI reforça a importância de compreender o contexto biopsicossocial antes de propor ações para a inclusão de crianças com deficiência. A articulação de políticas que promovam atividades artísticas, lúdicas e interativas é fundamental para garantir a cidadania plena. Temos que ter atenção especial aos 35 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança.

ODS Relacionados e Integração

Os esforços de Ouro Preto e iniciativas similares fortalecem a conexão entre a primeira infância e os ODS:



Figura 24 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

ODS 1, 2 e 10: Redução da pobreza e desigualdades por meio de acesso universal a saúde, nutrição e educação de qualidade.

ODS 3 e 6: Promoção de saúde e bem-estar, com foco em saneamento básico e água potável.

ODS 4 e 5: Educação inclusiva e suporte às famílias, incentivando a equidade de gênero.

ODS 11: Cidades e Comunidades sustentáveis

Comunidade sustentáveis e a proximidade com o Município de Ouro Preto, com foco nas crianças. Ao falar de cidades sustentáveis, um ponto importante são as crianças, o que fazer para que as crianças sintam e compreendam a transformação de inovação e sustentabilidade de uma cidade? É direito da criança fazer parte do desenvolvimento tecnológico que está acontecendo em sua própria cidade. Como exemplo, tem o projeto iCities Kids, em Curitiba (SPINOSA, 2020). Onde as crianças de escolas públicas ou não possuem aulas de robótica, tecnologias, além de aprender sobre energias renováveis, mobilidade urbana, consumo consciente e reciclagem, um aprendizado de uma forma lúdica e vivencial. Existe um desafio em conectar os cidadãos, principalmente as crianças, dentro do contexto de cidades inteligentes e sustentáveis (OLIVEIRA, 2020), o benefício de promover essa cultura dentro da cidade é a conscientização que pode partir da criança para dentro de casa. Bezerra (2022) aborda que para a população participar ativamente, o governo pode oferecer benefícios fiscais e créditos para desconto em transporte público para as residências com aproveitamento de água de chuva, reciclagem de lixo. Com objetivo de gerar motivação dentro das casas da população e toda a família, incluindo crianças e adultos.

ODS 12: Sustentabilidade no consumo e na produção de alimentos.

ODS 16: Formação de crianças resilientes, contribuindo para sociedades mais justas e pacíficas.

É de suma necessidade pactuar políticas públicas para primeira infância, superar restrições orçamentárias e financeiras, articular ações intersetoriais e atuar para consolidar resultados de médio prazo. Orçamento/planejamento incluam, no Plano Plurianual, programa(s) direcionado(s) para a promoção da primeira infância.

Uma que já está acontecendo é a Secretaria de Educação/PMOP, abrir vagas para creche (formulário específico):

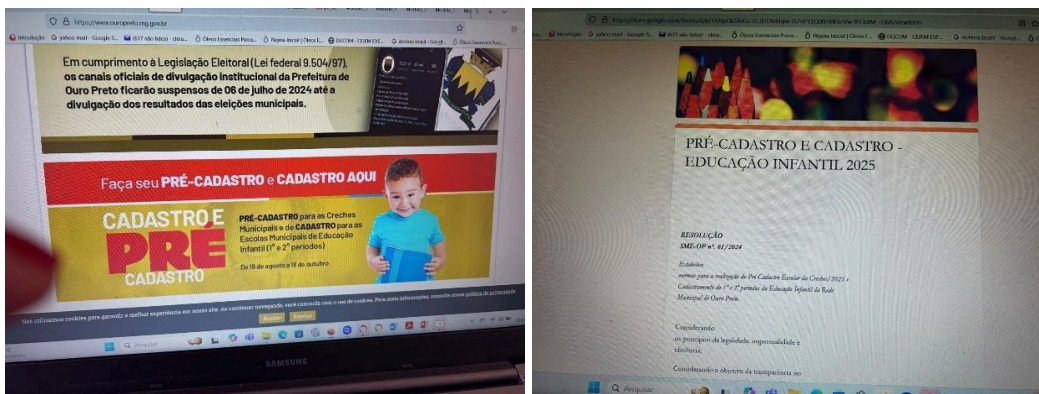


Foto 5: Formulário específico para creches.

Fonte: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfoGs-D_d7DN6lsjw-l57nFY2Q0lrH0E6cVw-fFckXM_-QiiA/viewform

PRÉ-CADASTRO E CADASTRO - EDUCAÇÃO INFANTIL 2025 - RESOLUÇÃO SME-OP n.º. 01/2024 - <https://www.ouropreto.mg.gov.br>.

7. Participação Infantil (ESCUITA) no PMPI

Escuta das Crianças

Com o objetivo de delimitar ações necessárias para estruturar políticas voltadas à primeira infância, ressaltando a importância desse investimento para o desenvolvimento humano, econômico e social (conforme o Módulo 1 - Priorização e Planejamento de Políticas Públicas no Ciclo Orçamentário, da capacitação REPI-MG), realizamos a escuta ativa das crianças como parte do PMPI.

A partir da análise das respostas à de crianças e do diálogo com educadores que atuam junto a elas, buscamos articular com as ações previstas neste plano, bem como destacar as ações aqui apresentadas e as demandas a serem focadas no decorrer de sua implementação. Além disso, como instrumento de acompanhamento, diagnóstico e intervenção ao longo do período de implementação do plano, foi elaborado um instrumento a ser aplicado e analisado ao longo do processo de sua implementação. Uma atividade envolveu uma escola municipal e resultou em desenhos elaborados pelas crianças. Já outra atividade foi desenvolvida

com o apoio das EMEI resultando em 300 escutas, abrangendo diversas localidades. Essa iniciativa contou com a participação da **Secretaria de Educação**, **Secretaria de Assistência Social** e **MOPI** destacando o trabalho integrado entre as instituições envolvidas.

Apresentamos, a seguir, a dinâmica bem como os resultados obtidos:

Escola Municipal Simão Lacerda

No dia 8 de março de 2024, como parte das ações para o evento Homenagem à Primeira Infância em BH- REPI-MG, foi realizada uma ação na escola onde as crianças discutiram sobre *como seria a cidade que elas queriam* e, em seguida, expressaram suas ideias por meio de desenhos. Esse conjunto de desenhos (Foto 1) foi divulgado no evento, mostrando o comprometimento da cidade.



Foto 6- Desenhos das crianças sobre o que querem para a cidade (Escola Simão Lacerda, 08/03/2024).

Escuta das Crianças pela Educação nas EMEI(s)

Entre os dias **10 de outubro e 5 de novembro de 2024**, a Diretoria de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação (PMOP) solicitou a realização de uma **atividade didática contextualizada**, aplicada pelas professoras das quatro EMEIs do município. Essa atividade abrangeu turmas do Maternal, 1º Período e 2º Período, contemplando um público-alvo estipulado em **150 crianças**, distribuídas da seguinte forma:

- **50 crianças** de 3 anos;
- **50 crianças** de 4 anos;
- **50 crianças** de 5 a 6 anos.

Na prática atingimos quase 3 vezes mais esse público. Um total de 515 crianças foram ouvidas nas 4 EMEI(s), sendo computados a expressão de 413 crianças, com idade entre 3 a 5 anos.

As EMEIs foram distribuídas entre a sede (dois) e os distritos (dois). O tema proposto foi: **“O que você quer para a escola e/ou o caminho para a escola?”**

A atividade contou com a participação de professores e alunos do Maternal, 1º Período e 2º Período. As professoras/monitoras registraram as narrativas das crianças, e os resultados foram encaminhados ao Comitê, acompanhados de fotografias das atividades realizadas. As atividades foram desenvolvidas ao longo de **três semanas**.

Resultados observados e discutidos

Artigo 4º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

• **Observação:** Há um olhar direcionado às crianças com deficiência, em situação de vulnerabilidade ou pertencentes a áreas com maiores desigualdades. É necessário evidenciar a urgência das ações, de promover a inclusão, atender à diversidade e considerar as diferenças com um olhar minucioso, garantindo a equidade. Isso passa por proporcionar uma convivência mais acolhedora, assegurando que as ações reverberem positivamente. Precisamos refletir: **O que realmente queremos para melhorar a qualidade da educação infantil pública e privada? Quais diretrizes o município deve adotar para esse avanço?**

É fundamental que a implantação das diretrizes educacionais seja feita de forma gradual e planejada. As propostas pedagógicas devem ser construídas e debatidas coletivamente, envolvendo familiares, educadores, profissionais de apoio e outros especialistas. Essas discussões precisam considerar:

- A formação adequada dos profissionais, com qualificação contínua.
- Materiais pedagógicos de qualidade e apropriados à realidade local.
- Comprometimento com a garantia de orçamentos anuais, assegurando a sustentabilidade das ações.

Como destaca o **Compromisso Nacional pela Qualidade e Equidade na Educação Infantil**, essas ações são essenciais para transformar a realidade da educação no Brasil e promover a mudança de paradigma. A Educação Infantil não deve ser vista apenas como uma preparação para o Ensino Fundamental, mas sim como uma etapa essencial para o preparo da criança para a vida. Nas palavras de Suely Menezes, durante o Seminário Nacional – A Política de Educação Infantil no Brasil (dezembro de 2024):

“A Educação Infantil não é para preparar para o ano fundamental, é para preparar para a vida, o nosso aluno.”

Além disso, a qualidade do atendimento só será garantida com o fortalecimento de políticas públicas que contemplem:

- A oferta suficiente de vagas, priorizando a primeira infância.
- Formação continuada dos educadores.
- Criação de espaços adequados, propostas pedagógicas convidativas e escuta ativa das crianças.
- Financiamento robusto, que contemple tanto a expansão quanto a melhoria das condições de ensino e aprendizagem.

A implementação dessas diretrizes, orientadas pelos princípios de qualidade e equidade, é essencial para reduzir desigualdades educacionais e assegurar que todas as crianças – independentemente de deficiência, vulnerabilidade ou contexto socioeconômico – tenham acesso a uma educação infantil de excelência. **Somente assim será possível transformar a educação infantil em uma experiência que prepare a criança não apenas para o futuro acadêmico, mas para a vida como um todo.**

Tabulação e Avaliação

O MOPI (Movimento Ouro Preto pela Infância) tabulou todos os desenhos encaminhados pelas 4 EMEI(s), por Área e Faixa Etária, 2024. cuja análise foram descritas no quadro 12.

QUADRO 12: AVALIAÇÃO DOS DESENHOS ENVIADOS				
Total Geral: 515	Sem idade: 35	Maiores de 6 anos: 67	Total Urbano: 205	Total Analisados: 413
			Total Rural: 310	
TOTAL das 4: 413	3 Anos: 52	4 anos: 192		5 anos: 169
EMEI(s)	Idade	Total Geral	Quantidade	Percentual
<i>EMEI(s) na Área Urbana: SUB TOTAL: 197 desenhos analisados</i>				
<i>Localidade</i>	<i>Idade</i>	<i>Desenhos</i>	<i>Total Turmas</i>	<i>Série</i>
Cirandinha/ Morro Santana	3 anos	14	23	Maternal: 2
	4 anos	30		1º Período: 3
	5 anos	55		2º Período: 3
Reino da Alegria/Piedade	3 anos	9		Maternal: 2
	4 anos	41		1º Período: 3
	5 anos	48		2º Período: 2
<i>EMEI(s) na Área Distritos - SUB TOTAL: 216 desenhos analisados</i>				
Bonequinha Preta/Cachoeira do Campo	3 anos	10	15	Maternal: 5
	4 anos	81		1º Período: 5
	5 anos	61		2º Período: 5
Dona Zumbi/Antônio Pereira	3 anos	19		Maternal: 3
	4 anos	40		1º Período: 2
	5 anos	5		2º Período: 3

Em relação à distribuição por idade, observamos que a tabela 9 apresenta o total de crianças por idade (3, 4 e 5 anos) e sua distribuição em cada Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) de Ouro Preto, que são: Cirandinha, Reino da Alegria na área urbana; a Bonequinha Preta e a Dona Zumbi são na área rural.

Quanto à faixa etária, observamos um total de 52 crianças de 3 anos, sendo a maior quantidade na EMEI Dona Zumbi (19 crianças, um percentual de 36,6%). Na faixa etária de 4 anos, um total: 192 crianças, e a maior quantidade foi na EMEI Bonequinha Preta (81 crianças, um percentual de 42,2%). E na faixa etária de 5 anos, um total: 169 crianças, sendo a maior quantidade na EMEI Bonequinha Preta (com 61 crianças, um percentual de 36,1%). Um total de 38 turmas enviaram a escuta das suas crianças, sendo 12 do Maternal e 13 do 1º e 2º período.

Descrição de uma das atividades - Exemplo

Como exemplo das atividades realizadas nos quatro EMEIs de Ouro Preto, destacamos as ações desenvolvidas pela EMEI Cirandinha, detalhadas no Quadro 13.

Quadro 13- Atividade Didática EMEI Cirandina

“O que você gostaria que tivesse na escola e no caminho de casa até a escola?”

Total de alunos participantes: 121

Período: 26 a 31 de outubro de 2024.

- Roda de conversa a respeito do bairro, da rua onde moram e da escola, explorando conhecimento prévio de cada aluno.
- Exibição de vídeos e contação de histórias: “O bairro de Marcelo - Ruth Rocha”; “A rua de Marcelo - Ruth Rocha”; “Nunca acontece nada na minha rua - Ellen Raskin” e outros.

Em seguida, as crianças realizaram a comparação entre o bairro, a rua, e a escola das histórias e dos vídeos com o bairro, a rua e a escola delas;

- Apresentação da cantiga popular utilizada em brincadeiras de roda “Se esta rua fosse minha”.

A partir disso, foram realizadas brincadeiras de roda com a cantiga, confecção de cartazes, identificação de palavras, rimas e ilustrações, releituras, etc.

Por fim, foi enviada uma atividade Para Casa onde as crianças entrevistaram seus responsáveis sobre “o lugar onde moram, escrevendo o endereço e apontando o que mais gostam na rua e o que mudariam”.

E foram enviadas as fotos, com **consentimento e autorização** prévia dos responsáveis e o assentimento das crianças, pois é fundamental para respeitar seus direitos e proteger sua privacidade e segurança durante o processo de escuta e participação. (Foto 7).



Fotos 7- Desenhos das atividades de Escuta da EMEI Cirandinha, 2024.

Expressões delineadas nos desenhos da Escuta , por EMEI

Em relação às expressões delineadas nos desenhos das crianças, citamos um condensado destas por turmas de cada EMEI de Ouro Preto, conforme quadros abaixo.

A escuta das crianças nas EMEIs Bernardina de Queiroz Carvalho (Dona Zumbi), no distrito de Antônio Pereira, e Bonequinha Preta, no distrito de Cachoeira do Campo, revelou uma rica diversidade de desejos e percepções sobre o ambiente escolar.

Quadro 14- Escuta das Crianças – EMEI Bernardina de Queiroz Carvalho (Dona Zumbi)

Categorias	Citações Comuns	Exemplos de Desejos e Citações
Os Museus e os Espaços	Escola (3), casa (3), parquinho (2), padaria, caminho para a escola, projeto Sorria, igreja, quadra	- Parquinho novo com brinquedos e árvores. - Jardim com flores e girassóis.
Elementos Naturais	Chuva, nuvens (2), flores, rio, peixes no rio	- Árvore de amora gigante. - Escola com muitas plantas e um jardim colorido.
Animais	Cavalo, cachorro, passarinho, coelho, peixe, galo	- Desejo de interagir com animais no ambiente escolar.
Pessoas e Relacionamentos	Mamãe (2), papai, vovó, tia, eu (6)	- Escola acolhedora com atividades envolvendo família e comunidade.
Atividades e Objetos	Ônibus, carro, brinquedos, livros, tintas, tela para pintar, bonecas, panelinhas	- Espaço para pintar e criar. - Parquinho com brinquedos novos.

Entre os elementos mais citados, destacam-se espaços como a escola, casa, parquinho, e padaria, reforçando a importância de lugares familiares e acolhedores no cotidiano infantil.

As crianças demonstraram grande apreço pela natureza, mencionando árvores, flores, rios e animais, como cavalos, cachorros e passarinhos. Também valorizaram a convivência com figuras familiares (mamãe, papai, vovó e tias) e destacaram a relevância de atividades criativas, como pintura e leitura.

Os desejos apresentados, figuram:

- **Melhoria nos parquinhos**, com mais brinquedos e árvores frutíferas, como pés de amora.
- **Ambientes verdes e coloridos**, com jardins bem cuidados e espaços para brincar e explorar a natureza.
- **Os materiais pedagógicos**, como livros, tintas e telas para atividades artísticas.
- **Espaços para convivência e lazer**, incluindo pracinhas com campo de futebol, locais para andar de bicicleta e até mesmo um barzinho com comidas favoritas.

Essas escutas evidenciam a importância de um planejamento educativo que atenda às necessidades afetivas, sociais e criativas das crianças, promovendo um ambiente escolar inclusivo, sustentável e repleto de possibilidades para o desenvolvimento integral.

Segue o quadro 15 e o texto resumido com base na escuta das crianças da EMEI Bonequinha Preta:

QUADRO 15 - Escuta das Crianças – EMEI Bonequinha Preta

Categorias	Citações Comuns	Exemplos de Desejos e Citações
Os Museus e os Espaços	Escola, parquinho, pracinha, quadra, cantina, circo com mágico, parque de dinossauros	- Parquinho novo e colorido. - Pracinha com campo de futebol e brinquedos.
Elementos Naturais	Árvores, flores, pé de amora, girassóis, jabuticabeira, fonte de água	- Árvores frutíferas no jardim. - Um jardim com flores e fontes de água.
Atividades e Objetos	Livros, bonecas, panelinhas, tintas, tela para pintura, brinquedos (bola, ursinho, escorregador)	- Espaço para pintar e criar. - Brinquedos variados, como gira-gira e túnel.

Criatividade e Imaginação	Esconderijo secreto, enfeites na escola, pisca-pisca, esconderijo	- Escola com esconderijo secreto. - Pisca-pisca para decorar a escola.
Jogos de Relacionamento e Interações	Espaços acolhedores e voltados para convivência	- Um barzinho com comida. - Cantina ampliada e aconchegante.

A escuta das crianças da EMEI Bonequinha Preta revelou desejos que unem criatividade, contato com a natureza e melhorias na infraestrutura escolar. Os elementos mais citados incluem a escola, parquinho, pracinha e livros, evidenciando a importância de espaços de convivência e de estímulo ao aprendizado.

Entre os desejos apareceram:

- **Melhoria nos espaços físicos**, como um parquinho novo e uma pracinha com campo de futebol e brinquedos diversificados (bola, escorregador, gira-gira, túnel, entre outros).
- **Elementos naturais em ambiente escolar**, como um jardim com flores, árvores frutíferas (amoreiras e jabuticabeiras) e fontes de água.
- **Espaços criativos e lúdicos**, incluindo um circo com mágico, um parque de dinossauros e um esconderijo secreto.
- **Valorização da decoração e acolhimento**, com sugestões de colocar pisca-pisca na escola, ampliar a cantina e incluir um barzinho com comidas.

Essas expressões demonstram a importância de um planejamento educacional que contemple tanto a infraestrutura lúdica quanto o acolhimento emocional das crianças. É fundamental criar um ambiente escolar que valorize a imaginação, o aprendizado e o bem-estar, promovendo um vínculo positivo entre as crianças e a escola.

E nas EMEI(s) da área Urbana (Sede de Ouro Preto - MG)

A escuta das crianças nas EMEIs Reino da Alegria no bairro Piedade e Cirandinha no bairro Morro Santana também revelou uma rica diversidade de desejos e percepções sobre o ambiente escolar. (Quadro 16).

QUADRO 16 - Escuta das Crianças – EMEI Reino da Alegria

Categorias	Citações Comuns	Exemplos de Desejos e Citações
Os Museus e os Espaços	Parquinho, quadra de esportes, praça, parque, biblioteca, lagoa, academia, cabana, casa	- Quadra de esportes para brincar. - Biblioteca para atividades de leitura e contação.
Elementos Naturais	Flores, jardim, árvore de frutas	- Árvores frutíferas para explorar. - Um jardim colorido para brincadeiras.
Atividades e Objetos	Brinquedos, balanço, pula-pula, piscina de bolinhas, bicicleta, cozinha de brinquedo, motor mecânico	- Piscina de bolinhas e pula-pula no parquinho. - Cozinha cor-de-rosa de brinquedo.
Jogos de Relacionamento e Interações	Casas para passarinhos, ambientes para convivência	- Espaços acolhedores como uma cabana ou casa para brincadeiras.

A escuta das crianças na EMEI Reino da Alegria revelou um desejo marcante por espaços e atividades que estimulem a imaginação, o movimento e a interação social. Os itens mais citados incluíram brinquedos variados, parquinhos bem equipados e quadras de esportes, evidenciando a importância de locais que incentivem o brincar e o desenvolvimento físico.

As crianças expressaram desejos específicos, como:

- **Ambientes de lazer e interação**, como uma piscina de bolinhas, pula-pula, bicicletários e áreas para esportes.

- **Elementos naturais e sustentáveis**, incluindo árvores frutíferas, jardins floridos e casas para passarinhos.
- **Espaços lúdicos e criativos**, como uma cozinha cor-de-rosa de brinquedo, cabanas e parques temáticos.
- **Ambientes multifuncionais**, como bibliotecas, pracinhas e até uma cafeteria.

Esses anseios demonstram a necessidade de planejar espaços educativos que contemplem tanto a infraestrutura física quanto a dimensão afetiva e criativa da infância. A implementação de ambientes diversificados, seguros e acolhedores é essencial para fortalecer o vínculo das crianças com a escola e com a comunidade ao redor, promovendo um desenvolvimento integral.

Segue a quadro 17 e o texto atualizado com os dados da EMEI Cirandinha do bairro Morro Santana:

QUADRO 17 - Escuta das Crianças EMEI Cirandinha

Categorias	Citações Comuns	Exemplos de Desejos e Citações
Locais e Espaços	Parquinho, pracinha, polícia (4), supermercado (2), igreja (2), loja de doces (5), campo de futebol (2)	- Loja de doces para guloseimas. - Campo de futebol para brincar com amigos.
Elementos Naturais	Flores, árvores, jardim, casa na árvore	- Casa na árvore e espaços verdes para explorar.
Atividades e Objetos	Brinquedos como escorregador, balanço, pula-pula, velotrol, trampolim, bonecos, peteca, livros	- Piscina de bolinhas e brinquedoteca. - Escorregador até no teto.

Jogos de Relacionamento e Interações	Patrulhamento policial, comunidade unida	- Polícia para segurança e patrulhamento na região.
Alimentos e Comidas	Loja de doces, guloseimas, salada, comida	- Espaços que incluam alimentação saudável e guloseimas.

A escuta das crianças na EMEI Cirandinha revelou uma rica diversidade de interesses e desejos, destacando a necessidade de um ambiente escolar que vá além da sala de aula, promovendo diversão, segurança e conexão com a comunidade. Entre os elementos mais citados, encontram-se espaços como parquinhos, pracinhas e ambientes para convivência comunitária.

Os desejos:

- **Infraestrutura para brincar**, como trampolins, brinquedotecas, escorregadores criativos e campos de futebol.
- **Elementos naturais e lúdicos**, como jardins, árvores e casas na árvore, que incentivam o contato com a natureza.
- **Ambientes que acolham a comunidade**, como supermercados, lojas de doces e igrejas.
- **Segurança e pertencimento**, com a menção ao patrulhamento policial como um fator importante.

Outros pedidos criativos incluíram uma piscina de bolinhas, um cadeirão para descansar, um circo com roda gigante e até um escorregador no teto. Além disso, a valorização de alimentos e guloseimas reforça a importância de incluir na escola espaços voltados para alimentação e socialização.

Dado o contexto local, recomenda-se realizar uma avaliação ambiental para compreender melhor as necessidades e possibilidades da comunidade em torno da escola. Essa escuta reforça a importância de criar um ambiente escolar acolhedor, seguro e inspirador, atendendo às expectativas das crianças e fortalecendo sua relação com a escola e o entorno.

Com base nas escutas realizadas nas 4 EMEIs, concluímos que a escuta das crianças no EMEIs **Bernardina de Queiroz Carvalho – Dona Zumbi (Antônio Pereira)**, **Bonequinha Preta (Cachoeira do Campo)**, **Reino da Alegria - (Piedade)** e **Cirandinha (Morro Santana)** revela um amplo espectro de desejos e interesses que convergem em pontos essenciais para o planejamento do Plano Municipal da Primeira Infância.

Categorias de Destaque

1. Espaços de Brincar e Convivência

- o Parquinhos bem equipados, pracinha com campo de futebol, brinquedotecas e áreas temáticas como parque de dinossauros e circo com mágico foram amplamente mencionados.
- o A infraestrutura para brincadeiras seguras e criativas é uma prioridade clara, com pedidos por balanços, escorregadores, pula-pula, piscinas de bolinhas, trampolins e até esconderijos secretos.

2. Elementos Naturais e Sustentabilidade

- o Crianças destacaram o desejo por árvores frutíferas, flores e jardins, como amoreiras, jabuticabeiras e fontes de água. Espaços verdes são fundamentais para promover contato com a natureza e momentos de tranquilidade e aprendizado.

3. Ambientes Criativos e Educativos

- o Desejos por livros, tintas, telas para pintura e bibliotecas reforçam a necessidade de espaços que estimulem a imaginação e a criatividade.
- o Decorações lúdicas, como pisca-pisca e casas na árvore, contribuem para tornar o ambiente escolar acolhedor e inspirador.

4. Segurança e Comunidade

- o A menção à polícia e ao patrulhamento destaca a preocupação com a segurança no entorno escolar. Além disso, a valorização de espaços como igrejas, lojas de doces e mercados aponta para a integração da escola com a comunidade local.

5. Alimentação e Socialização

- o Pedidos como ampliação da cantina, barzinhos com comidas e guloseimas refletem a importância de incluir áreas dedicadas à alimentação e ao convívio social.

É importante, uma escola como um espaço não apenas de aprendizagem, mas de diversão de convivência, e pertencimento. Para atender desejos e necessidades, é essencial que o Plano Municipal da Primeira Infância contemple:

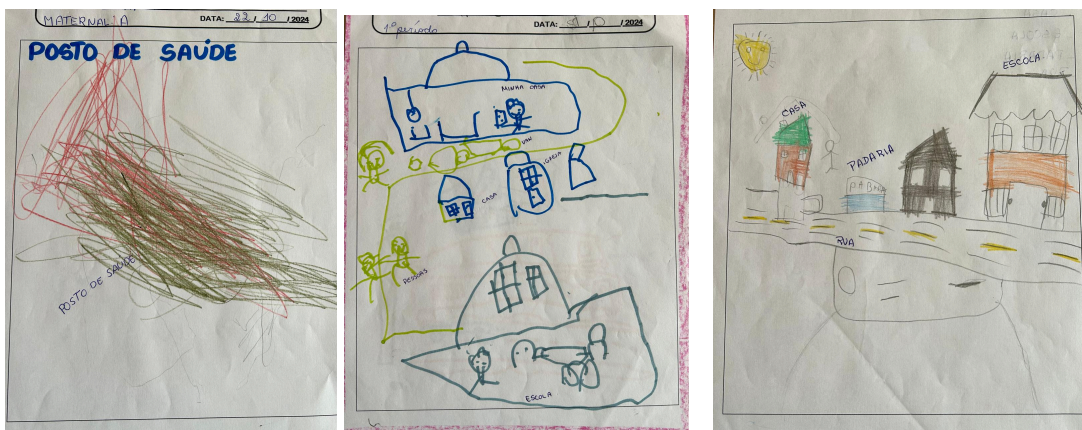
- **Investimentos em infraestruturas lúdicas e seguras**, com parquinhos, brinquedotecas e espaços verdes.
- **Promoção da sustentabilidade**, integrando árvores frutíferas, jardins e fontes de água aos espaços escolares.
- **Atenção à criatividade e acolhimento**, com ambientes decorados, estimulantes e que despertem a imaginação.
- **Parcerias com a comunidade**, fortalecendo o vínculo entre escola e entorno.
- **Garantia de segurança e bem-estar**, incluindo patrulhamento no entorno e melhorias na alimentação.

Esse levantamento reforça que ouvir as crianças é essencial para construir escolas e ambientes na comunidade que realmente atendam às suas expectativas, valorizando suas vozes como agentes ativos no desenvolvimento de um ambiente educativo mais justo, inclusivo e encantador.

Essas diretrizes sobre a Escuta das Crianças ampliam o papel do poder público na construção de políticas públicas efetivas que promovam espaços integradores, que vão além das escolas, para promover um ambiente saudável, inclusivo e sustentável. Ao garantir uma infraestrutura adequada, práticas educativas inovadoras e o bem-estar físico e emocional das crianças, estamos pavimentando o caminho para um desenvolvimento integral e equitativo na primeira infância.

Mostra de desenhos feitos pelos alunos das 4 EMEI(s), por períodos.

Veja abaixo as Fotos 8 – Mostra de desenhos do maternal, 1 e 2 período, por EMEI(s):



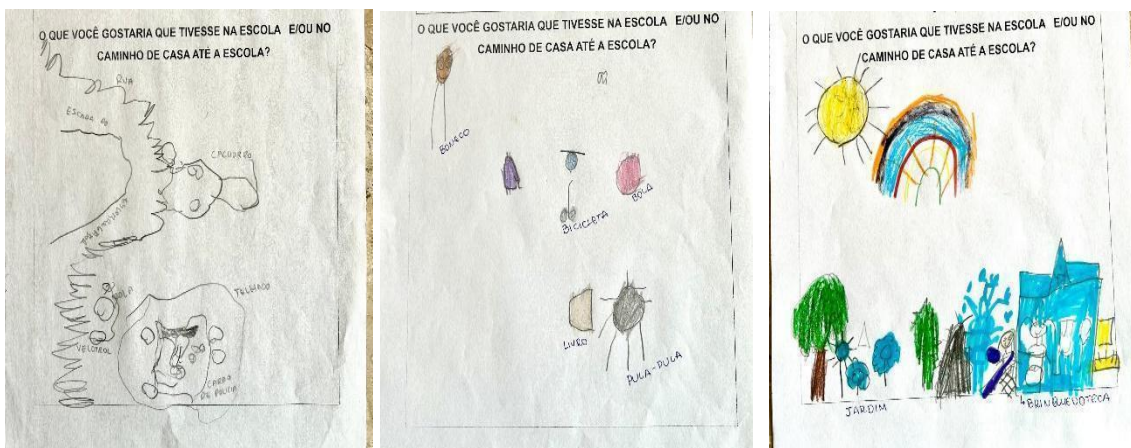
A) Desenhos do Maternal, 1 e 2 período- EMEI Dona Zumbi/Antônio Pereira



B) Desenhos do Maternal, 1 e 2 período- EMEI Bonequinha Preta/ Cachoeira do Campo



C) Desenhos do Maternal, 1 e 2 período- EMEI Reino da Alegria - Piedade



D) Desenhos do Maternal, 1 e 2 período- EMEI Cirandinha/Morro do Santana.

Fotos 8 – Mostra de desenhos do Maternal, 1 e 2 períodos das EMEI(s) – A,B,C,D.

Todos os desenhos feitos pelas crianças estudantes nas 4 EMEI(s), foram digitalizados, pela Secretaria de Educação, e condensados no link:

https://drive.google.com/drive/folders/1bMarx_P9UGeYVIHoDV0zfWyXUsSfFSq2?usp=drive_link

Diante também das possibilidades sugestionadas, nos desenhos resgatamos a Lei Menino Bernardo nº13.010/14 que assegura que crianças e adolescentes sejam educados sem castigos físicos ou tratamentos cruéis e degradantes, mudando inclusive o ECA, no qual, posteriormente, também foi incluído a Lei 13.436/17 que altera os seus artigos 9 e 10: “Para garantir o direito a acompanhamento e orientação à mãe com relação à amamentação”.

8. Escuta das (os) Educadores

Considerando a importância da escuta ativa das crianças para elaboração deste plano municipal, o Comitê Municipal pela Primeira Infância do Município de Ouro Preto - MG compreende a necessidade da interpretação dos educadores que aplicaram as atividades às crianças para que assim possam ser avaliadas as questões objetivas desse público e avançar no fortalecimento dos serviços, dos equipamentos, na construção de políticas públicas e melhorar as já existentes voltadas para a primeira infância.

Deste modo, um questionário foi construído no Google Forms para que os educadores que conduziram as atividades de escuta das crianças sobre **"O que você gostaria que tivesse na escola e no caminho de casa até a escola?"** pudessem produzir as impressões dessa atividade.

O questionário contava com as seguintes indagações sobre a atividade de desenho:

1. O que mais chamou sua atenção nos desenhos das crianças? (Ex: cores, temas, figuras, etc.)
2. Quais símbolos ou elementos se repetiram com mais frequência nos desenhos?
3. Você identificou algum padrão nos desenhos que possa indicar alguma emoção ou sentimento recorrente nas crianças?
4. Ao analisar os desenhos, você percebeu alguma possível analogia a situações de violência ou outras formas de sofrimento? Se sim, descreva.
5. Foram identificadas figuras de policiais, professores, pais ou outras figuras de autoridade?
6. Como essas figuras foram representadas? De forma positiva, negativa ou neutra?
7. Existem elementos nos desenhos que sugerem medo, respeito ou outra emoção em relação a essas figuras?
8. Foram identificados elementos que possam sugerir situações de violência física, psicológica ou verbal? (Ex: armas, ferimentos, expressões faciais, cenas de agressão)
9. Se sim, esses elementos se repetiram em diferentes desenhos?
10. Há alguma relação entre a representação da violência e o contexto socioeconômico ou étnico-racial das crianças?
11. Além das figuras de autoridade e da violência, quais outros símbolos ou elementos chamaram sua atenção? (Ex: objetos, paisagens, animais)
12. O que esses símbolos podem representar para as crianças?

13. Qual a metodologia utilizada para a realização da atividade de desenho? (Ex: tema livre, tema proposto, materiais utilizados, tempo de duração, etc.)

14. Na sua opinião, a atividade de desenho foi eficaz para que as crianças expressassem seus sentimentos e pensamentos? Justifique

Contexto Social e Cultural

1. Qual é o contexto socioeconômico predominante das famílias das crianças da sua turma?

2. Qual é a autodeclaração étnico-racial da maioria das crianças da sua turma?

3. Existem diferenças significativas nos desenhos entre as crianças de diferentes origens socioeconômicas ou étnico-raciais? Se sim, descreva.

Análise e Reflexão

1. Na sua visão, quais são os principais desafios enfrentados pelas crianças da sua turma?

2. Quais direitos você acredita que não estão sendo plenamente garantidos a essas crianças?

3. A partir da escuta ativa, que tipo de ações ou políticas públicas você percebe como necessárias para promover o bem-estar e o desenvolvimento integral dessas crianças?

Vinte oito educadoras responderam ao questionário: sendo 09 da Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) - Bonequinha Preta (Distrito Cachoeira do Campo), 08 da E.M.E.I. Cirandinha (Bairro Morro Santana), 05 da E.M.E.I Professora Bernardina de Queiroz Carvalho - Dona Zumbi (Distrito de Antônio Pereira) e 06 da E.M.E.I Reino da Alegria (Bairro Piedade). No Apêndice 1 são disponibilizadas respostas ao questionário:

<https://docs.google.com/document/d/1nNMLtgMm4cq79eAC401dOkbixLw6Xa8y0PwQKolmUP0/edit?tab=t.0>

Quanto ao que chamou a atenção nas respostas, as mais recorrentes são relacionadas às cores, aos temas, ao lazer, entre outros destaques esperados pela

produção dos desenhos feitos por crianças dessa faixa etária. No entanto, vale destacar que uma educadora da E.M.E.I Cirandinha, situada no bairro Morro Santana fez o seguinte destaque: “Alguns desenhos com brinquedos individuais e com a presença de policiais”, é necessário enfatizar que se trata de um bairro periférico da sede de Ouro Preto, neste sentido, deve-se colocar em evidência essa reprodução feita por crianças para que o poder público possa trabalhar na promoção da segurança pública e na diminuição da desigualdade social e criminalidade que perpassa essa localidade.

Nas respostas que mais se repetem são parquinhos, brinquedos, paisagens floridas, falta de espaços de lazer, etc; o mundo aos olhos das crianças precisa ser atrativo para elas. Diante disso, é necessário questionar se o município oferta espaços de lazer acessíveis à todas as regiões crianças de 0 a 6 anos, uma vez que, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069/90, em seu artigo 71, prevê que “A criança e o adolescente têm direito à informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.”

Ao analisarem os desenhos, as educadoras - em sua maioria - apontaram não perceber nenhuma analogia com violência ou sofrimento. Todavia, a resposta positiva “Sim. Alguns alunos convivem com os pais que frequentemente têm problemas com a polícia”, também veio de uma educadora da E.M.E.I Cirandinha (Bairro Morro Santana).

Ao serem questionados se nos desenhos haviam representações de figuras policiais, pais ou outras figuras de autoridade e de que forma foram representadas, nenhuma educadora relacionou que fora de forma negativa, a maior parte foi abordada como positiva ou neutra. Foi observado, ainda, que não há nenhum desenho que demonstrasse medo, ou outra emoção negativa; pelo contrário, algumas citaram que perceberam alegria e nenhuma educadora identificou nos desenhos elementos que pudessem sugerir situações de violência física, psicológica ou verbal. Apenas uma educadora citou o contexto socioeconômico, este dado foi apresentado pela E.M.E.I Reino da Alegria (bairro Piedade).

Pode-se observar, o desejo das crianças por espaços de lazer, e é dever do poder público enxergar as crianças como sujeitos de direitos, e garantir seu acesso a esses espaços. Conforme prevê no ECA, Lei 8.069/90, em seu artigo 16:

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

- I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;
- II - opinião e expressão;
- III - crença e culto religioso;
- IV - brincar, praticar esportes e divertir-se;
- V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;
- VI - participar da vida política, na forma da lei;
- VII - buscar refúgio, auxílio e orientação.

Quanto ao contexto social e cultural, é necessário destacar que para uma apreensão da realidade concreta seria imprescindível a realização de um estudo socioeconômico in loco, no entanto, as respostas obtidas através deste questionário sinalizam que as E.M.E.I.S localizadas nos bairros Morro Santana, Piedade e no distrito de Antônio Pereira são, majoritariamente, de baixa renda e crianças autodeclaradas pardas e pretas.

Quanto à forma de escuta, 90% das respostas indicam a eficácia da atividade para que as crianças expressassem seus sentimentos e pensamentos. Deste modo, vale destacar a importância de se estimular a participação das crianças, não somente para que se cumpra um requisito deste plano, mas sim para que se possa efetivar e viabilizar direitos e trabalhar na promoção de políticas públicas para esse público.

No que tange a análise e reflexão das educadoras quanto à atividade aplicada e ao perfil de seus alunos, foi destacado os desafios enfrentados pelas crianças, bem como os direitos que elas acreditam não estar sendo garantidos aos estudantes. Diante desse cenário, apresenta-se a necessidade de uma equipe multidisciplinar nas escolas, como assistentes sociais e psicólogos, para um acompanhamento mais sistemático e direcionado possibilitando assim um melhor desenvolvimento das crianças, promovendo um ambiente inclusivo, efetivo na identificação das necessidades e dessa forma instigar o poder público na construção de políticas públicas eficientes e viabilização de direitos.

Temos que atentar para os mecanismos para participação das crianças (com escutas periódicas de grupos de mães, pais, cuidadores em diferentes regiões do município na implementação e avaliação do PMPi), termos orçamentos prévios de cada área específico para a Primeira Infância, e serem também descritas posteriormente no Plano Diretor de Ouro Preto.

A proposta é realizarmos a Escuta das Crianças a cada 2 anos, a próxima deverá acontecer em 2026.

Encaminhamentos a partir da Escuta

A análise da escuta realizada evidencia políticas públicas importantes para a primeira infância. Destaca-se a importância de ações e investimentos como: oferta suficiente de vagas, priorizando a primeira infância; disponibilização de materiais pedagógicos de qualidade e apropriados à realidade local; formação adequada dos profissionais da educação e saúde, com qualificação contínua; criação e melhoria de espaços coletivos, como parquinhos, quadras, áreas verdes; alimentação adequada; espaços acolhedores e seguro; etc.

Este plano busca reforçar tais aspectos, com atenção aos investimentos em infraestrutura lúdica e segura; Promoção da sustentabilidade; atenção ao acolhimento. Para isto, mostra-se importante as parcerias com as secretarias e entidades aqui elencadas de modo à promover na cidade o desenvolvimento de ambientes inclusivos, pavimentando o caminho para um desenvolvimento integral e equitativo na primeira infância.

Neste sentido, mostra-se importante o comprometimento com a garantia de orçamentos anuais, assegurando a sustentabilidade das ações, como o financiamento robusto, que contemple tanto a expansão quanto a melhoria das condições dos espaços e instituições voltadas à PI. Mostra-se necessário ainda o acompanhamento das ações bem como seu diagnóstico por meio de instrumentos de avaliação (APÊNDICE 1) ao longo dos anos. Destaca-se que o acompanhamento e participação por parte de todos os envolvidos, direta ou indiretamente, com a PI.

9. Observações Finais

O Plano Municipal pela Primeira Infância do município de Ouro Preto abordou eixos e - Áreas Temáticas da Saúde, Educação, Desenvolvimento social, Esporte e Lazer, ainda deve ser reorientado interligando o Meio Ambiente e outras secretarias do governo, priorizando os ODS 1 – Erradicação da Pobreza e o 11 - Cidades e comunidades sustentáveis – estaremos englobando muitos outros.

O sucesso de iniciativas voltadas para a primeira infância depende de políticas públicas bem estruturadas, baseadas em dados, e de esforços coordenados entre diferentes setores. Assim, ao garantir ambientes saudáveis e estímulos adequados desde a gestação, assegura-se que cada criança tenha acesso pleno ao seu potencial de desenvolvimento físico, emocional, social e cognitivo. Essas ações não apenas transformam a vida das crianças, mas também contribuem para um futuro mais sustentável e equitativo.

Cabe mencionar que no dia 5 de agosto de 2025, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o Decreto nº 12.574, instituindo a Política Nacional Integrada da Primeira Infância (PNIPI). Essa política visa garantir a prioridade absoluta das crianças de até seis anos no acesso a direitos e serviços públicos, com foco na redução de desigualdades e na promoção de oportunidades desde os primeiros anos de vida. [CNN Brasil+12Conviva Educação+12Serviços e Informações do Brasil+12Serviços e Informações do Brasil+5Serviços e Informações do Brasil+5CNN Brasil+5](#)

A PNIPI será coordenada pelo Ministério da Educação e contará com a participação de diversos ministérios, incluindo os da Saúde, Direitos Humanos e da Cidadania, Assistência Social, Família e Combate à Fome, e Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. A implementação da política obedecerá a um plano de ação estratégico, com período de vigência quadrienal. O primeiro plano de ação estratégico terá período de vigência bienal, a ser publicado no prazo de trinta dias, contado da data de publicação do decreto.

A medida estabelece cinco eixos estruturantes para a PNIPI:

- **Viver com direitos** – proteção contra abuso, racismo, discriminação e violência, sob coordenação do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania;
- **Viver com educação** – acesso e permanência na educação infantil de qualidade, sob coordenação do Ministério da Educação;
- **Viver com saúde** – cuidado integral à saúde, sob coordenação do Ministério da Saúde;
- **Viver com dignidade** – proteção e assistência social, sob coordenação do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome;
- **Integração de informações e comunicação com as famílias** – articulação de serviços públicos e canais de comunicação, sob coordenação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

A PNPI atenderá à primeira infância em sua diversidade, considerando as interseccionalidades socioeconômicas, territoriais, regionais, étnico-raciais, de gênero e de deficiência. A política busca garantir prioridade absoluta às crianças no acesso a direitos e serviços públicos, com foco na redução de desigualdades e na promoção de oportunidades desde os primeiros anos de vida. [Fundação Maria Cecília Souto Vidigal+9Serviços e Informações do Brasil+9Serviços e Informações do Brasil+9](#)

Os anexos são documentos incluídos, para maior visibilidade do processo de criação do Plano Municipal desse município, como exemplo a descrição das atividades de organizações relacionadas à infância (Anexo 1), o Decreto de Criação do Comitê e suas reorganizações (Anexos 2 e 3); Audiência Pública na Câmara dos Vereadores (Anexo 4); Projetos de Leis relacionadas ao PMPI (Anexo 5).

Considerações finais

Essa Construção coletiva do nosso PMPI, demandou muito tempo e disposição e ainda, requer bastante atuações a serem construídas ao longo do tempo. Mas demos o primeiro passo e estamos na consolidação de verbas orçamentárias para

maior engajamento e reforçando o compromisso com sua implementação de forma intersetorial e articulada. Vamos fazer a diferença para nossas crianças em Ouro Preto/MG.

“ A proteção à infância é um dever do Estado, da família e da sociedade, e envolve a garantia de direitos humanos fundamentais, a prevenção à violência e a criação de políticas públicas, incluindo o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.”

Agradecimentos

Agradecemos a diversas instâncias municipais, não governamentais e da sociedade civil que contribuíram para a criação do Plano pela Primeira Infância no Município de Ouro Preto. Como todas as gerações futuras, que poderão usufruir e conviver em um município amigo da criança.

Observação: Em relação ao eixo Esportes e Lazer, esse documento foi elaborado por instrutoras de Educação Física da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEMEL): Nacha Samadi Andrade Rosário- Instrutora de Educação Física da SEMEL, Selma Cristina Asevedo Machado- Instrutora de Educação Física da SEMEL

Referências

Bezerra, M., 2022. Cidades Inteligentes: Diagnóstico e Proposições para Curitiba, Paraná. Fernanda de Cerjat Barros Hushi (Doctoral dissertation, PUC-Rio).

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em:

<https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1503907193/constituicao-federal-constituicao-da-republica-federativa-do-brasil1988#art-226>. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. Decreto Presidencial Nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. Bases Curriculares

<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/47191-base-nacional-determina-que-criancas-sejam-alfabetizadas-ate-o-segundo-ano-do-fundamental#:~:text=A>

[%20Base%20Nacional%20Comum%20Curricular.aprender%20a%20ler%20e%20escrever.](#)

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. Lei Nº 13.257 de 08 de março de 2016. Marco Legal da Primeira Infância. Acesso em 15 jul. 2024.

BRASIL. Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social. Acesso em: 15 jul. 2024..

BRASIL. Lei n. 12.010 de 3 de agosto de 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm Acesso em:20 de junho de 2024

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade da Educação Infantil. Aprovado 04/07/2024. PARECER HOMOLOGADO publicado no D.O.U. de 17/10/2024, Seção 1, Pág. 39. Suely Menezes – 1635 Documento assinado eletronicamente nos termos da legislação vigente.

BRASIL. Resolução Nº 145, de 15 de outubro de 2004. Política Nacional de Assistência Social. Acesso em:15 jul. 2024.

BRASIL. Resolução Nº 109 de 11 de novembro de 2009. Tipificação dos Serviços Socioassistenciais. Acesso em:17 jul. 2024.

DUMAZEDIER, Joffre. Valores e conteúdos culturais do Lazer. São Paulo: SESC, 1980.

FUNDAÇÃO MARIA CECÍLIA VIDIGAL. Governança Colaborativa para a Primeira Infância. Uma proposta para os governos estaduais brasileiros. Parceria com a Porticus. Autoria: Fernando Luiz Abrucio, 2022 (<https://www.fmcsv.org.br>)

DRUMOND, Maria Francelina Silami Ibrahim: Construção de uma causa: Fundação Sorria/ Maria Francelina Silami Ibrahim Drumond. – 1. Ed. – Ouro Preto, MG: Editora Liberdade, 2023.

Guia para elaboração do Plano Municipal Pela Primeira Infância / Rede MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org). Lazer e Educação. 11.ed. Campinas: Papirus, 2004.

IBGE. Cidades, Minas Gerais, Ouro Preto. Brasil, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ouro-preto/panorama>. Acesso em: 05/09/2025
Nacional Primeira Infância (RNPI); ANDI Comunicação e Direitos. - 4a ed. - Brasília, DF: RNPI/ANDI, 2020.

ODS BRASIL. Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Brasília, 2022. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br>. Acesso em: 14 julho 2024.

OLIVEIRA, T.A., Oliver, M. and Ramalhinho, H., 2020. Challenges for connecting citizens and smart cities: ICT, e-governance and blockchain. Sustainability, 12(7), p.2926.

OURO PRETO. Lei Municipal Nº 1.100 de 21 de junho de 2018.

OURO PRETO. Decreto Nº 5472, de 09 de setembro de 2019.

OURO PRETO. Lei Complementar Nº 211 de 25 de maio de 2022.

OURO PRETO. Lei Nº 1.281 de 06 de junho de 2022

OURO PRETO. Lei Nº 224 de 08 de Maio de 2023.

SPINOSA, L.M. and Costa, E.M., 2020. Urban innovation ecosystem & humane and sustainable smart city: A balanced approach in Curitiba. Handbook of smart cities, pp.1-23.

OMS e o UNICEF. Estratégia Global para a alimentação de Lactentes e Crianças de Primeira Infância, 2002.

UNICEF. Cartilha Plano Municipal para a Primeira Infância. Um passo a passo para a elaboração.2021. Disponível em:

<https://www.selounicef.org.br/sites/default/files/2022-> Acesso 12/022024.

UNICEF. Convenção sobre os Direitos da Criança.

<https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca> Acesso

21/11/24 02/Guia_PlanoMunicipalParaPrimeiraInfancia.pdf. Brasília. Acesso em: 15 jul. 2024.

UNICEF. Cartilha Plano Municipal para a Primeira Infância. Um passo a passo para a elaboração.2021.Disponível em:

<https://www.selounicef.org.br/sites/default/files/2022>

02/Guia_Plano%20Municipal%20Para%20a%20Primeira%20Inf%C3%A2ncia.pdf.

Brasília. Acesso em: 15 jul. 2024.

WBTi. Iniciativa Mundial sobre Tendências do Aleitamento Materno (World Breastfeeding Trends Initiative)

- Decreto No. 9579/18
- <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/650962497/decreto-9579-18>
 - LEI 11.265/2006 E A SUA REGULAMENTAÇÃO – DL 8552 DE 03/11/2015
 - LEI Nº 13.257, DE 8 DE MARÇO DE 2016 QUE Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012.
 - IDOSO e o AM - <http://atencaobasica.org.br/relato/4935>
 - https://www.avaibe.com.br/ava/material/275/APSICOPEDAGOGIA_EXPERIMENTALAPLICADA,AAPRENDIZAGEMAUTORREGULADANOSPROBLEMASDAEDUCACAO.pdf
 - http://www.saude.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=58&catid=2&Itemid=17
- SANTIAGO, Luciano; RICARDINO, Elzimar; VIEIRA, Graciete. Direitos da mulher trabalhadora: gravidez, no pós-parto e durante o aleitamento materno. Departamento Científico de Aleitamento Materno da SBP. Disponível em: http://www.sbp.com.br/show_item2.cfm?id_categoria=21&id_detalhe=2538&tipo_detalhe=s. Acesso em:
- A legislação e o marketing de produtos que interferem na amamentação: um guia para o profissional de saúde-Série A. Normas e Manuais Técnicos.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. A legislação e o marketing de produtos que interferem na amamentação: um guia para o profissional de saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009.114 p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos)
- Estatuto da Criança e do adolescente - Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.
- Sumário Executivo – estudo da Segurança Alimentar e Nutricional na pandemia covid -19: situação domiciliar dos alunos de Mariana e Ouro Preto, 2020.
 - Relatórios do ENANI- ESTUDO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO INFANTIL (ufrj.br).
 - Rede Nacional Primeira Infância - REPI - <https://primeirainfancia.org.br/>

- Relatórios do Agosto Dourado – MOPI site: www.aleitamentomaterno.wix.com/inicio
_ Rede IBFAN - <http://www.ibfan.org.br/site/>
- Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável- <https://alimentacaosaudavel.org.br/>
<https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/ouro-preto-mg/>
<https://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2020/10/PNPI.pdf>
https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/prestacao_contas/28485fa67f2f5efa0d45b02bc2c049c0.pdf
<https://drive.google.com/file/d/1hMdrz75vjnx9ciQ53WjzuLX3IEfY28e6/view>
<https://webgis.ouropreto.mg.gov.br/>
[file:///C:/Users/cleia/Downloads/Modulo_4_A_Primeira_Infancia_no_Contexto_dos_Objeto_e_Indicadores_de_Developmento_Sustentavel_\(ODS\)_e_do_Nurturing_Care.pdf](file:///C:/Users/cleia/Downloads/Modulo_4_A_Primeira_Infancia_no_Contexto_dos_Objeto_e_Indicadores_de_Developmento_Sustentavel_(ODS)_e_do_Nurturing_Care.pdf)
https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/sobre-projeto-primeira-infancia-primeiro/?gad_source=1&gclid=Cj0KCQjw_sq2BhCUARIsAIVqmQvDS4fIOV4OVVe19uqDQoaDnyQRT9ioEH5zSsgAkiO3iUVsGRloOLgaAtCWEALw_wcB
[Manual Operacional IMAPI Final 25.08.docx.pdf](#)

ANEXOS

Anexo 1 - Organizações com atividades relacionadas à infância em Ouro Preto/MG
Em Ouro Preto/MG, diversas instituições, entidades, movimento e projetos tem mobilizado ações voltadas para crianças menores de 6 anos e que participam da construção deste Plano:

A) APAE - “A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ouro Preto foi fundada em 17 de novembro de 1982, nascendo da necessidade da comunidade ouro-pretana em amparar crianças, jovens e adultos com deficiência intelectual e múltipla.” Em 2022: tinha “225 alunos, contando, em seu quadro de trabalhadores, 33 funcionários cedidos pela rede estadual de ensino, 7 cedidos pelo município e 33 contratados, tendo 98% de seu funcionamento custeado pela Prefeitura Municipal, que repassa os recursos para os gastos mensais. Além dos recursos municipais, a organização não governamental possui parcerias com o Governo do Estado de Minas Gerais”

(<https://www.agenciaprimaz.com.br/2022/11/27/apae-de-ouro-preto-40-anos/> Acesso 29/07/2024)

Em 2025 foram realizadas atividades, específicas sobre a semana da pessoa com deficiência:



Foto: folder sobre a semana da pessoa com deficiência

B) Entidade Civil Representante das Mães

“Meu nome é Cristina Said Saleme, sou fisioterapeuta de profissão com mestrado e Doutorado em Bioengenharia pela UFMG. Sou mãe do Lucas 9 anos e Hugo 7 anos. Hugo é autista nível 2 de suporte. A primeira infância do Hugo redirecionou minha vida profissional e atualmente sou professora de cursos e pós-graduação na Faculdade Unimed e Consultora na escrita científica sobre autismo para Federação das Unimed Minas Gerais”.

C) Fundação Aleijadinho

A Fundação Antônio Francisco Lisboa - O Aleijadinho, “é uma entidade não governamental, sem fins lucrativos, em busca constante de sua autonomia financeira. Possui título de utilidade pública municipal na LEI Nº 048/01 e estadual, LEI Nº 15.663, de 6 de julho de 2005”. Foi criada em 1996, com o objetivo de promover o desenvolvimento sócio-educacional na comunidade. Tem vários projetos, como o Projeto "ESPORTE E CIDADANIA JUDÔ DE OURO", sendo uma ferramenta de inclusão social através do esporte e da educação, e fornece aulas

para crianças a partir dos 3 até adolescentes de 17 anos.
(<https://fundacaoaleijadinho.com.br/sobre-a-fundacao>).

Em 2025, juntamente com o CMDCA, e outras instituições comemorou, com um seminário, os 35 anos do ECA.



Poster da Ação: Seminário Regional Sistema de Garantia de Direitos, 2025.

D) Fundação Projeto Sorria

“Entidade voltada para a promoção da saúde bucal, educação sanitária pública e gratuita, estendida a população infantil desde a década de 1980.”, Atendeu até a pandemia cerca de 6 mil crianças, inscritas no Projeto Sorria, com idade de zero a 7 anos, participam, além de passarem por avaliação clínica, da orientação semanal de escovação supervisionada, bochechos com fluor 2 vezes por semana e uso correto do fio dental, com material cedidos pela Fundação, permanecendo em observação, após conclusão do tratamento ortodôntico, durante um ano, para depois receber alta. Há 11 consultórios, sendo 7 na sede e 4 distritos: Cachoeira do Campo, Lavras Novas, Antonio Pereira e Santo Antonio do Salto. (Drumond, 2023)

E) Lírios do Campo

“A Obra Social Lírios do Campo é uma Entidade sem fins lucrativos com filantropia Municipal e Estadual, seu Estatuto assegura o acolhimento e promoção humana de homens e mulheres com dificuldades ligadas à exclusão social e à dependência química, além de oferecer assistência sócio-espiritual às suas famílias que são as

maiores vítimas do desamor e da exclusão em suas várias formas e figura o não repasse de recursos financeiros entre Diretores. Promover a caridade aos menos favorecidos e oferecer oportunidades de minimizar os impactos causados pela deseducação e pela violência em suas várias formas, oferecendo cursos educacionais e profissionalizantes a fim de reinseri-los no mercado de trabalho após seu período de recuperação.”

<https://comunidadeiriosdocampo.wordpress.com/about/> . acesso 28/07/24

F) MOPI- Movimento Ouro Preto pela Infância

O Movimento Ouro Preto pela Infância (MOPI), fundado em novembro de 2017, tem como lema **"Semeando Sonhos em Rede! Rumo a um futuro promissor, aqui e agora."** O MOPI atua na promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno, à alimentação saudável e sustentável e à criação de redes de apoio contínuas, com o objetivo de reduzir a mortalidade materna, neonatal e infantil em Ouro Preto. Inspirado no Movimento BH pela Infância, o MOPI promove reflexões e ações sobre a infância, abordando temas como saúde, educação, alimentação, sustentabilidade e a ocupação de espaços públicos de forma inclusiva, com foco na primeira infância, nas famílias e nas comunidades, compartilhando afeto, memórias e cuidados com quem amamos.

O MOPI é composto pelos seguintes membros: Cleia Costa Barbosa - Mãe de 2 adultos (Mentora do MOPI- nutricionista e psicopedagoga, com doutorado em Ciências Biológicas pela UFOP, Terapeuta de Práticas Integrativas Complementares à Saúde - PICS, membro também do grupo gestor da REPI-MG, suplente pelo MOPI na Comissão PMPI e representando a FAMOP pelo CONSEA OP- Gestão 2025 e, titular no Conselho Alimentação Escolar- Gestão 2025 a 2027). Aline Pena Testasicca Silva – Mãe de Crianças de 10 e 5 anos (Assistente Social do Lar São Vicente de Paulo de Ouro Preto e do Serviço Interprofissional de Atendimento à Mulher – SIAME, Auxiliar de justiça, Perita do Tribunal de Justiça de MG. Pós-graduada em Políticas Públicas, Especialista em projetos sociais e captação de recursos); Maristela Miranda de Abreu e Oliveira- Mãe de 4 filhos e avó de criança de 3 anos. Pedagoga com ênfase na Psicologia da Educação, Membro também, do Movimento Familiar Cristão e ex - Conselheira do CMDCA. Titular do Plano

Municipal da Primeira Infância de OP); Nivea Vianna – Mãe de 2 adolescentes (Geóloga, escritora e psicóloga em formação. Membro do MOPI. Educadora parental e coach familiar. Ministra curso de Comunicação Não Violenta. Presidente da AFETO); Mie Hangai Costa (Assistente Social – atua no SIAME, foi estagiária no lar São Vicente,); parceiros e colaboradores, conforme a demanda e disposição.

O movimento integra redes e parcerias importantes, como a Rede Primeira Infância de Minas Gerais (REPI-MG), a Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável, a *International Baby Food Action Network* (IBFAN), o Comitê Estadual de Aleitamento Materno de Minas Gerais (CEAM-MG), a Sociedade Mineira de Aleitamento Materno (SOMAM), o Diário da Mãe em Construção/Associação de Famílias em Desenvolvimento (AFETO), o Serviço Interprofissional de Atendimento à Mulher (SIAME) e outras organizações comprometidas, livres de conflitos de interesses.

O MOPI realiza campanhas de conscientização como o Maio Branco, o Agosto Dourado e o Dourando o Outubro Rosa, além de promover projetos como as Tendas Temáticas e Pedagógicas, oficinas interativas e rodas de conversa. Também trabalha pelo fortalecimento de políticas públicas, como as leis municipais: Lei Agosto Dourado, Lei Maio Branco, Lei 950 e o *Projeto de Lei Ordinária 302/21* do vereador Zoroastro, que visa estabelecer diretrizes para a primeira infância, a ser revisto e participação efetiva no Grupo Gestor da REPI/MG.

O MOPI trabalha de forma colaborativa e acessível, engajando a comunidade, profissionais e famílias, sempre promovendo ações que garantam os direitos da infância. Para acompanhar as iniciativas, siga no Instagram: **@movimentopelainfanciaop.**

Realizações de ações sociais em Ouro Preto, em momentos relevantes, no ano de 2024, com participação das parcerias. Fotos 4: MOPI em ação em 2024.



1ª OFICINA AmarMentAção
Sensibilizar, doar, proteger!
DIA 20 DE MAIO DE 8H-11H30
LOCAL: Anexo ao Museu - Ouro Preto/MG.
Realização: **Acesso e Saúde!**
Apoio: IBFAN, CEAM, SOMAM, PMPI-OP, DIÁRIO DE MÃE EM CONSTRUÇÃO, SME/PMOP



2ª OFICINA AmarMentAção
Sensibilizar, doar, proteger!
Leitura com diálogo do livro: **O Matador de Bebês, de Mike Müller.**
Às terças de 17h - 18h, On-line.
Link: <https://meet.google.com/ewu-ymyr-hyq>
Realização: **Acesso e Saúde!**
Apoio: IBFAN, CEAM, IMP

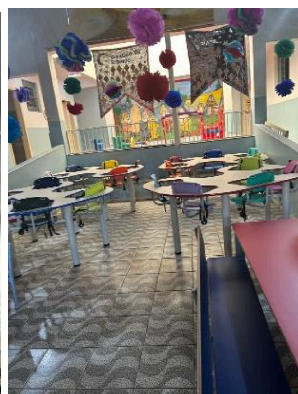
3ª OFICINA AmarMentAção
Sensibilizar, apoiar, proteger!
1º de agosto de 2024
Horário: 9h às 16h
Local: Anexo ao Museu, Praça Tiradentes/Ouro Preto.
Apoio: IBFAN, SOMAM, EMPODERA AFETO, PRIMEIRA INFÂNCIA DE OP
Realização: **Acesso e Saúde!**

3ª Oficina AmarMentAção
Animação: Após em todos os municípios!
OFICINA - OFICINA
2024
Local: Pilar externo ao Anexo do Museu da Inconfidência - Ouro Preto/MG
PROGRAMAÇÃO
Tenda Comissão de Crianças: Ação de Educação Alimentar e Nutricional da Alimtação sobre aspectos e fatores relacionados à amamentação e à alimentação infantil com base no GuiaMMS
Tenda Amamentação: Projeto pedagógico que associa a arte e a técnica à amamentação. Atividades artísticas, participativas, que promovem troca de experiências e acolhimento às dúvidas maternas, sem julgamentos
Tenda Diário da Mãe em Construção: Exposição de cartas e vivências em amamentação. É uma iniciativa que busca dar voz, acolhimento e auxílio às dúvidas maternas, sem julgamentos
Tenda Água: Educação popular para abordar o tema do direito humano à água - Acesso pela Alimentação Adequada e Saudável. Amamentar é nutrir e proteger a saúde materna

3ª Oficina AmarMentAção
Animação: Após em todos os municípios!
PROGRAMAÇÃO
Atividades de Acesso ao Alimento - Atividades Complementares
Atividade: **Atividade de acesso ao alimento**
Objetivo: **Atividade de acesso ao alimento**
Local: **Atividade de acesso ao alimento**
Horário: **Atividade de acesso ao alimento**
Atividade: **Atividade de acesso ao alimento**
Objetivo: **Atividade de acesso ao alimento**
Local: **Atividade de acesso ao alimento**
Horário: **Atividade de acesso ao alimento**
Atividade: **Atividade de acesso ao alimento**
Objetivo: **Atividade de acesso ao alimento**
Local: **Atividade de acesso ao alimento**
Horário: **Atividade de acesso ao alimento**

Oficinas AmarMentAção em Ouro Preto/ MG, no ano de 2024

Pesquisa de Campo: Que ações de amamentação estão na creche?



Creche - Data: 15/06/2024.



- Junto ao Conselho Tutelar maio/24

- Ação do SIAME- 29/08/24

Fotos 4: MOPI em ação em 2024.

Data: 13/10/2024.: Piquenique no Parque das Candeias, comemorando o dia das crianças e dia mundial da alimentação:

https://www.instagram.com/p/DBHjgipvgGc/?img_index=9&igsh=NmJIZHg5MjlsNWDQ

MOPI em ação em 2025:

Ele continua desenvolvendo ações buscando o maior envolvimento com o Plano Municipal Primeira Infância e em prol da promoção, proteção e apoio à amamentação ao longo do Ano Dourado, com ações frequentes ao decorrer dos anos. Principalmente durante os meses de maio, quando se comemoram os dias 19 (Doação de Leite Humano) e 21 (Proteção da Amamentação), em 2025, com atividades na Creche Colmeia/SES/PMOP. Além disso, no Agosto Dourado (Semana Mundial da Amamentação e mês do Aleitamento Materno por Lei Federal nº 13.435/2017 e também, dedicado à Primeira Infância), foi realizado o “Encontro de Aleitamento Materno” no Anexo ao Museu, junto ao CEAM e parceiros sem conflitos de interesses, para profissionais e interessados. Também realizamos ação orientativa, o monitoramento da Lei 11.265/06, a NBCAL, pela IBFAN, junto a Visa Local/SMS/PMOP em clínicas, farmácias e supermercados na sede de Ouro Preto e um membro da IBFAN, em clínicas, farmácias e supermercados na sede de Ouro Preto enviou relatórios específicos.

Para saber mais acesse:

<https://www.instagram.com/p/DOLiD6pDfo2/?igsh=NXdubXN5MHNpZDEx>

@movimentopelainfanciaop

Assim algumas das atividades que marcaram esse mês de Agosto foram além, da abertura da Semana Mundial do Aleitamento Materno no anexo ao Museu da Inconfidência/ OP/ MG e monitoramento da NBCAL junto à IBFAN e a Vigilância Sanitária/SMS/PMOP:

- Leitura com diálogo do livro "A História da IBFAN no Brasil" em lives no Instagram, finalizada dia 21/08/25.
- Estar junto a IBFAN que realiza a Pesquisa WBTi - Tendências do Aleitamento Materno no Brasil e também, a Aliança pela Alimentação Saudável, que progride realizando vídeos e jogos educativos, e a Associação AFETO, com as Mães escritoras.
- Participação em cursos e oficinas, Webinário sobre alimentação saudável e amamentação
- Reuniões sobre o Plano Municipal da Primeira Infância de Ouro Preto
- Reunião do Comitê Estadual de Aleitamento Materno, por membro do MOPI
- Apoio e empoderamento de gestantes e nutrizes em atendimentos presenciais e virtuais.
- Ações de conscientização em rádios, escolas, creches, hospitais e espaços públicos.

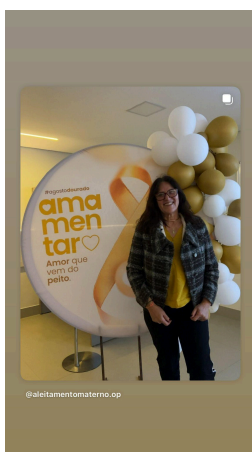
Fotos dessas ações e atividades realizadas:



Durante esse encontro de abertura da SMAM/Agosto Dourado em Ouro Preto, também realizamos conforme previamente liberado pelo Comitê em reunião ordinária, uma enquete (uma caixa de propostas abertas ao final do evento por membros do Comitê Primeira Infância) para serem incluídas no PMPI, e recebemos três sugestões. E houve depoimento da Mãe Thays, com entrega de mimos e diploma pelo MOPI, além de teatros, tenda educativa.



E participação em eventos específicos alusivos ao Agosto Dourado, como exemplo a capacitação na Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto. Realizou-se apoio a mães/gestantes e nutrizes presencial e virtualmente



Fotos das ações do MOPI, em 2025

E também, em apoio e pelo Movimento familiar Cristão, foi realizado o Programa na Rádio Província FM 98.7, no dia 16 de agosto de 2025 sobre o Agosto Dourado e mais um ano de cuidado pela vida, para a comunidade em geral.

No mês de outubro, dedicado à criança e à alimentação adequada, o MOPI frequentemente organiza piqueniques orientativos com mães do Grupo Empodera, Pais Presentes e Avós da Amamentação.

Para os anos 2026–2036:

O Movimento Ouro Preto pela Infância (MOPI) propõe a articulação intersetorial entre as Secretarias Municipais da Prefeitura de Ouro Preto (PMOP) e entidades da sociedade civil, incluindo IBFAN, Aliança pela Alimentação Saudável, Comitê Estadual de Aleitamento Materno, Sociedade Mineira de Amamentação, Rede Primeira Infância, com foco na promoção do desenvolvimento integral de crianças de 0 a 6 anos. As ações prioritárias concentram-se no fortalecimento do aleitamento materno e da alimentação saudável, qualificação do cuidado no pré-natal, parto, pós-parto e primeira infância, prevenção das violências, apoio aos cuidados com a saúde mental, brincadeiras lúdicas e educativas com as crianças, apoio às famílias e formação permanente de profissionais. Prevê ações de advocacy, campanhas educativas, capacitações multiprofissionais, fortalecimento das redes de atenção e monitoramento contínuo dos indicadores, alinhadas às políticas nacionais e internacionais de primeira infância. A estratégia busca reduzir desigualdades, ampliar o acesso a serviços de qualidade e garantir a sustentabilidade das ações ao longo da década, por meio da governança compartilhada entre poder público e sociedade civil. Propostas conforme a tabela com Eixos Estratégicos e Ações Prioritárias:

Tabela: Eixos Estratégicos e Ações Prioritárias, propostas pelo MOPI, anos 2026-2036.

Eixo Estratégico	Objetivo	Principais Ações	Responsáveis/Parcerias	Indicadores de Monitoramento
-------------------------	-----------------	-------------------------	-------------------------------	-------------------------------------

<p>1. Aleitamento Materno Saudável Promover e práticas alimentares adequadas primeira infância</p>	<p>Campanhas educativas; capacitação na aconselhamento; fortalecimento da NBCAL; apoio ao AM na APS e maternidades</p>	<p>SMS/PMOP, Aliança em Alimentação Saudável, Comitê Estadual de AM, MOPI</p>	<p>IBFAN, Taxas de AM pela exclusivo; profissionais capacitados; ações de vigilância da NBCAL</p>
<p>2. Atenção Integral Saúde Materno-Infantil Qualificar à cuidado pré-natal pós-alta</p>	<p>Boas práticas no SMS/PMOP, do parto; articulação ao maternidade-APS; acompanhamento do crescimento e desenvolvimento</p>	<p>maternidades, Básica</p>	<p>Cobertura de Atenção pré-natal; visitas pós-parto; continuidade do cuidado</p>
<p>3. Apoio às Famílias Parental Positiva Fortalecer e vínculos cuidado responsivo</p>	<p>Grupos de SMS, e gestantes e famílias; apoio a famílias vulneráveis</p>	<p>SMS, Educação, ações entidades civis</p>	<p>SMAS, Famílias MOPI, acompanhadas; participação em grupos; encaminhamentos intersetoriais</p>
<p>4. Prevenção das Violências Garantir ambientes protetores crianças</p>	<p>Capacitação para identificação para precoce; educativas; articulação com SGDCA</p>	<p>Assistência Social, Conselhos, MOPI</p>	<p>Notificações Educação, qualificadas; ações preventivas realizadas</p>
<p>5. Educação Infantil Qualidade Promover de desenvolvimento integral inclusão</p>	<p>Formação continuada; e integração saúde-educação; atenção à diversidade</p>	<p>SME/PMOP, Assistência Social</p>	<p>Saúde, Qualificação das equipes; indicadores de acesso e permanência</p>

6. Formação Permanente Intersetorial	Qualificar profissionais e gestores	Plano municipal de formação multiplicadores	Todas as entidades de instituições acadêmicas	Secretarias, Profissionais parceiros, capacitados; ações formativas realizadas
7. Governança, Monitoramento e Avaliação	Assegurar sustentabilidade e efetividade do PMPI	Comitê intersetorial; definição de metas; monitoramento periódico e avaliação	PMOP, sociedade civil de	MOPI, Relatórios anuais; metas alcançadas; ajustes implementados

Para o próximo quadriênio:

- Uma nova sugestão de proposta estratégica, é realizar a WBTi Brasil - iniciativa Global, a ser feita, também novamente em Ouro Preto, a Pesquisa sobre Tendências da Amamentação, em parceria agora com o MOPI, sob orientação da Rede IBFAN, que já está conduzindo a pesquisa em nível nacional pela terceira vez. Auxilia no direcionamento em relação às lacunas da amamentação no município, e incentiva novas diretrizes estratégicas a serem melhoradas e realizadas em prol da saúde da primeira infância, fortalecendo a necessidade de termos uma Política de Amamentação e Política da Primeira Infância com leis vigentes e verbas orçamentárias, financiando ações e cuidados no município. Abaixo um resgate histórico do retrato situacional:

INICIATIVA MUNDIAL SOBRE TENDÊNCIAS DO ALEITAMENTO MATERNO (WBT) EM OURO PRETO/MG

AUTORES: Ana Júlia Colmeiro^{1,2}; Antonio Carlos F. Guimarães^{1,3,4}; Cláia C. Barbosa^{1,4}; Maria Piteleto Franco^{2,3}; Marília Sirio^{2,4}; Vanja Maria Veloso^{2,3,4}

¹Secretaria Municipal de Saúde/Prefeitura Municipal de Ouro Preto
²Instituto de Física de Ciências Exatas, Universidade Federal de São João del Rei
³Profissionais: 3ª - Médica pediatra; 3ª ginecologista/obstetra; 3ª médica ESF;
⁴Indicadores: 3ª farmacêutica

¹ Rede IBFAN- Rede Internacional em Defesa do Direito de Amamentar

INTRODUÇÃO

O **Documento Internacional de Amamentamento Materno de Ouro Preto/MG** (CIAM) é resultado de um processo de trabalho em conformidade com a Política Nacional de Alimentação e Nutrição do Sistema Único de Saúde (SUS) e o **Plano Nacional de Alimentação e Nutrição** (PNA) e o **Plano Municipal de Alimentação e Nutrição** (PMAN) de Ouro Preto. Este documento é resultado de um processo de trabalho em conformidade com a Política Nacional de Alimentação e Nutrição do Sistema Único de Saúde (SUS) e o **Plano Nacional de Alimentação e Nutrição** (PNA) e o **Plano Municipal de Alimentação e Nutrição** (PMAN) de Ouro Preto. Este documento é resultado de um processo de trabalho em conformidade com a Política Nacional de Alimentação e Nutrição do Sistema Único de Saúde (SUS) e o **Plano Nacional de Alimentação e Nutrição** (PNA) e o **Plano Municipal de Alimentação e Nutrição** (PMAN) de Ouro Preto.

OBJETIVOS

• Geral: Analisar, avaliar e propor as tendências do Amamentamento Materno (AM) no município de Ouro Preto.

• Específicos: Avaliar o conhecimento, as habilidades e as atitudes dos profissionais de saúde em relação ao amamentamento materno (AM); Avaliar os indicadores sobre o amamentamento materno (AM); Avaliar as práticas de amamentamento complementar associadas e apropriadas.

MÉTODO

Uma pesquisa simples, estruturada e orientada para a ação, com foco em uma Pergunta-chave por indicador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da PESQUISA WBT II apresentaram resultados bastante semelhantes aos da pesquisa WBT I, com exceção de alguns indicadores, como a Política de Amamentamento Materno e Alimentação Complementar de Ouro Preto.

REFERÊNCIAS

Rede IBFAN - www.ibfan.org.br

AGRADECIMENTOS

Rede IBFAN Brasil
 Todos que responderam aos questionários
 Todos os membros do CIAM

- Outra ação, é dar continuidade durante o ano dourado, a projetos com atividades técnicas e educativas, com parcerias sem conflitos de interesses e subsidiadas/remuneradas, a serem realizados visando o cuidado e aconselhamento em amamentação e alimentação saudável, construção do saber e empoderamento, apoios a profissionais, conselheiros, mães, pais e crianças...

- Fazermos a divulgação do jogo educativo: Exigibilidade de Estar Livre da Fome da Aliança- Núcleo MG e RGS, oriundo da Cartilha já entregue aos membros do Comitê Primeira Infância de Ouro Preto.

- Trabalhar a educação parental, a partir da comunicação não violenta, proporcionar o autoconhecimento, a importância de olhar para a maternidade e para a mãe inicialmente para depois cuidar dos filhos. Incentivar a construção pelas mães de cartas autobiográficas condizentes com informações derivadas das percepções pessoais e individuais de sua relação com a maternidade. Entende-se que a maternidade apresenta uma série de negativas, de limitações na vida da mulher após tornar-se mãe, e essas negativas se expressam das mais diferentes formas, e condicionam sensações desconfortáveis, como medo, frustração, sensação de incapacidade, ansiedade, desespero, exigências. Uma visão de que a maternidade pode ser caracterizada como uma novidade presente em muitos momentos de solidão e uma busca intensa pela certeza na vida. A escrita proporciona organização das ideias e de superação de adversidades, com trocas, reflexões e reconexões.

Vale mencionar que vários projetos serão elaborados, também junto a Associação Voluntários de Ouro Preto (AVOP), como o: Inclusão a adversidades e várias outras propostas de ações. O Mopi em seus projetos também visa apoiar a formação de uma sociedade mais consciente e criativa, com base nos pilares: corpo, mente e movimento, transformando experiências em ação, se permitindo e admirando, trabalhando em diversas oficinas de autocuidado e conhecimento, para mães, avós, professores, educadores, agentes comunitários e cuidadores. Essas atividades são científicas, lúdicas, vivenciais, informativas e acessíveis, com articulações, apresentação de relatórios específicos e, até o momento, muitas destas voluntariamente.

G) Rotary Club

O Rotary Club de Ouro Preto foi fundado em 26 de abril de 1954. Foram dezenas de projetos dedicados à população ouropretana e parcerias em projetos globais. A nível internacional, o Rotary tem a preocupação com a saúde materno-infantil como uma das suas áreas de enfoque. O Rotary proporciona assistência médica de alta qualidade a mães e filhos em condições vulneráveis para que possam viver mais e crescer mais fortes.

Nós ampliamos o acesso aos cuidados médicos para que mães e filhos tenham a oportunidade de um futuro saudável. Estima-se que 5,9 milhões de crianças menores de cinco anos morrem anualmente devido a desnutrição, falta de assistência médica e condições precárias de saneamento – problemas que podem ser completamente evitados.

Vide: <https://www.rotary.org/pt/our-causes/saving-mothers-and-children> e fotos 5.



Fotos 5: Rotary em ação

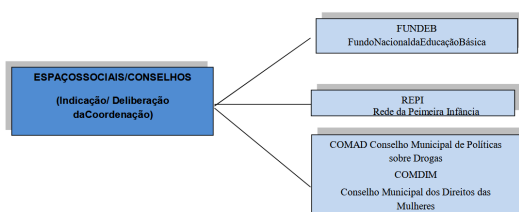
“Temos que nos inquietar. Transformar é possível! Esperançar” - Futuro promissor, agora!

H) Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Ouro Preto/MG

O Conselho Tutelar da sede foi criado conjuntamente ao ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), instituído pela Lei 8.069 no dia 13 de julho de 1990. Órgão municipal responsável por zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, deve ser estabelecido por lei municipal que determine seu funcionamento tendo em vista os artigos 131 a 140 do ECA. Formado por membros eleitos pela comunidade para mandato de quatro anos, o Conselho Tutelar é um

órgão permanente, possui autonomia funcional, ou seja, não é subordinado a qualquer outro órgão estatal, jurisdicional. A quantidade de conselhos varia de acordo com a necessidade de cada município, mas é obrigatória a existência de pelo menos um Conselho Tutelar por cidade, constituído por cinco membros. Segundo consta no artigo 136 do ECA, são atribuições do Conselho Tutelar e, conseqüentemente, do conselheiro tutelar atender não só às crianças e adolescentes, como também atender e aconselhar pais ou responsáveis. O Conselho Tutelar deve ser acionado sempre que se perceba abuso ou situações de risco contra os direitos da criança ou do adolescente, como por exemplo, em casos de violência física ou emocional. Cabe ao Conselho Tutelar aplicar medidas que zelem pela proteção dos direitos da criança e do adolescente. Assim, em Ouro Preto, existem dois, sendo um na sede municipal e em 2024, foi criado no distrito de Cachoeira do Campo, outro Conselho Tutelar para atender a demanda dessa região.

Os membros do Conselho Tutelar, no intuito de ocupar espaço junto às massas, bem como fomentar, as diretrizes e os direitos fundamentais do público infanto-juvenil, vem integrando os espaços, organizações e Conselhos Municipais, que dão abertura para que membros do Conselho Tutelar participem ou até mesmo ocupem locais de referência social, apontemos os espaços já ocupados juntos a movimentos Intersectoriais, sendo os seguintes:



Também o colegiado promove encontros com rodas de conversa para maior interação, homenageando pessoas/instituições que prestam serviços relevantes a esse público, alertando para o dia 18 de maio: Dia Nacional de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Conselho Tutelar de Cachoeira do Campo

O Conselho Tutelar de Cachoeira do Campo é um órgão de fundamental importância para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes, se faz necessário fazer uma contextualização histórica explicando o motivo de sua criação.

Nos anos de 2010 e 2011, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Ouro Preto, em parceria com a Organização Cultural e Ambiental — OCA, realizou um diagnóstico situacional com o objetivo de identificar as maiores violações de direitos sofridas por crianças e adolescentes no município. Os resultados identificaram graus significativos de violência sexual, especialmente nos distritos de Antônio Pereira e Cachoeira do Campo, bem como ocorrências de atos infracionais em diversos pontos da cidade. Frente a essa realidade, o CMDCA recomendou o fortalecimento dos serviços de proteção e apresentou a necessidade de criação de mais um Conselho Tutelar para melhor atendimento da população infantojuvenil.

Até então, o município contava apenas com um Conselho Tutelar responsável por todo o território, incluindo 12 distritos e a área central da cidade. A grande extensão territorial (1.245,865 km²) e a diversidade de demandas evidenciaram a necessidade de uma atuação mais descentralizada, ampliando a efetividade das ações de proteção.

Em reconhecimento às necessidades diagnosticadas e em atendimento às demandas sociais, o CMDCA de Ouro Preto incluiu nos seus planos de ação a criação de mais um Conselho Tutelar. Essa proposição foi acolhida pelos poderes Legislativo e Executivo municipais e se tornou realidade com a promulgação da Lei Municipal nº 1.340, de 10 de abril de 2023, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 6.928, de 13 de abril de 2023. A legislação estabeleceu a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente e criou oficialmente o Conselho Tutelar II, com sede em Cachoeira do Campo.

No mesmo ano, durante o processo de eleição direta realizado em outubro de 2023, foram eleitos os membros titulares e suplentes para os dois Conselhos Tutelares do município:

- **Conselho Tutelar I:** sediado em Ouro Preto, com abrangência nos distritos de Antônio Pereira, Santa Rita, Lavras Novas e Rodrigo Silva.
- **Conselho Tutelar II:** sediado em **Cachoeira do Campo**, com atuação no distrito e em Amarantina, Engenheiro Corrêa, Glaura, Miguel Burnier, Santo Antônio do Leite e São Bartolomeu.

Os conselheiros foram empossados em janeiro de 2024, iniciando um mandato de quatro anos, conforme previsto no ECA e nas normas municipais.

Desde a posse, o Conselho Tutelar de Cachoeira do Campo tem atuado de forma comprometida com a promoção e a proteção dos direitos de crianças e adolescentes, contando atualmente com os conselheiros titulares, Cássia Vitorino, Helbert Sales, Jussara Bellico, Rozane Souza e Yone Felipe, e contou com o apoio da conselheira suplente Érika Ribeiro. Compõe a equipe também uma auxiliar administrativa e um motorista, que auxiliam na execução das ações e serviços prestados à comunidade.

As principais iniciativas desenvolvidas ao longo de 2024 foram a implementação de uma série de ações estratégicas de integração, articulação e fortalecimento da rede de proteção à infância e adolescência, destacando-se:

- **Projeto “Café com a Rede”** — encontros com órgãos e instituições da rede de atendimento à criança e ao adolescente para:
 - Apresentar o Conselho Tutelar e suas atribuições.
 - Desmistificar concepções equivocadas sobre o órgão.

- Facilitar a articulação e integração com parceiros de educação, segurança, saúde, assistência social e outras instituições da rede de proteção.

Esta iniciativa contribuiu para fortalecer o trabalho em rede e ampliar o conhecimento sobre o papel do Conselho Tutelar junto aos diversos segmentos sociais.

- **Campanhas de prevenção à violência sexual**, em parceria com o **CREAS** (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) e o **CRAS** (Centro de Referência de Assistência Social) de Cachoeira do Campo.
- Participação em seminários, capacitações e ações formativas promovidas pelo CMDCA, que ampliaram o conhecimento técnico dos conselheiros e o intercâmbio com outras políticas públicas voltadas à infância e adolescência.
- Participação em conselhos municipais e comitês, garantindo os direitos das crianças e adolescentes do município de Ouro Preto.

Para tanto, embora a criação de mais um Conselho Tutelar representa um avanço significativo na defesa dos direitos de crianças e adolescentes no município, a realidade social ainda demonstra que muitas violações persistem e que ainda há desafios a serem superados. A atuação em rede e o fortalecimento de políticas públicas municipais — especialmente no âmbito da Primeira Infância — são fundamentais para prevenir situações de risco e assegurar que todas as crianças e adolescentes tenham acesso à proteção, à educação, à saúde, ao lazer e à convivência familiar e comunitária.

O Conselho Tutelar de Cachoeira do Campo segue trabalhando de forma diligente e articulada, reafirmando seu compromisso com a defesa dos direitos daqueles que, muitas vezes, não têm voz e defesa adequadas, contribuindo diretamente para a garantia de uma infância mais segura, digna e protegida em todo o território de Ouro Preto.

Registro da posse dos Conselheiros Tutelares de Ouro Preto e Cachoeira do Campo em 10 de Janeiro de 2024.



Mapa do Município e distância entre os distritos e a sede de Ouro Preto

Município de Ouro Preto

Área Area	Bioma Biome
1.246 Km ²	Mata Atlântica

Fonte: IBGE

Distrito District	Distância da Sede Distance from Main City
Amarantina	30 km
Antônio Pereira	25,5 km
Cachoeira do Campo	22,1 km
Engenheiro Correia	37,9 km
Glaura	31,2 km
Lavras Novas	18,9 km
Miguel Burnier	57,7 km
Santa Rita	29,3 km
Santo Antônio do Leite	28,6 km
Santo Antônio do Salto	32 km
São Bartolomeu	18,7 km
Rodrigo Silva	21,5 km



<https://www.ouropreto.mg.gov.br/turismo/dados-geograficos>

I- Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto

A Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto é uma instituição filantrópica fundada em 1730, com sede no município de Ouro Preto - MG. (<https://www.santacasaop.com.br/>) É um hospital geral de média complexidade que funciona 24 horas por dia e presta mais de 60% dos serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS), sendo os seguintes serviços oferecidos voltados para a criança: - Teste da Linguinha; - Teste da Orelhinha; -Pediatría - Maternidade e Alojamento Conjunto com compromisso com os cuidados.

A Santa Casa investe na capacitação periódica de seus funcionários para garantir a qualidade dos serviços prestados. Em 1988, ela conquistou o título de Hospital Amigo da Criança (HAC), sendo o segundo HAC de Minas Gerais. Atualmente, existem 314 Hospitais Amigos da Criança no Brasil.

Como todos os HAC, segue os "Dez Passos para o Sucesso do Aleitamento Materno", que incluem:

1. Ter uma política de aleitamento materno afixada e rotineiramente comunicada a toda a equipe de saúde.
2. Treinar toda a equipe de saúde, capacitando-a para implementar essa política.
3. Informar todas as gestantes sobre os benefícios e o manejo do aleitamento materno.
4. Ajudar as mães a iniciar o aleitamento materno na primeira meia hora após o parto.
5. Mostrar às mães como amamentar e como manter a lactação, mesmo se vierem a ser separadas de seus filhos.
6. Não dar a recém-nascidos alimentos ou líquidos que não sejam o leite materno, a não ser que seja indicado pelo médico ou nutricionista.
7. Praticar o alojamento conjunto, permitindo que mães e bebês permaneçam juntos 24 horas por dia.
8. Encorajar o aleitamento materno sob livre demanda.
9. Não dar bicos artificiais ou chupetas a crianças amamentadas ao seio.
10. Promover o estabelecimento de grupos de apoio ao aleitamento materno e encaminhar as mães a esses grupos, na alta hospitalar.

E também, os Critérios da Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC) do Ministério da Saúde, que incluem:

- **Cuidado Amigo da Mulher:** garantir às mulheres um acompanhante de livre escolha durante o pré-parto, parto e pós-parto; ofertar líquidos e alimentos leves durante o trabalho de parto; incentivar as mulheres a andar e se movimentar durante o trabalho de parto; garantir um ambiente tranquilo e acolhedor; disponibilizar métodos não farmacológicos de alívio da dor; e assegurar cuidados que reduzam procedimentos invasivos.

- **NBCAL** (Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças na Primeira Infância): cumprir a lei que regula a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância.
- **Acesso e Permanência:** garantir livre acesso à mãe e ao pai, permitindo a permanência deles junto ao recém-nascido internado, durante 24 horas.

Em parcerias com a Rede Banco de Leite Humano/MS (rBLH nacional), com a UFOP, a SMS/PMOP, com patrocínio do Rotary Club/Casa da Amizade, manteve um Banco de Leite Humano (BLH) no período de 2005 a 2021, contribuindo para a saúde e o bem-estar das crianças.

A instituição oferece capacitações periódicas em amamentação. Recentemente, no último Agosto Dourado, promoveu treinamento prático aos seus funcionários para reforçar o apoio ao aleitamento materno, no Auditório dos Provedores com o Tema: Amamentação na Prática: Técnica, Afeto e Ciência no Cuidado Diário, nos dias: 20 e 21/08 nos horários: 15h15, 16h15, 20h e 21h. Público-alvo: Enfermeiros e Técnicos de Enfermagem (UI Convênios, Pediatria, Maternidade e UCP) e Nutricionistas. Fonte: Relatórios enviados para o Comitê de Aleitamento Materno do Estado de MG (CEAM-MG).

J- UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto

A UFOP foi criada no dia 21 de agosto de 1969, com a junção das centenárias e tradicionais Escola de Farmácia e Escola de Minas. Ao longo dos anos, cresceu e ampliou seu espaço físico, ganhando novos cursos, professores e colaboradores. Atualmente, a universidade ocupa uma área de aproximadamente 151 mil m², com mais de 150 salas de aula e 140 laboratórios de ensino e pesquisa. Conta, ainda, com 848 professores efetivos e 806 técnicos-administrativos. Oferece 51 cursos de graduação, sendo 4 de educação a distância, 13 programas de doutorado, 28 de mestrado e 20 especialização lato sensu, sendo 13 presenciais e 7 a distância. Quanto ao corpo discente, são 13.021 alunos de graduação, 1.409 deles matriculados na modalidade a distância. Na pós-graduação, são 357 matrículas em programas de doutorado; 1.118 em programas de mestrado, dos quais 860 são em mestrado acadêmico e 258 em mestrado profissional; e aproximadamente 3.500

matrículas em programas de especialização (presencial e a distância). Dentre os cursos, destacamos aqueles diretamente relacionados, como os cursos de Pedagogia (presencial e a distância) e a Docência na Educação Infantil (especialização lato sensu). As ações de extensão desenvolvidas promovem a construção da interação entre a universidade e a sociedade, estabelecendo o diálogo entre conhecimentos populares e acadêmicos. Diversas ações extensionistas envolvem a criança, como aquelas que ocorrem na Escola de Educação Física, no DEMUS (departamento de música) e em outros espaços da UFOP, bem como aquelas mais amplas, como “Campus Aberto” aos sábados, um dia especial para a comunidade de Ouro Preto, com atividades de esporte, cultura e lazer. A UFOP também tem se mobilizado para atender às demandas da PI, com ações de Acolhimento e Apoio à Mãe Universitária, disponibilizando espaços e instituindo maiores garantias de permanência às mães estudantes.

Anexo 2-

DECRETO Nº 8.045 DE 18 DE OUTUBRO DE 2023

Dispõe sobre a nomeação dos membros para compor o Comitê da Primeira Infância, previsto no Decreto nº 7.005 de 16 de junho de 2023.

O Prefeito de Ouro Preto, no exercício de seu cargo e no uso de suas atribuições legais, em especial a que lhe confere o art. 93, VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para compor o Comitê da Primeira Infância, previsto no Decreto nº 7.005 de 16 de junho de 2023:

I – Marlene Albergaria, representante titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania;

II – Viviane Jesus Rodrigues, representante suplente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania;

III – Adriana Alves Rodrigues Pereira e Souza, representante titular da Secretaria Municipal de Educação;

IV – Jesuína Cristina da Silva, representante suplente da Secretaria Municipal de Educação;

V – Ricardo Duarte Pereira, representante titular da Secretaria Municipal de Saúde;

VI – Luiza Polliana Godoy Paiva Gouveia, representante suplente da Secretaria Municipal de Saúde;

VII – Silvano Agnaldo Arcebispo, representante titular da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;

VIII – Mateus Ibrahim Cardoso, representante suplente da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;

IX – Patrícia de Souza Ozga, representante titular da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;

X – Fabiana Aparecida dos Santos Nonato, representante suplente da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;

XI – Renato Alves de Carvalho, representante titular da Câmara Municipal de Ouro Preto;

XII - Naércio Ferreira, representante suplente da Câmara Municipal de Ouro Preto;

XIII – Aldrilane da Silva Reis, representante titular do Conselho Tutelar de Ouro Preto;

- XIV – Flávia Carvalho, representante suplente do Conselho Tutelar de Ouro Preto;
- XV – Maria Cristina Passos, representante titular da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP);
- XVI – Marília Alfenas de Oliveira Sirio, representante suplente da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP);
- XVII – Lissanary Vitorino, representante titular da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE);
- XVII – Andreza de Jesus Corrêa Maia, representante suplente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE);
- XIX – Vera Lúcia Valamiel Roriz, representante titular do Rotary Club de Ouro Preto;
- XX – Efigênia da Glória Chaves, representante suplente do Rotary Club de Ouro Preto;
- XXI – Maristela Miranda de Abreu e Oliveira, representante do Movimento Ouro Preto pela Infância (MOPI);
- XXII – Cleia Costa Barbosa, representante suplente do Movimento Ouro Preto pela Infância (MOPI);
- XXIII – Atylana Patrícia Fernandes, representante titular do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);
- XXIV – Cintia Gomes Benitez, representante suplente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);
- XXV – Débora da Costa Queiroz, representante titular do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM);
- XXVI – Carlos Alberto de Souza Simões, representante titular da Fundação Antônio Francisco Lisboa (Fundação Aleijadinho);
- XXVII – Fernanda Loren de Almeida, representante suplente da Fundação Antônio Francisco Lisboa (Fundação Aleijadinho);
- XXVIII – Juscelino dos Santos Gonçalves, representante titular da Obra Social Lírios do Campo;
- XXIX – Maria Modesto, representante suplente da Obra Social Lírios do Campo;
- XXX – Cristina Saide Salame, representante titular que seja mãe ou pai de criança menor de 6 (seis) anos;
- XXXI – Georgia Aparecida Siqueira Alves, representante suplente que seja mãe ou pai de criança menor de 6 (seis) anos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Preto, Patrimônio Cultural Mundial, 18 de outubro de 2023, trezentos e doze anos da Instalação da Câmara Municipal e quarenta e dois anos do Tombamento.

Angelo Oswaldo de Araújo Santos
Prefeito de Ouro Preto

Anexo 3 - Decreto nº 8.835/2025.

Em 2025, houve a recomposição deste Comitê - conforme publicação no diário Oficial do município:

DECRETO Nº 8.835 DE 07 DE MAIO DE 2025

Dispõe sobre a nomeação dos membros para compor o Comitê da Primeira Infância e revoga o [Decreto nº 8.045, de 18 de outubro de 2023](#).

O Prefeito de Ouro Preto, no exercício de seu cargo e no uso de suas atribuições legais, em especial a que lhe confere o art. 93, VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para compor o Comitê da Primeira Infância, previsto no [Decreto nº 7.005, de 16 de junho de 2023](#):

I – Izabella da Rocha Santos, representante titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania;

II – Luana Maria Carneiro, representante suplente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania;

III – Adriana Alves Rodrigues Pereira de Souza, representante titular da Secretaria Municipal de Educação;

IV – Angela de Oliveira Rosa Mendes, representante suplente da Secretaria Municipal de Educação;

V – Ricardo Duarte Pereira, representante titular da Secretaria Municipal de Saúde;

VI – Luiza Pollyana Godoy Paiva Gouveia, representante suplente da Secretaria Municipal de Saúde;

VII – Silvano Agnaldo Arcebispo, representante titular da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;

VIII – Giselle Maria Ferreira da Cruz, representante suplente da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;

IX – Edgar Rocha Filho, representante titular da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;

X – Rogéria Pereira Barbosa, representante suplente da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;

XI – Renato Alves de Carvalho, representante titular da Câmara Municipal de Ouro Preto;

XII – Naércio Ferreira, representante suplente da Câmara Municipal de Ouro Preto;

XIII – Amanda Regina Maciel Gonçalves, representante titular do Conselho Tutelar de Ouro Preto;

- XIV – Adriani Cristina Rioga Camilo, representante suplente do Conselho Tutelar de Ouro Preto;
- XV – Jean Piter Valentim, representante titular da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE);
- XVI – Lissanary Vitorino, representante suplente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE);
- XVII – Vera Lúcia Valamiel Roriz, representante titular do Rotary Club de Ouro Preto;
- XVIII – Efigênia da Glória Chaves, representante suplente do Rotary Club de Ouro Preto;
- XIX – Maristela Miranda de Abreu e Oliveira, representante do Movimento Ouro Preto pela Infância (MOPI);
- XX – Cleia Costa Barbosa, representante suplente do Movimento Ouro Preto pela Infância (MOPI);
- XXI – José Maria Ribeiro Neves, representante titular do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);
- XXII – Cleusa Lúcia da Silva Santos, representante titular do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM);
- XXIII – Ana Carolina Geralda e Souza, representante titular da Fundação Antônio Francisco Lisboa (Fundação Aleijadinho);
- XXIV – Fernanda Loren de Almeida, representante suplente da Fundação Antônio Francisco Lisboa (Fundação Aleijadinho);
- XXV – Valmiro Assis de Paula, representante titular do Núcleo de Apoio aos Toxicômanos e Alcoólatras (NATA);
- XXVI – Grazielle Aparecida dos Santos Chaves Cancio, representante suplente do Núcleo de Apoio aos Toxicômanos e Alcoólatras (NATA);
- XXVII – Maria Aparecida Rita de Cássia Vitorino Coelho dos Santos, representante titular do Conselho Tutelar de Cachoeira do Campo;
- XXVIII – Jussara Belico Gonzaga da Cunha, representante suplente do Conselho Tutelar de Cachoeira do Campo.

Art. 2º Fica revogado o [Decreto nº 8.045, de 18 de outubro de 2023](#).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Preto, Patrimônio Cultural Mundial, 07 de maio de 2025, trezentos e treze anos da Instalação da Câmara Municipal e quarenta e quatro anos do Tombamento.

Angelo Oswaldo de Araújo Santos

Prefeito de Ouro Preto

No entanto foram realizadas algumas modificações quanto às nomeações descritas no Decreto 8.835 de 07 de maio de 2025 á fim de ajustar e complementar os membros ativos do Comitê Municipal pela Primeira Infância. Foram estes:

DECRETO Nº 8.880 de 04 de junho de 2025;

DECRETO Nº 8.896 de 23 de junho de 2025;

DECRETO Nº 8.927 de 10 de julho de 2025;

DECRETO Nº 8.999 de 18 de setembro de 2025;

Anexo 4 - 31ª Audiência Pública: Plano Municipal pela Primeira Infância

(Resposta ao requerimento 135/2024 do vereador Renato Zoroastro)

Encaminhamentos

1. Construir o Plano Municipal pela Primeira Infância dentro de uma concepção multissetorial e integrada, lançando uma visão holística sobre a criança.
2. Objetivos diagnósticos do Plano Municipal pela Primeira Infância, apresentados pela Sra. Vera Roriz:

Objetivo geral:

Realizar o diagnóstico quantitativo e qualitativo da situação da primeira infância no Município de Ouro Preto.

Objetivos específicos:

I – Apresentar indicadores diagnósticos de saúde relacionados à primeira infância no Município de Ouro Preto;

II – Apresentar indicadores diagnósticos de educação relacionados à primeira infância no Município de Ouro Preto;

III – Apresentar indicadores diagnósticos de proteção social, relacionados à primeira infância no Município de Ouro Preto;

IV – Apresentar indicadores diagnósticos de esporte/lazer, relacionados à primeira infância no Município de Ouro Preto;

V – Apresentar indicadores diagnósticos de cidade/meio ambiente, relacionados à primeira infância no Município de Ouro Preto;

VI – Definir um plano de ação frente aos indicadores levantados, elencando prioridades, ações e políticas públicas municipais.

3. Melhorar e aplicar efetivamente as políticas já existentes no âmbito da atenção à primeira infância.

5. Realizar uma consulta popular a fim de coletar demandas sociais relacionadas a políticas públicas para a primeira infância.

6. Implementar um canal para que a população possa participar ativamente das públicas voltadas à primeira infância enviando sugestões.

7. Criar um fundo para o Plano Municipal pela Primeira Infância: incluir na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2025.

8. Criar políticas públicas para crianças com deficiência, garantindo na Lei Orçamentária Anual uma reserva financeira de 30% para assegurar a elas os mesmos direitos e o pleno desenvolvimento.

9. Combater os maus tratos, a violência e a negligência que ocorrem nos lares e atingem a primeira infância: capacitar, orientar e conscientizar os pais e familiares.

10. Envolver efetivamente a sociedade civil na construção do Plano Municipal pela Primeira Infância, incluindo a participação de crianças; escutar inclusive mães e cuidadores de crianças com autismo.

11. Incluir no Plano Municipal pela Primeira Infância dispositivos que contemplem as crianças com transtornos.

12. Estabelecer prazos para a realização dos encaminhamentos propostos.

13. Buscar informações junto a outros municípios a respeito da forma de escuta das crianças e dos cuidadores.

Anexo 5 – Projetos de Leis relacionadas ao PMPI

Lei sobre o Agosto Dourado

O Povo do Município de Ouro Preto, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o “Agosto Dourado”, com ênfase na Semana Mundial do Aleitamento Materno - SMAM, a ser comemorada anualmente de 1º a 7 de Agosto.

Art. 2º Os objetivos que trata esta lei são:

I - Estimular atividades de promoção, proteção e apoio à amamentação;

II - Apoiar e conscientizar as mulheres para que exerçam seu papel como mães geradoras e alimentadoras de novos seres sociais;

III - sensibilizar todos os setores da sociedade para que compreendam e apoiem a mulher que amamenta.

IV - Fórum de debates, palestras, simpósios para a importância do leite materno.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Preto, Patrimônio Cultural Mundial, 13 de maio de 2021, trezentos e nove anos da Instalação da Câmara Municipal e quarenta anos do Tombamento.

Assessoria Jurídica

Câmara Municipal de Ouro Preto

PARECER PROCESSO LEGISLATIVO N.º 05/2021

*EMENTA: PROJETO DE LEI ORDINÁRIA.
INCENTIVO AO ALEITAMENTO. INSTITUIÇÃO
DO “AGOSTO DOURADO”. INICIATIVA
PARLAMENTAR. POSSIBILIDADE.
COMPETÊNCIA LEGISLATIVA.
CONSIDERAÇÕES.*

RELATÓRIO

Em apertada síntese, trata-se do Projeto de Lei Ordinária nº 84/21, que dispõe sobre a instituição do “Agosto Dourado”, englobando a Semana Municipal de Incentivo ao Aleitamento.

ANÁLISE

Objeto

O Projeto de Lei Ordinária nº 84/21, visa o fomento a atividades que deverão ser realizadas entre os dias 1º e 7 de agosto, sob a denominação de “Agosto Dourado”. O

referido fomento consistirá no estímulo de atividades de promoção, proteção e apoio à

amamentação, bem como conscientização das mulheres e sensibilização de todos os

setores da sociedade através de debates, palestras e simpósios sobre o tema aleitamento

materno.

Competência

A referida proposição de lei está em consonância com os princípios e regras que regem a competência legislativa dos municípios, enquanto entes federado dotados

de autonomia política, administrativa e financeira, inclusive, nos termos dos arts. 18 e 30

Constituição da República.

Iniciativa

Importante sempre avaliar, de início, as limitações impostas pela nossa Lei

*Orgânica no que diz respeito à competência legislativa de iniciativa parlamentar.
Sendo*

*assim, a norma de regência em relação ao tema é o comando do art. 78, que assim
dispõe:*

Art. 78. São matérias de iniciativa privativa, além de outras previstas nesta Lei

Orgânica:

[...]

II. do Prefeito:

*a) a criação de cargo e função públicos da administração direta, autárquica e
fundacional, e a fixação da respectiva remuneração da respectiva remuneração
observadas os*

parâmetros da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

*b) o regime jurídico único dos servidores públicos dos órgãos da administração
direta, autárquicas e fundacional, incluído o provimento de cargo, estabilidade e
aposentadoria;*

*c) o quadro de empregos das empresas públicas, sociedades de economia
mista e demais entidades sob controle direto ou indireto do Município;*

*d) a criação, estruturação e extinção de Secretaria Municipal e de entidade da
administração indireta;*

e) a organização dos órgãos da administração pública;

f) os planos plurianuais;

g) as diretrizes orçamentárias;

h) os orçamentos anuais;

*No mesmo sentido, temos o art.80 de nossa LOM, que dispõe sobre as
exigências sobre as proposições de iniciativa parlamentar:*

Art. 80. Não será admitido aumento da despesa prevista:

I. nos projetos de iniciativa privativa do Prefeito, ressalvada a comprovação da

existência de receita e o disposto no art. 118, §2º.

II. nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara.

No caso concreto, percebe-se que é possível a instituição de uma política pública municipal de fomento ao aleitamento materno por proposição legal de iniciativa

parlamentar, pois tal proposição em momento algum adentrou na esfera privativa de estruturação administrativa e de serviços públicos e tampouco previu geração de despesas a ponto da invocação da restrição de geração de despesa.

Preexistência de normas

- *Lei Federal nº 13.435, de 12 de abril 2017, que institui o mês de agosto como o Mês do Aleitamento Materno.*

.

Técnica legislativa

As disposições do projeto de lei, de maneira geral, estão articuladas em artigos e parágrafos, com redação clara e precisa, organizadas de forma lógica, atendendo às regras básicas da técnica legislativa, nos termos do Lei Complementar 95/98, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, carecendo tão somente de uma simples adequação de redação final no inciso IV do art.2º.

.

Impacto Orçamentário e Financeiro (ART. 113 ADCT)

De acordo com o Art. 113 do ADCT “a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa

do seu impacto orçamentário e financeiro.”

Conforme decisão do STF, o art. 113 do ADCT é de observância obrigatória para todos os entes políticos:

A Emenda Constitucional 95/2016, por meio da nova redação do art. 113 do ADCT, estabeleceu requisito adicional para a validade formal

de leis que criem despesa ou concedam benefícios fiscais, requisitos esse que, por expressar medida indispensável para o equilíbrio da atividade financeira do Estado, dirige-se a todos os níveis federativos.

[ADI 5.816, rel. min. Alexandre de Moraes, j. 5-11-2019, P, DJE de 26-11-2019.]

A presente proposição de lei não gera nenhum tipo de despesa, e portanto, dispensa a apresentação de impacto orçamentário e financeiro, nos termos do art. 113 do

ADCT de nossa Constituição da República.

Conclusão

Diante dos fatos e fundamentos jurídicos expostos, esta Assessoria Jurídica opina pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei Ordinária nº 284/21.

Ouro Preto, 29 de março de 2021.

Gustavo Alessandro

Cardoso

Assessor Jurídico

OAB/MG 91.381

Elisa de Castro Ibraim

Advogada da CMOP

OAB/MG 178.650

Marco Antônio Nicolato Medircio

Assessor Jurídico

OAB/MG 100.082



ANEXO 6 - Adesão ao Projeto MaPi



Ouro Preto, 28 de novembro de 2025.

OFÍCIO Nº 10/2025

Assunto: Adesão ao Projeto MaPI – Minas pela Primeira Infância

Excelentíssima Senhora
Promotora de Justiça
Graciele de Rezende Almeida
Coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa dos
Direitos das Crianças e dos Adolescentes – CAOCA
Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG
Belo Horizonte – MG

Senhora Promotora,

O Município de Ouro Preto - MG, por meio deste, manifesta seu interesse em aderir ao Projeto MaPI – Minas pela Primeira Infância, iniciativa do Ministério Público do Estado de Minas Gerais que visa apoiar e fortalecer as políticas públicas voltadas à primeira infância nos municípios mineiros.

Para fins de acompanhamento e interlocução junto ao projeto, indicamos os(as) seguintes servidores(as) para atuarem como pontos focais:

Nome: Izabella da Rocha Santos Cargo/Função: Assistente Social
E-mail: izabellarocha05@gmail.com
Telefone celular: (31)99421-2761

Nome: Ricardo Duarte Pereira Cargo/Função: Enfermeiro/Gerente da Atenção Primária
E-mail: ricardo.pereira@ouropreto.mg.gov.br
Telefone celular: (31) 99795-3202

Sem mais para o momento, renovamos nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Angelo Oswaldo de Araújo Santos

Prefeito(a) Municipal de Ouro Preto, MG.

APOIO



IDEALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO



Ofício nº. 09/2026/CMDCA

Ouro Preto, 02 de março de 2026.

Srta
Izabella da Rocha Santos
Presidente do Comitê para Primeira Infância

Assunto: Aprovação do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI).

Prezada Senhora,

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA vem informar que, em reunião ordinária do dia 26.02.2026 foi aprovado o Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) que será fundamental para garantir os direitos e o desenvolvimento integral das crianças, sendo esse plano um documento estratégico na orientação das políticas públicas voltadas para as crianças de 0 a 6 anos, alinhando esforços de saúde, educação, assistência social, cultura e lazer.

Sem mais para o momento, despedimos.

Cordialmente,



Rogéria Pereira Barbosa
Presidente do CMDCA



<https://docs.google.com/document/d/1nNMLtgMm4cq79eAC401dOkbixLw6Xa8y0PwQKolmUP0/edit?tab=t.0>